

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Alessandra de Oliveira

O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM

Uberaba

2020

Alessandra de Oliveira

O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass

Uberaba

2020

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

O45c	<p>Oliveira, Alessandra de O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM / Alessandra de Oliveira. -- 2020. 137 f. : il., graf., tab.</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2020 Orientador: Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass</p> <p>1. Plágio. 2. Autoria. 3. Teses. 4. Universidades e faculdades -- Redação técnica. I. Malpass, Geoffroy Roger Pointer. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.</p> <p>CDU 343.533 (043)</p>
------	--



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica
Uberaba - MG

ATA DE DEFESA E QUALIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação:	Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica – PMPIT				
Evento:	Defesa da Dissertação				
Data:	25/06/2020	Início em:	13h30	Término em:	15h35
Número de matrícula aluno:	2018.1150.4				
Nome do aluno:	Alessandra de Oliveira				
Título do trabalho:	O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM				
Área de concentração:	Gestão de operações				
Linha de Pesquisa:	Propriedade Intelectual e Ensino				
Projeto de pesquisa vinculado:	Inovação, em todas as suas formas, em prol do serviço público				

Reuniu-se de forma remota utilizando o plataforma Google Meets conforme Ofício Circular n.º 03F/2020/PROPPG/UFTM, a Banca Examinadora, designada pelo OFÍCIO N° 44/2019/PMPIT/PROPPG/UFTM (0277099), do Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica – PMPIT, e OFÍCIO N° 186/2019/COPPG/UFTM (0281475) do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, assim composta dos Professores Doutores: Prof.a Dr.a Andréa Queiroz Fabri – UNIUBE; Prof.a Dr.a Marcela Luciano Vilela de Souza – UFTM; Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass – UFTM; e a mestranda Alessandra de Oliveira. Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass apresentou a Comissão Examinadora e a candidata e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta seguiram as normas do Programa. A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca se reuniu e atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFTM.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, dela sendo lavrada a presente ata, que foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **GEOFFROY ROGER POINTER MALPASS, Professor do Magistério Superior**, em 25/06/2020, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no art. 14 da [Resolução nº 34, de 28 de dezembro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA LUCIANO VILELA DE SOUZA, Professor do Magistério Superior**, em 25/06/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no art. 14 da [Resolução nº 34, de 28 de dezembro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Queiroz Fabri, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no art. 14 da [Resolução nº 34, de 28 de dezembro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0352732** e o código CRC **64C7AF23**.

Dedico este trabalho ao meu filho
Giovanni Ricceto de Oliveira, por ter
me transformado em uma pessoa
melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por mais esta oportunidade e desafio.

Às pessoas especiais na minha vida – pais, filho, irmãs e companheiro – por serem meu porto seguro e não deixar que eu desanime nos momentos de incerteza.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, um agradecimento especial, por acreditar no meu trabalho e pela dedicação na árdua tarefa de coleta de dados.

Aos membros da Banca Examinadora, Profa. Andréa Queiroz Fabri e Marcela Vilela Luciano de Souza pelas sugestões dadas para melhoria do trabalho.

À todos alunos e professores da UFTM que participaram da pesquisa.

Às professoras Flávia Gonçalves Micali e Heloisa Cristina Figueiredo Frizzo, que disponibilizaram um tempo de suas aulas para que fosse realizada a pesquisa com os alunos de suas turmas.

À todos professores do PMPIT, pelos ensinamentos e troca de experiências. Ao Secretário Ênio Umberto Alves dos Santos por todo apoio administrativo.

Agradeço, por fim, aos meus colegas da Seção de Legislação de Pessoal, e as minhas chefias anteriores e atual, Marina Dutra de Jesus, Patrícia Ribeiro Costa e Frederico Ferreira Milhorin pelo incentivo e compreensão.

“ A gratidão torna o mundo e as pessoas mais belas e mais queridas.”

(Joanna de Angelis)

OLIVEIRA, Alessandra. O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM. 2020. 132 Fls. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica – PMPIT) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG.

RESUMO

Pode-se dizer que existe uma ausência de pesquisas que tenham trazido contribuições voltadas para a reflexão e discussão do fenômeno do plágio na perspectiva da autoria e da produção científica. Assim, o estudo teve como um de seus objetivos avaliar o conhecimento que os alunos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, possuem em relação ao plágio e suas implicações, na dificuldade de adequar os trabalhos acadêmicos nas normas da Associação Brasileira das Normas Técnicas – ABNT, bem como sobre o papel da Universidade no compartilhamento de informações sobre a prevenção de plágio. Por outro lado, os docentes foram consultados se conversam com seus alunos/orientandos acerca do cuidado em não incorrer em plágio, se já detectaram plágio em trabalhos de alunos, sobre a intencionalidade do discente em cometer a contrafação e ainda, se o professor deve ser responsabilizado pelo erro do discente. A busca por indícios de plágio em trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, de alunos egressos da UFTM, mediante o uso de programas de detecção de plágio, também integrou os objetivos da pesquisa. A coleta de dados foi realizada através de questionário *online*, cujo convite para participação foi encaminhado via e-mail, para os discentes da Graduação, Especialização e Pós-Graduação e para os Professores do Magistério Superior. A análise dos resultados, demonstrou que a maior dificuldade que os alunos possuem é no emprego das normas da ABNT em seus trabalhos, o que pode ocasionar o plágio involuntário. Já em relação aos docentes, verificou-se que a quantidade de atividades de ensino aliadas às administrativas, inviabiliza a apuração minuciosa de fraudes nos trabalhos acadêmicos. De maneira geral, observou que a UFTM ainda tem um longo caminho a percorrer, seja na implantação de um código de conduta, na disseminação de informações sobre o tema, ou ainda na adoção de um programa de detecção de plágio para uso dos alunos e dos docentes. Esta dissertação foi verificada pelo programa Copyspider, cujo índice de similaridade foi de 1,05% e o relatório se encontra como anexo.

Palavras Chaves: Plágio. Autoria. Trabalho acadêmico.

OLIVEIRA, Alessandra. A snapshot of plagiarism in academia: a case study at the UFTM. 2020. 132 pages. Dissertation (Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica – PMPIT) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG.

ABSTRACT

It can be said that there is an absence of studies that consider contributions aimed at reflecting and discussing the phenomenon of plagiarism from the perspective of authorship and scientific production. Thus, the present study had as one of its objectives to evaluate the knowledge that students of the Federal University of Triângulo Mineiro (UFTM) have in relation to plagiarism and its implications. This includes understanding the difficulty of adapting written studies to the norms of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), as well as the role of the University in sharing information on the prevention of plagiarism. On the other hand, lecturers were consulted if they discuss with their students about the having care not to plagiarise, if they have already detected plagiarism in student writing, about the student's intentions in committing plagiarism and if the lecturer should be responsible for the student's error. The search for evidence of plagiarism in undergraduate final projects, dissertations, and theses, by students graduating from the UFTM, through the use of plagiarism detection programs, also integrated the research objectives. Data collection was carried out through an online questionnaire, where the invitation to participate was sent via e-mail, to undergraduate, specialization and postgraduate students and to professors of higher education. The analysis of the results showed that the greatest difficulty that students have is in the use of ABNT rules in their work, which can cause involuntary plagiarism. In relation to lecturers, it was found that the amount of teaching activities combined with administrative ones, makes it impossible to thoroughly investigate fraud in academic works. In general, it is observed that the UFTM still has a long way to go, either in the implementation of a code of conduct, in the dissemination of information on the topic, or in the adoption of a plagiarism detection program for use by students and professors. This dissertation was verified by the program Copyspider, and a similarity index of 1.05% was obtained. The Copyspider report is attached.

Keywords: Plagiarism. Authorship. Academic work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Tipos de plágio	18
Figura 1	Dicas rápidas para não cair no plágio	20
Quadro 2	Cronologia da legislação do Direito Autoral no Brasil	23
Quadro 3	Modalidades do Direito Autoral	24
Quadro 4	Diferenças entre autoria patrimonial e autoria científica	27
Quadro 5	Pilares da Integridade acadêmica	29
Quadro 6	Programas de detecção de plágio	30
Figura 2	Respostas, em porcentagem, por nível de ensino dos participantes discentes que colaboraram com a pesquisa	34
Figura 3	Participação, em porcentagem, por nível de ensino dos participantes discentes em relação a quantidade de alunos matriculados	35
Figura 4	Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes quando questionados sobre em que momento tomaram conhecimento sobre as regras de citação e paráfrase	36
Figura 5	Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre a permissão de utilizar textos da <i>internet</i> em trabalhos acadêmicos	37
Quadro 7	Manifestações dos discentes em relação a utilização de textos da internet em trabalhos acadêmicos	38
Quadro 8	Questão n. 8 do instrumento de pesquisa discente	40
Figura 6	Regra de citação direta ABNT	41
Figura 7	Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre a intencionalidade em se praticar plágio	43
Quadro 9	Manifestação de uma participante discente	45
Figura 8	Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre se já participaram de eventos sobre plágio	46
Figura 9	Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes quando perguntados se os alunos devem ser penalizados por fraude	49
Figura 10	Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre a utilização de fontes físicas ou digitais em trabalhos acadêmicos	50
Figura 11	Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre a promoção de eventos sobre plágio pela Universidade	52

Figura 12	Participação, em porcentagem, dos docentes por Instituto e Campus Iturama	53
Figura 13	Participação, em porcentagem, dos docentes considerando a quantidade de professores nas áreas de lotação	53
Figura 14	Respostas, em porcentagem, dos participantes docentes sobre se já detectaram plágio em algum trabalho dos seus alunos/orientandos	56
Figura 15	Respostas, em porcentagem, dos participantes docentes sobre a intencionalidade dos alunos em cometer plágio	59
Figura 16	Respostas, em porcentagem, dos participantes docentes sobre o tratamento a ser dado ao plágio de acordo com a gravidade da conduta ...	62
Quadro 10	Comparativo das respostas de docentes e discentes em relação a mesma pergunta	66
Quadro 11	Manifestações de docentes e discentes sobre a promoção de eventos, penalidades de acordo com a gravidade e política sobre o plágio na Universidade	67
Figura 17	Quantidade de trabalhos, em porcentagem, analisados por nível de estudo	68
Figura 18	Modelo de relatório de análise do programa CopySpider	69
Quadro 12	Exemplos de alterações nas análises feitas, em dias diferentes, pelo programa CopySpider	69
Figura 19	Modelo de resultado de análise do programa Plagius Detector	70
Figura 20	Tela do programa Farejador de Plágio	71
Figura 21	Modelo de relatório de análise do programa Farejador de Plágio	71
Figura 22	Modelo de relatório de análise do programa Plagiarisma	72
Figura 23	Exemplo de busca realizada no Google por indícios de plágio	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	MEMORIAL DESCRITIVO	10
2	OBJETIVOS	13
2.1	OBJETIVO GERAL	13
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1	PLÁGIO	14
3.1.1	Tipos de plágio	17
3.1.2	Abordagem sobre plágio nas universidades brasileiras	19
3.2	DIREITO AUTORAL	23
3.2.1	Autor	26
3.3	DISCIPLINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA E INTEGRIDADE ACADÊMICA	27
3.3.1	Disciplina de metodologia científica	27
3.3.2	Integridade acadêmica	28
3.4	PROGRAMAS DE DETECÇÃO DE PLÁGIO	29
4	METODOLOGIA	32
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
5.1	COLETA DE DADOS DISCENTES	34
5.1.1	Seção 1 – Alunos que possuem conhecimento sobre o plágio	36
5.1.1.1	<i>Questão 5 – Quando tomou conhecimento sobre as regras de citação e paráfrase?</i>	36
5.1.1.2	<i>Questão 6 – É permitido ao aluno utilizar textos da internet em trabalhos acadêmicos?.....</i>	37
5.1.1.3	<i>Questão 7 – Em sua opinião há algum problema em comprar trabalhos acadêmicos prontos?</i>	39
5.1.1.4	<i>Questão 8 – Assinale a alternativa que você considera estar correta quanto às regras de citação.....</i>	40
5.1.1.5	<i>Questão 9 – Você já parafraseou ou copiou algum conteúdo sem citar a fonte original?</i>	41
5.1.1.6	<i>Questão 10 – Acredita que os casos de plágio são sempre intencionais?</i>	42

5.1.1.7	<i>Questão 11 – Eventos como workshops, seminários ou palestras sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?</i>	43
5.1.1.8	<i>Questão 12 – Com exceção das disciplinas que abordam o tema plágio e normas de formatação, já participou de conversas ou atividades/projetos sobre o assunto? Questão 13 – Em caso positivo de quantos eventos/projetos participou?</i>	45
5.1.1.9	<i>Questão 14 – Você já utilizou um programa de detecção de plágio em seus trabalhos?</i>	46
5.1.1.10	<i>Questão 15 – Os casos de plágio devem ser tratados de acordo com a gravidade do caso (parafrasear sem citação da fonte...)?.....</i>	47
5.1.1.11	<i>Questão 16 – Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?</i>	48
5.1.2	Seção 2 – Alunos que informaram desconhecimento total ou parcial sobre plágio	48
5.1.2.1	<i>Questão 6 – Você usa qual fonte de pesquisa para seus trabalhos acadêmicos?</i>	50
5.1.2.2	<i>Questão 7 – Você já parafraseou ou copiou algum conteúdo sem citar a fonte original?</i>	50
5.1.2.3	<i>Questão 8 – Já entregou um trabalho em seu nome feito por outra pessoa?</i>	51
5.1.2.4	<i>Questão 9 – A universidade deveria promover seminários, workshops, debates, sobre o tema?</i>	51
5.2	COLETA DE DADOS DOCENTES	52
5.2.1	Questão 4 – Durante a atividade de orientação conversa com os alunos sobre o cuidado em não incorrer em plágio?	54
5.2.2	Questão 5 – Já detectou plágio em algum trabalho dos seus alunos/orientandos? Questão 6 – Caso positivo, qual foi a atitude tomada?	55
5.2.3	Questão 7 – Já utilizou algum programa de detecção de plágio?	57
5.2.4	Questão 8 – Em sua opinião os alunos utilizam o plágio intencionalmente?	59
5.2.5	Questão 9 – Eventos como Workshops, palestras ou seminários sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?	60
5.2.6	Questão 10 – Em sua opinião, os casos de plágio (parafrasear sem citar a	

	fonte, copiar sem citar a fonte, autoplágio sem citação de fonte...) devem ser tratados de acordo com a gravidade?	61
5.2.7	Questão 11 – Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?	63
5.2.8	Questão 12 – Em caso de ocorrência de plágio, não detectado e descoberto por terceiros, o professor deverá sofrer sanção?	64
5.3	POSICIONAMENTO DOS DOCENTES E DISCENTES SOBRE A MESMA QUESTÃO	66
5.4	ANÁLISE DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO, DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E TESE DE DOUTORADO	68
6	CONCLUSÕES	74
6.1	COLETA DE DADOS DISCENTES	74
6.2	COLETA DE DADOS DOCENTES	75
6.3	ANÁLISE DE TRABALHOS ATRAVÉS DE PROGRAMAS DE DETECÇÃO DE PLÁGIO	76
	REFERÊNCIAS	78
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – DOCENTE	82
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOCENTES	84
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – DISCENTE	87
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DISCENTES	88
	ANEXO A – RESPOSTAS DOS DOCENTES AO QUESTIONÁRIO	94
	ANEXO B – RESPOSTAS DOS DISCENTES AO QUESTIONÁRIO	112
	ANEXO C – DECLARAÇÃO DE AUTORIA	123
	ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	124
	ANEXO E – SOLICITAÇÃO e-SIC ALUNOS MATRICULADOS EM 2019	130
	ANEXO F – RELATÓRIO COPYSPIIDER	

1 INTRODUÇÃO

1.1 MEMORIAL DESCRITIVO

A prática de copiar produções textuais de outrem, de forma parcial ou total, omitindo-se a fonte, é ato recorrente do ensino fundamental à universidade, e com o advento da *internet*, a prática de plagiar se tornou uma possibilidade aberta ao infinito (SILVA, 2008). Tal possibilidade se justifica pela quantidade de material disponível na rede, facilitando ao aluno copiar determinado artigo sem citar a fonte, e ainda sem verificar se o mesmo é fruto de uma pesquisa íntegra. Segundo Dalla Costa (2016) as mudanças provocadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação impactaram diretamente o mundo acadêmico, visto que suas atividades corriqueiras como produzir monografias, dissertações, teses, artigos e resenhas científicas ganharam um ritmo e uma abrangência jamais imaginados.

O uso da *internet* como fonte de pesquisa divide opiniões, já que, ao mesmo tempo em que ela é considerada uma excelente fonte de pesquisa é também uma ferramenta muito utilizada na prática do plágio. Barbastefano (2007) entende que a *internet* deve ser exaltada todos os dias como importante fonte de conhecimento para estudantes e pesquisadores, seja pela quantidade de informações disponíveis, quanto pela facilidade de busca e acesso. No entanto, demonstra preocupação com o seu uso, haja vista que essa prática facilita o plágio e a desonestidade acadêmica. Por outro lado, o autor acredita que a *internet* ao mesmo tempo em que facilita o plágio é também uma excepcional ferramenta que facilita a sua detecção.

Compartilham da mesma opinião Barreto, De Melo e Stival (2016) por entenderem que o acesso às tecnologias digitais e as facilidades apresentadas pelos aparatos tecnológicos, facilitam a prática do plágio. Apesar disso, a contrafação pode ser evitada e de acordo com os autores, a medida a ser adotada pelas instituições educacionais, é a inclusão da formação para a pesquisa na proposta pedagógica de seus cursos, buscando desenvolver estudantes curiosos, críticos e investigativos, de modo que isso impeça a ocorrência de plágio.

De acordo com Oliveira (2016, p. 28) a desonestidade acadêmica “acontece também na compra de conteúdo já pronto e na colaboração não ética da chamada co-autoria inventada”. A *internet* colabora com essa prática ao manter *sites* que oferecem trabalhos prontos, elaborados sem o devido cuidado com as citações e as referências.

Atualmente, o plágio pode ser detectado por meio de programas de computador, sendo que alguns estão disponíveis gratuitamente na *internet*, mas nem sempre essa verificação é realizada pelos professores, tendo em vista a quantidade de trabalhos a serem corrigidos e as

inúmeras atividades desenvolvidas pelos docentes, inclusive administrativas. Entretanto, além da detecção do plágio, realizada por meio de programas de computador, a conscientização dos alunos, pelos professores, é de fundamental importância para combater essa prática. Nesse sentido Krokosz (2011) entende que o conjunto de ações mais comuns no enfrentamento do plágio refere-se às estratégias de informação e capacitação.

Nesse contexto, as universidades assumem papel importante no combate ao plágio, seja na oferta da disciplina de Metodologia Científica em todos os cursos de graduação, com foco na maneira correta de se escrever um artigo científico, ressaltando as implicações em que incorre aquele que comete plágio, seja na divulgação de material explicativo sobre o tema. Na opinião de Barbastefano (2007) o plágio só pode ser descoberto e coibido de fato, se os professores dedicarem um tempo maior para a orientação e acompanhamento dos alunos nos seus trabalhos, e ainda se houver uma maior conscientização de padrões éticos e legais por parte dos alunos. Com relação à conscientização na prática, Dias e Eisenberg (2015) gerenciaram uma pesquisa em cursos de licenciatura de algumas Instituições de Ensino brasileiras, e constataram que a orientação e o ensino de pesquisa têm sido deficitários e que os licenciandos não são formados para pesquisar ou ensinar seus futuros alunos a investigar.

Ainda segundo os autores é preciso saber se o licenciando plagia por comodismo ou se ele desconhece o ato ilícito e seus modos de configuração. Completam o raciocínio, no sentido de que o plágio não se configura apenas como uma trapaça, mas pode ser também cometido por desconhecimento ou lapsos durante a escrita dos trabalhos. Assim, verificar plágio se torna um ato educativo (DIAS; EISENBERG, 2015).

Diante disso, várias Instituições de Ensino têm buscado formas de coibir o plágio, nas pesquisas realizadas em suas dependências e que, conseqüentemente, levam o nome da universidade. Encontra-se nas universidades pesquisadas, publicações de Códigos de Boas Condutas e Resoluções esclarecendo sobre o modo de entrega dos trabalhos, com a indicação de penalidades em caso de fraude, realização de eventos sobre o tema e material de consulta e apoio na página de suas Bibliotecas. Ainda como forma de apurar as dificuldades encontradas pelos alunos, no trato com a questão do plágio, a Universidade de São Paulo – USP e a Universidade de Campinas – UNICAMP, realizaram pesquisa interna com seus discentes, mediante a aplicação de questionário *online*.

Considerando o papel que a *internet* apresenta na facilidade de obter material de consulta, ao proporcionar mais agilidade no “copiar e colar”, e ainda a quantidade de trabalhos em línguas estrangeiras que podem ser encontrados e traduzidos de forma totalmente *online*, torna-se cômodo para o estudante a prática de plágio. Muitas vezes, o

professor/orientador não consegue identificar a fraude em trabalhos acadêmicos, o que pode passar despercebido também pela Banca Examinadora.

A busca por indícios de plágio pode ser realizada, retirando-se frases do trabalho e colocando-as entre aspas no campo de pesquisas do Google, por exemplo, que o sistema retornará páginas em que poderão ser encontrados termos similares. Outra forma, e talvez a mais prática é o uso de programas de detecção de plágio. Com a finalidade de verificar a eficácia desses programas, foram escolhidos aleatoriamente trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses, e os mesmos foram submetidos a análise.

Nesse sentido, buscou-se realizar dentro da UFTM uma avaliação de como os alunos se portam diante do assunto, se possuem conhecimento sobre o plágio, o que esperam de seus professores e quais as dificuldades encontradas pelos mesmos ao escrever seus trabalhos acadêmicos. A fim de comparar a situação vivenciada pelos alunos da UNICAMP em relação aos alunos da UFTM, algumas perguntas foram idênticas as propostas por aquela Universidade. De outro ponto, foi fundamental a pesquisa com os docentes, já que são eles que acompanham os alunos diariamente e conhecem suas necessidades em relação à escrita, podendo, em caso de verificação de plágio, indicar qual o instrumento que a universidade deve adotar para subsidiá-los na tomada de decisões, quanto a aplicação de alguma punição.

Quanto à estrutura da pesquisa, o terceiro capítulo apresenta conceitos sobre plágio, autor e Direito Autoral, além de trazer o histórico da legislação do Direito Autoral no Brasil, os tipos de plágio mais conhecidos, as modalidades do Direito Autoral, e alguns programas de detecção de plágio. Também é apresentada uma abordagem sobre o tratamento dado por outras Universidades sobre o tema, além de enfatizar a pesquisa realizada pela USP e UNICAMP.

O quarto capítulo trata da metodologia utilizada na pesquisa, a forma como foi realizada a coleta de dados, após a aprovação pela Comissão de Ética, definição do tamanho da amostra, escolha dos trabalhos a serem submetidos aos programas de detecção de plágio, e porquê foram utilizados tais programas.

Já o quinto capítulo expõe os resultados e discussões. Foram exibidos os resultados de cada uma das perguntas, e manifestações dos respondentes sobre as mesmas. Algumas das questões tiveram seus resultados comparados com as pesquisas realizadas pela USP e UNICAMP. Os resultados da pesquisa discente foram separados por modalidade do ensino (Graduação, Especialização e Pós-Graduação), já os resultados da pesquisa docente foram separados por gênero (feminino e masculino).

Por fim, o sexto e último capítulo é destinado às conclusões obtidas com a pesquisa.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa foi verificar o cenário relacionado à questão do plágio na UFTM, através do posicionamento de discentes e docentes sobre o assunto, e da análise de trabalhos apresentados pelos discentes, com o intuito de verificar se contém indícios de plágio.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Apurar o conhecimento que os alunos têm sobre o plágio, quais suas dificuldades em relação as normas da ABNT, posicionamento em relação a aplicação de penalidades àqueles que incorram em erro, e sobre a forma que a Universidade pode auxiliá-los para que tal conduta não ocorra;
- b) Conhecer o modo como os docentes trabalham o plágio seja nos trabalhos apresentados em sala de aula ou nos trabalhos de conclusão de cursos, como lidam com a intencionalidade em se praticar o plágio e com a aplicação de penalidades, bem como o que pensam sobre a responsabilidade da Universidade em evitar que tal conduta ocorra;
- c) Verificar, através de uma pequena amostra, se os trabalhos apresentados contém indícios de plágio, seja por erro na forma de fazer a citação ou pela efetiva cópia de trechos de textos de outros autores, e ainda a ocorrência de autoplágio.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 PLÁGIO

Plágio de acordo com o Dicionário Aurélio (2018) tem o significado de “copiar ou imitar, sem engenho, as obras ou os pensamentos dos outros e apresentá-los como originais”.

Segundo a Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq (2011, p. 4):

Plágio: consiste na apresentação, como se fosse de sua autoria, de resultados ou conclusões anteriormente obtidos por outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados detalhados nas Diretrizes. Comete igualmente plágio quem se utiliza de ideias ou dados obtidos em análises de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor, ou assemelhado.

Para a FAPESP (2014, p. 31), plágio é

a utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria.

Coelho (2012, p. 748) leciona que ao usar indevidamente uma obra pode-se incorrer em plágio ou contrafação, cujos conceitos apresenta:

No plágio, apropria-se a obra intelectual, no todo ou em parte, para explorá-la economicamente com reivindicação fraudulenta de autoria; o plagiador se apresenta como sendo o autor de obra intelectual alheia. Já na contrafação, não se nega a autoria ao verdadeiro criador da obra intelectual, mas ela é explorada economicamente sem a anuência dele e, por evidente, o pagamento de qualquer remuneração.

Na antiguidade, mais precisamente em Roma, que adotava regime escravagista, quem roubava escravos ou escravizava indivíduos livres era considerado plagiário. Nos dias atuais, “plágio” designa o salteador de uma criação intelectual, aquele que, maliciosamente, imita obra alheia, atribuindo a si próprio a autoria (MORAES, 2014).

Nota-se o interesse pelo estudo do plágio, ao localizar vários artigos que tratam de forma direta ou indireta sobre o assunto. Com opiniões e abordagens diferentes, diversos autores traçam conceitos e apresentam características sobre o tema.

Para Dias e Eisenberg (2015) de forma intencional, com caráter de dissimulação, ou não intencionalmente, por deslize técnico ou por desinformação, o plagiário acaba por se passar por outro, seja pela grafia do texto ou pela forma de materialização da ideia para se expressar.

Ainda segundo os autores, praticamente todos aqueles que se atêm ao estudo do plágio entendem que ele é imoral e eticamente inaceitável. Não dar o devido crédito à voz de outrem configura roubo, apropriação indevida, ou sequestro da expressão (DIAS; EISENBERG, 2015). Já Dalla Costa (2016) entende que toda vez que alguém, ao produzir e exteriorizar um conhecimento novo, se apropriar de conhecimentos produzidos por outros autores sem citar a fonte ocorre em plágio.

Pithan e Vidal (2013) manifestam preocupação com o plágio no meio acadêmico e esclarecem que os órgãos públicos de financiamento de pesquisa científica possuem o mesmo receio, visto que produziram materiais para orientar as instituições de ensino a prevenir e punir fraudes nos trabalhos acadêmicos. Asseveram também, que nesse contexto é fundamental o papel educativo do professor orientador de trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação.

Krokosz (2011) ao tratar do tema apresenta a crença de que o desenvolvimento tecnológico aumentou consideravelmente a prática de plágio. Tal problema é preocupante especialmente no âmbito acadêmico, espaço no qual a produção escrita é uma demanda importante. Para o autor a atividade do plágio requer a existência de três sujeitos em especial: quem copia (o redator), quem é copiado (o autor) e quem é espectador (o leitor). Continua o autor esclarecendo que é mais importante evitar o plágio do que reconhecê-lo e puni-lo, embora isso seja imprescindível para que a prática não se torne banal, e que algumas fontes de referência na literatura entendem que se deve compreender o plágio de modo mais abrangente e não apenas de forma diagnóstica (Krokosz, 2011). Nesse caso, ainda segundo Krokosz (2011) o plágio não é entendido como um problema isolado do aluno, mas como uma realidade que diz respeito à instituição em sua totalidade e requer propostas de enfrentamento que tenham essa característica de globalidade, ou seja, que envolvam os alunos, professores, orientadores e gestores.

Campana Filho et al. (2017) leciona que a ocorrência de plágio alcança também as disciplinas de programação. Prática comum adotada entre alunos é a cópia total ou parcial de soluções, com a realização de mudanças para dificultar a percepção do plágio. Ainda, Oliveira (2016, p. 8) defende que “não se pode acusar o plagiador de ladrão de ideias”, e sustenta que o aluno universitário comete plágio, devido aos seguintes fatores:

[...] o fácil acesso a informação proporcionada pela internet; a falta de planejamento do tempo dedicado aos estudos; a inabilidade da prática da produção textual; a falha da conduta moral do indivíduo e o desconhecimento técnico tanto dos conceitos relativos ao plágio como das regras de concessão de créditos aos autores consultados.

No entanto, emitir conceitos e opiniões sobre a prática do plágio, não é suficiente para evitar a prática. Além da conscientização de alunos, no caso do plágio acadêmico, por meio de oferta da disciplina de Metodologia Científica, e pela orientação dos demais professores, buscar formas de detecção e punição é essencial. Afirma Cavalcanti et al. (2017) que detectar o plágio não é uma questão tão simples, pois mesmo utilizando as mesmas palavras duas frases podem ter significados diferentes, ou apenas uma pequena mudança na ordem das palavras no texto pode influenciar o significado da sentença.

Sobre a punição a quem comete a irregularidade, cada universidade tem sua própria normatização. Em pesquisa no site da UFTM, localizamos no Regimento Geral, no Capítulo I, DO CORPO DISCENTE (UFTM, 2010, p. 38), o artigo 177, que dispõe:

Art. 177. Constituem práticas passíveis de acarretar a aplicação de sanção disciplinar, dentre outras:

I – colar em provas, exames e demais atividades avaliativas;

II – plagiar, no todo ou em parte, trabalhos acadêmicos e ferir os direitos autorais.

Além disso, o Curso de Engenharia de Produção possui o formulário “Declaração de autoria e de não plágio do Trabalho de Conclusão de Curso”, que é documento necessário para a entrega da versão final do TCC (Anexo C).

Nesse contexto, Krokosz (2011), realizou pesquisa em algumas das maiores Universidades do país e do mundo, e verificou que cada Instituição trata e pune o plágio de maneiras diferentes. Nesse estudo o autor apurou que os alunos da *University of Cambridge* são orientados que plágio é cópia e pode acontecer por meio de reprodução de textos sem indicação da fonte de consulta, interpretação de texto sem citação (paráfrase), utilização de ideias de outros autores como se fossem próprias, copiar e colar textos da *internet*, além da submissão de trabalhos de outras pessoas como sendo próprios (KROKOSZ, 2011).

A *University of Cambridge* também disponibiliza uma lista de *links* com exemplos e procedimentos de combate ao plágio, adotados por outras universidades na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ao contrário das universidades internacionais, as informações sobre plágio encontrada na *home page* das melhores universidades brasileiras é menor se comparada às melhores universidades dos cinco continentes (KROKOSZ, 2011). Isto posto, o autor pondera que as medidas de controle e correção, tais como o uso de instrumentos de detecção

do plágio, bem como, a prescrição e imputação de sanções, são desejáveis às instituições, pois a ordem social em todas as suas esferas também é mantida por meio desses dispositivos (KROKOSCZ, 2011).

Nem todos os alunos se importam em não cometer a contrafação, de modo que a cola é prática diária para esses alunos. Veludo-de-Oliveira et al. (2014), após pesquisa com estudantes paulistas de graduação e pós-graduação na área de negócios, concluíram que aqueles que praticaram algum tipo de fraude na escola (cola, plágio) mostraram-se abertos a cometer nova irregularidade. Tal prática, segundo os autores, se justifica visto que “os benefícios potenciais obtidos com as práticas desonestas quando comparados aos riscos envolvidos parecem ser mais vantajosos”. Os autores ainda informam que a “cola e o plágio contribuem para a formação de profissionais despreparados que prestarão desserviços a sociedade” (VELUDO DE OLIVEIRA et al., 2014, p. 93).

Acerca da responsabilidade e a verificação de plágio nos trabalhos de alunos, Oliveira (2016, p. 58) entende que essa não cabe somente aos professores, tais deveres devem ser compartilhados com a Instituição de Ensino que “deve investir em mecanismos que facilitem a tarefa de verificar incidência de plágio”.

É importante ressaltar que ao se falar na prática e na detecção do plágio é necessário deixar claro quais são os tipos mais comuns de plágio e quais os meios existentes para detecção. A seguir serão analisados os tipos de plágio, já os programas de detecção de plágio serão tratados posteriormente.

3.1.1 Tipos de plágio

Cada autor, apresenta os tipos de plágio da sua maneira, nomeando-os de forma diferente, contudo grande parte deles dão destaque ao plágio direto e indireto, de fontes, consentido e autoplágio.

Oliveira (2016, p. 22), entende que o plágio direto “pode acontecer por despreparo do redator quanto as normas de escrita, ou simplesmente por não ter a capacidade de ler e elaborar”. Já o plágio indireto ocorre quando “o autor faz um recorte de vários trechos de vários autores, ou do mesmo autor e ‘monta’ um único texto”.

O plágio de fontes, de acordo com a cartilha Plágio Acadêmico, desenvolvida pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER (2012, p. 6), ocorre:

[...] consultado e a cita em seu trabalho como se estivesse com o documento original em mãos. Neste caso, o correto é fazer citação de citação, ou seja, citar a fonte

secundária (aquela que está em seu poder) utilizando termos como “apud” ou “de acordo com”, referindo-se à fonte primária. Este tipo de citação deve ser evitada e sempre que possível o ideal é acessar o documento original.

O plágio consentido caracteriza-se pelo fato de ter aprovação do autor original, contudo, ainda continua sendo um tipo de fraude intelectual, devido ao fato de que o leitor é enganado, já que pensa ser de uma pessoa um trabalho de autoria de outro (DIREITOS BRASIL, 2018).

Uma outra forma de se incorrer em plágio é o autoplágio, que segundo Furnaletto, Rauen e Siebert (2018, p. 13) não é considerado crime, contudo “tem sido encarado como conduta pouco ética em função de fatores políticos, culturais e morais”.

O Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP (2011, p. 23) não utiliza a expressão autoplágio mas se refere a ação da seguinte forma:

3.2.4. Todo pesquisador que submeta a um veículo de publicação trabalho científico idêntico, ou substancialmente semelhante, a trabalho também submetido a outro veículo, ou já publicado em outro veículo, deve declarar expressamente o fato ao editor do veículo no momento da submissão.

3.2.5. Todo pesquisador que publicar trabalho científico idêntico, ou substancialmente semelhante, a trabalho já publicado deve mencionar expressa e destacadamente o fato no texto do trabalho.

A seguir apresentaremos, no Quadro 1, os tipos de plágio mais comuns no meio acadêmico, elaborado por Krokosczy (2015):

Quadro 1 - Tipos de plágio

Tipologia Internacional	Adaptação	Descrição
<i>World for Word Plagiarism</i>	Plágio direto	Reprodução literal de um texto original sem identificação da fonte.
<i>Paraphrasing Plagiarism</i>	Plágio indireto	Reprodução das ideias de uma fonte original com palavras diferentes da fonte original, mas sem identificá-la.
<i>Mosaic Plagiarism</i>	Plágio Mosaico	Reprodução de fragmentos de fontes diferentes que são misturados com palavras, conjunções, preposições para que o texto tenha sentido.
<i>Collusion Plagiarism</i>	Plágio consentido	Apresentação de trabalhos como sendo próprios, mas que na verdade foram cedidos por outros (amigos, colegas, parentes entre outros) ou comprados.
<i>Apt Phrase Plagiarism</i>	Plágio de Chavão	Reprodução de expressões, chavões ou frases de efeito elaboradas por outros autores.
<i>Plagiarism of Secondary Source</i>	Plágio de fontes	Reprodução das citações apresentadas em outros trabalhos, porém a fonte citada não foi consultada pelo relator.
<i>Self-plagiarism</i>	Autoplágio	Reprodução de trabalhos próprios já apresentados em outras circunstâncias.

Fonte: Krokosczy, 2015 apud Krokosczy, 2012

3.1.2 – Abordagem sobre plágio nas universidades brasileiras

Segundo KROKOSZ (2015, p. 45) “as instituições de ensino podem e devem assumir um amplo comprometimento no enfrentamento do plágio acadêmico, que não é apenas um problema do aluno”. Contudo, muitas instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, não possuem uma normatização interna sobre o assunto ou política de combate ao plágio, ou se possuem não são amplamente divulgadas. Ademais, a grande dúvida que a questão do plágio traz é se o papel da universidade é o de educar ou o de punir. Nesse sentido, foi realizada busca no *site* institucional de algumas universidades brasileiras públicas e privadas, acerca do tratamento dado por elas, sobre o assunto.

A Universidade Federal de Sergipe – UFS possui a Resolução n. 09/2016/CONEPE¹, que define normas para responsabilização pela prática de plágio acadêmico aplicável aos discentes, docentes e técnicos-administrativos daquela Instituição. De acordo com a Resolução a Unidade responsável pela detecção do plágio deverá constituir comissão para verificar o fato, cujas penas, se comprovada a fraude, podem ser de reprovação ou anulação de diploma, no caso de discentes. Já em relação aos servidores serão aplicadas penas disciplinares de advertência ou suspensão para o caso de reincidência.

Na página da Universidade Federal de Goiás – UFG, encontra-se um artigo de 2015², onde a Coordenadora-geral de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, esclarece que apesar de não possuírem orientações próprias a UFG “tem disponibilizado documentos voltados à conscientização de alunos e professores, como a Declaração de Singapura sobre Integridade em Pesquisa e o Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq.”

Entre os vários documentos localizados na página da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, a Resolução 002-2017-PPGA³, que trata da política de ética e plágio do Programa de Pós-Graduação em Administração, tem caráter predominantemente punitivo. De acordo com a mesma, o discente poderá ser denunciado por plágio por outro discente, pelos docentes ou qualquer cidadão, e após apuração, mediante processo, se confirmado o plágio, o aluno será desligado do programa. Destaca-se, ainda, o artigo “Saiba como evitar o plágio em

¹Resolução n. 09/2016/CONEPE. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1VQQmXAOESLsTnuABCyeTnsfshrWkqRT0>>. Acesso em: 12 nov. de 2019.

² Plágio: Questão de educação. Almeida, Caroline. 2015. Disponível em: <<http://jornal.ufg.br/n/81337-plagio-questao-de-educacao>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

³ Resolução 002-2017-PPGA. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/mestradoadm/files/2017/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-002-2017-PI%C3%A1gio-e-%C3%A9tica.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

trabalhos acadêmicos”⁴, de 4 de maio de 2017, no qual a Universidade esclarece que “participar de palestras, ler cartilhas, tutorias e acessar *sites* sobre os prejuízos de pesquisas copiadas” auxilia o aluno a não cometer o plágio. Além disso, disponibilizam uma página para ajudar nas dúvidas acerca de como citar e referenciar, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Dicas rápidas para não cair no plágio.

<p>DICAS RÁPIDAS PARA NÃO CAIR NO PLÁGIO:</p> <p>1 – SALVE A FONTE Não deixe para anotar de onde você tirou as informações na última hora. Assim que decidir as citações que vai usar, anote o nome da obra, autor e página. Para organizar isso, você pode usar softwares disponíveis na internet.</p> <p>2 – ESCOLHA UM TIPO DE CITAÇÃO Após decidir quais fontes usar, defina se vai utilizar a citação direta ou paráfrase.</p> <p>3 – REFERENCIE Além das citações, é importante que você adicione as referências que usou e de onde as tirou. Para isso, siga as normas ABNT.</p>

Fonte: UFJF, 2017

Outra Universidade a dar grande destaque ao assunto, é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. As Bibliotecas da UFRGS disponibilizam informações sobre ferramentas gratuitas para se detectar o plágio, bem como, instrumentos que podem auxiliar na escrita do trabalho acadêmico. Uma das ferramentas para se detectar o plágio destacada pela universidade é o Google, pela facilidade de uso. No entanto, fazem a seguinte recomendação:

Para facilitar a busca, recomenda-se colocar frases da conclusão ou das considerações finais do trabalho. Afinal, dois acadêmicos podem chegar aos mesmos resultados e às mesmas conclusões, mas dificilmente irão descrevê-los exatamente com as mesmas palavras.⁵

A Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, dispõe da Resolução n. 026, de 10 de setembro de 2019⁶, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), com o objetivo de conscientizar, identificar e instituir medidas administrativas para se evitar o plágio. No

⁴ Saiba como evitar o plágio em trabalhos acadêmicos. 2017. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/05/04/saiba-como-evitar-o-plagio-em-trabalhos-academicos/>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁵ Ferramentas gratuitas para detectar casos de plágio acadêmico. 2013. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/blogdabc/ferramentas-gratuitas-para-detectar/>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁶ Resolução n. 026, de 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/profiap/system/files/imce/Modelos/Resolucao_026_2019_plagio.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

Capítulo II a Resolução trata da educação e da prevenção contra a violação dos direitos autorais, e determina em seu artigo 10:

Art. 10. É responsabilidade da instituição, no exercício de sua responsabilidade social, a promoção de eventos periódicos organizados por seus servidores docentes e técnico administrativos para contribuir continuamente com a educação e prevenção contra a contrafação e o plágio na academia.

Além do caráter educativo, a supracitada Resolução também traz regras para se punir o aluno que comprovadamente violar direitos autorais. Tais punições se dividem em: repreensão e prazo para correção do trabalho, caso a violação seja de pequena gravidade, e no caso de infrações de grande gravidade e recorrência das pequenas o aluno é sujeito à reprovação sem prejuízo das sanções administrativas.

Já a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, possui um manual de orientações para elaboração de trabalhos científicos, com fundamento em três normas: ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, APA – American Psychological Association, além do Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas – VANCOUVER.

A Resolução n. 05/2012⁷ do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social: Interações Midiáticas, da PUC Minas, determina as sanções de advertência, repreensão, suspensão e desligamento nos casos de plágio com fundamento no Regimento Geral da Universidade. Da mesma forma, o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião⁸, esclarece que o discente que “utilizar-se de plágio, ou não respeitar direitos autorais, em qualquer item da sua dissertação ou tese”, será desligado do Programa.

A Universidade de São Paulo – USP, mantém a ferramenta Turnitin disponível para a comunidade acadêmica como forma de valorizar a integridade acadêmica de pesquisa. Segundo o disposto na página da USP⁹:

“A conduta ética deve nortear todas as atividades acadêmicas e científicas. Os princípios éticos relativos à ciência e à pesquisa expressam-se primordialmente a

⁷ Resolução n. 05/2012. Disponível em: <

https://www.pucminas.br/pos/fca/Documents/DOC_DSC_NOME_ARQUI20150521111917.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

⁸ Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Disponível em:

<https://www.pucminas.br/pos/religiao/Documents/Regulamento%2003_04_2019.pdf#search=Regulamento%20do%20Programa%20de%20P%C3%B3s%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Ci%C3%A7ncias%20da%20Religi%C3%A3o>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁹ Integridade e Prevenção do Plágio. Disponível em: <<https://www.aguia.usp.br/apoio-pesquisador/integridade-prevencao-plagio/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

partir de duas vertentes: a **integridade em pesquisa** e o **respeito aos direitos autorais.**”

No ano de 2013, a Universidade de São Paulo – USP implementou o Programa Integridade em Pesquisa, com vistas a

promover o desenvolvimento de uma política institucional de ética e integridade em pesquisa, sobretudo a pesquisa bibliográfica, a partir da proposição de diretrizes relacionadas ao respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual, por meio de ações integradas de conscientização e prevenção, em conjunto com os demais órgãos da Universidade. Várias são as ações que o SIBiUSP tem desenvolvido nesse sentido, as quais abrangem desde cursos diversos sobre redação científica, direitos autorais, até a aquisição e oferta de serviços e software de prevenção e de detecção de plágio. (FERREIRA et. al, 2013, p. 3)

Dentro do programa foi realizado o estudo “Percepções dos pós-graduandos da Universidade de São Paulo sobre a ocorrência de plágio no ambiente universitário”, que contava com a participação dos alunos de pós-graduação, por meio de respostas a um questionário *online*, contendo 30 (trinta) questões. Com uma população de 22.348 alunos, a quantidade de participação foi de 15,58% (3.497 estudantes). As questões tratavam de temas como intencionalidade do plágio, modalidades de ocorrência, conhecimento das normas de citações e referências bibliográficas e ações preventivas. O estudo obteve a seguinte conclusão:

De acordo com os resultados obtidos constatou-se que os estudantes possuem noções espontâneas e superficiais sobre o plágio, principalmente do ponto de vista teórico e conceitual. Entretanto, é noção compartilhada de que o problema existe e ocorre por diferentes razões, sejam elas de caráter ético, caso do plágio deliberado com o intuito de obter melhores resultados, bem como devido a dificuldades pessoais relacionadas à redação científica caso, por exemplo, da ineficiência na indicação de autoria e na identificação das fontes (citações e referências) da forma requerida pelas convenções o que pode conseqüentemente levar a ocorrência do plágio acidental, ou seja, modalidade na qual a configuração da fraude não se dá por má fé, mas por imperícia técnica no uso das fontes consultadas. (FERREIRA et al. 2013.pág. 54)

Outra Instituição de ensino que dispõe de bastante material sobre o assunto, considerando a busca pelo termo “plágio” em seu portal, é a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Em 2018 a Universidade desenvolveu a pesquisa “Integridade Acadêmica na Unicamp: o que os alunos pensam?”, em parceria com a empresa de *software* educacional Turnitin. De acordo com a Universidade o estudo tem objetivo educativo e preventivo, buscando-se promover “boas práticas acadêmicas da Universidade”. A

Universidade também utilizou de um questionário *online* e obteve a participação de 958 estudantes, sendo 35% da graduação e 65% da pós-graduação. A pesquisa abordou temas como intencionalidade, regras de citação e ações de enfrentamento. Os dados destas pesquisas (USP e UNICAMP) serão apresentados mais a frente no tópico Discussões e resultados.

3.2 DIREITO AUTORAL

A obrigação de proteger o direito do autor surgiu com a invenção da tipografia e da imprensa. Inicialmente, o direito autoral possuía duas concepções diferentes: o *copyright* e o *droit d'auteur*. Estes dois sistemas, segundo Coelho (2012, p. 560), embora diferentes tiveram trajetórias convergentes e por isso merecem ser estudados.

O sistema anglo-saxão do direito autoral é referido pela expressão *copyright*, alusiva ao direito exclusivo de tornar pública a obra [...]; já o sistema dos direitos de filiação românica é referido por *droit d'auteur*, expressão que enfatiza a titularidade do autor sobre sua criação intelectual e os frutos dela provenientes [...].

O direito brasileiro adotou o sistema *droit d'auteur*, e a primeira legislação sobre o direito autoral surgiu em 1898, e ficou conhecida como Lei Medeiros de Albuquerque. Em 1886, foi instituída em Berna – Suíça, a Convenção Internacional para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, com o objetivo de definir padrões internacionais para proteção dos direitos do autor. Posteriormente, no ano de 1953 em Genebra, formalizou-se a Convenção Universal dos Direitos do Autor que, atualmente, é de responsabilidade da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, e que serviu de modelo para a legislação brasileira.

Cronologicamente a legislação brasileira sobre direitos autorais, deu-se da seguinte forma:

Quadro 2 – Cronologia da legislação do Direito Autoral no Brasil

1827	Lei de criação dos primeiros cursos de Ciências Jurídicas no Brasil	Estabelecia direitos autorais dos professores sobre o material produzido para o curso pelo período de 10 anos.
1891	Constituição Republicana	Garantiu, de forma genérica, os direitos autorais.
1898	Lei n. 496 – Lei Medeiros de Albuquerque	Inspirada na Convenção Internacional de Berna.
1916	Código Civil	Destinava três capítulos aos Direitos Autorais e estes eram apresentados como bens móveis, passíveis de cessão.
1973	Lei n. 5.988	Regulava os direitos autorais e dava outras providências.
1998	Lei n. 9.610	Lei dos Direitos Autorais – LDA

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Cabe destacar que a Constituição Federal de 1988 aborda em seu artigo 5º, XXVII, que “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar” (BRASIL, 1988).

Segundo Dalla Costa (2016), os direitos autorais integram o conjunto de direitos protegidos sobre o título de Propriedade Intelectual e que além de tutelar a autoria, os Direitos Autorais estabelecem os limites do direito do autor buscando o equilíbrio entre os interesses públicos e os privados, bem como, protegem a forma de expressão das ideias e sua materialização. Compartilha a mesma posição Barbastefano (2007), acrescentando que os Direitos Autorais visam garantir os direitos morais e patrimoniais do autor em relação à obra que criou. Assim sendo, cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra, seja ela literária, artística ou científica.

As prerrogativas morais referem-se ao vínculo pessoal e perene que une o criador à sua obra, por outro lado as prerrogativas materiais referem-se aos efeitos econômicos da obra e o seu aproveitamento, mediante a participação do autor, em todos os processos e resultados (VANIN, 2016). Nesse sentido, destaca-se o Quadro 3, elaborado por Vanin (2016), no qual aponta as modalidades do Direito Autoral, seu objeto de proteção, seus requisitos e os direitos assegurados ao titular.

Quadro 3 – Modalidades do Direito Autoral

DIREITOS AUTORAIS				
Modalidades de Direito	Objeto de Projeção	Requisitos	Direito Assegurado ao Titular	Exemplos
Direito do autor	Criações Literárias, artísticas, científicas.	Criação do espírito humano no âmbito de obras literárias, artísticas e científicas.	- Moral: inalterabilidade da obra. - Patrimonial: aproveitamento econômico por meio da publicação, reprodução e execução, tradução e qualquer outra modalidade da difusão. - Proteção em todos os países signatários da Convenção de Berna	Livros, artigos, letras de músicas, quadros, esculturas, projetos arquitetônicos.
Direitos Conexos	Direitos dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores fotográficos e das empresas de radiodifusão.		- Moral: inalterabilidade da obra e nome ou pseudônimo vinculado à obra. - Patrimonial: autorizar ou proibir a fixação, reprodução, radiodifusão e publicação das suas interpretações e execuções.	Peças de teatro, filmes, shows, concertos, novelas, programas de rádio e tv.

Fonte: Vanin, 2016.

Para Coelho (2012) o direito autoral não tutela os direitos sobre a obra artística, literária ou científica em razão de seu valor intrínseco como bem de cultura, e sim para assegurar o retorno do investimento feito na elaboração, produção, distribuição, encenação ou exposição da obra. Ainda segundo o autor os direitos autorais possuem quatro características fundamentais: protege-se a forma que a ideia é exteriorizada; há sempre um suporte físico ligado a obra; os direitos patrimoniais são temporários e os morais eternos; independem de registro ou outra formalidade (Coelho, 2012).

Já em relação ao objetivo do direito do autor, este é proteger o criador e as obras resultantes, direta ou indiretamente, além de amparar a concepção do autor apresentada sob determinada forma. As ideias e os pensamentos não são protegidos pelo direito autoral, somente o são quando exteriorizados, ou seja, passados para um documento em concreto deixando de existir apenas em nossa mente (VANIN, 2016. FERREIRA; OLIVEIRA, 2012).

Além das ideias, o artigo 8º da Lei n. 9.610 (BRASIL, 1998), apresenta um rol de objetos não protegidos:

- Art. 8º Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:
- I - as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;
 - II - os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;
 - III - os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;
 - IV - os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;
 - V - as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;
 - VI - os nomes e títulos isolados;
 - VII - o aproveitamento industrial ou comercial das idéias contidas nas obras.

Dessa forma, “valer-se de ideias semelhantes como inspiração para a criação de obra intelectual não pode ser considerado plágio” (BABINSKI; PARAHYBA, 2015, p. 7).

Com o advento da globalização fez-se necessário a regulamentação em nível mundial dos direitos autorais, para que a criação de um indivíduo em um país não sofresse contrafação ou plágio em outro, assim, juntamente com a criação da Organização Mundial do Comércio – OMC surgiu o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPs (COELHO, 2012). Assevera o autor (2012, p. 576) que:

A globalização pressupõe que o direito autoral adote, no mundo todo, os elevados padrões de proteção estabelecidos em tratados internacionais. Com a integração dos mercados, as regras jurídicas tutelares da propriedade intelectual devem ser harmonizadas, para que as contrafações e plágios sejam reprimidos do mesmo modo em todos os lugares.

Segundo Babinski e Parahyba (2015, p. 7):

A originalidade da obra intelectual não se confunde com o ineditismo da ideia, mas sim com os aspectos objetivos e subjetivos presentes na estrutura e desenvolvimento da ideia *expressos* na obra. Somente a partir da análise destes é que poderemos dizer se estamos diante de caso de plágio ou não.

A figura principal na proteção concedida pelo direito é o autor, cujos conceito e particularidades são apresentadas a seguir.

3.2.1 Autor

Autor é o criador da obra intelectual e o destinatário da proteção jurídica pelo Direito Autoral (COELHO, 2012). Para Krokosz (2015, p. 59):

O conceito de autor não poderia passar intocado diante de acontecimentos históricos como a invenção da imprensa móvel e o surgimento da internet, pois ambos tiveram implicações diretas e significativas no processo de produção e circulação das ideias escritas.

A Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispõe sobre os direitos autorais e define autor como a “pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica”, podendo para isso “usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional” (BRASIL, 1988). Ressalta-se que a supracitada lei informa ainda pertencer “ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou”. Entre os direitos morais conferidos ao autor estão o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra, bem como, retirá-la de circulação ou suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem (BRASIL, 1998).

O direito brasileiro não considera como autor as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados, como no direito norte-americano, e conforme artigo 27 da Lei n. 9.610 os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis. Assim, o direito do autor deve ser respeitado e atribuir, como sua, obra alheia é considerado crime pelo Código Penal (art. 184 – Decreto-Lei n. 2.848/1940). Desse modo, é primordial a conscientização, em âmbito acadêmico, dos alunos de graduação e pós-graduação. Essa compreensão pode ser efetuada, tanto pelos orientadores, durante a elaboração de trabalhos acadêmicos, como também pela disciplina de Metodologia Científica.

A literatura faz diferenciação sobre a autoria patrimonial que é a protegida pela Lei n. 9.610/98 e a autoria científica. Krokosz (2015) citando Biagioli (2003) aponta as principais diferenças entre os dois tipos de autoria, conforme Quadro 4:

Quadro 4 – Diferenças entre autoria patrimonial e autoria científica.

Autoria patrimonial	Autoria Científica
- Trabalhos são protegidos por direitos autorais mesmo que não sejam publicados.	- A validade de um trabalho científico depende de sua publicação e validação dos pares.
- O autor recebe direitos autorais pela originalidade subjetiva de sua obra mesmo que não seja apreciada pelas outras pessoas.	- Uma obra científica não é reconhecida pela subjetividade de seu autor, mas pela objetividade de suas constatações sobre a natureza, o que não é propriedade do cientista.
- Lógica da economia capitalista (quantitativa).	- Lógica da economia da gratuidade (qualitativa).
- O crédito obtido pela obra é dinheiro.	- O crédito obtido pela obra é o reconhecimento.
- Campo da propriedade privada.	- Campo do domínio público.
- A propriedade é transferível.	- A propriedade é inalienável.
- O patrimônio do autor é a sua obra.	- O patrimônio do autor é o seu nome.

Fonte: Krokosz, 2015 adaptado e traduzido de Biagioli, 2003, p. 254

3.3 DISCIPLINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA E INTEGRIDADE ACADÊMICA

3.3.1 – Metodologia Científica

A disciplina de metodologia científica está presente em praticamente todos os cursos de nível superior – graduação e pós-graduação. Consoante Krokosz (2011) deve ser trabalhada na disciplina a instrumentalização técnica dos estudantes na produção de textos, de modo que aprendam os recursos de elaboração textual, como é o caso do uso de paráfrases, bem como, a correta indicação de autores (citações) e identificação dos documentos consultados (referências).

Leciona Oliveira (2016, p. 47), que:

[...] um dos grandes problemas que a maioria dos alunos apresenta ao ingressar no ensino superior é a falta de orientação quanto à organização para o estudo e pesquisa, o que leva apenas a realizar pesquisas de modo primário, sem a consciência e relevância do que caracteriza a produção de um texto crítico e argumentativo nos padrões normativos.

Ainda segundo Oliveira (2016, p. 60), o estudante deve ser “bem instruído metodologicamente” para que não cometa nenhum deslize em relação à citação da autoria das informações inseridas em seus trabalhos acadêmicos.

No âmbito da UTFM, conforme pesquisa realizada no *site* da Universidade verifica-se que dos 28 (vinte e oito) cursos de graduação, ofertados pela sede e Campus Iturama, 19

(dezenove) mantém a disciplina de Metodologia Científica como componente curricular obrigatório e 2 (dois) como componente curricular eletivo. Os demais cursos, apesar de não conter a disciplina em seu Projeto Pedagógico, oferecem disciplinas que tratam do assunto como Trabalho de Conclusão de Curso e Leitura e Produção de Texto. Tais disciplinas têm o objetivo de repassar aos alunos métodos de elaboração de texto de caráter científico, normalização de publicações técnico-científicas, construção do projeto de pesquisa (problema, objetivos, revisão de literatura, metodologia), entre outros assuntos.

Na UFTM, destaca-se o curso de Ciências Biológicas – Campus Iturama, cuja ementa da disciplina Metodologia Científica (UFTM, 2015, p. 79), dispõe:

EMENTA: O pensamento científico e o método hipotético-dedutivo; elaboração de perguntas, hipóteses e previsões; projetos científicos; pesquisa científica e seus tipos: descritiva, de associação e de interferência; pesquisa e recuperação da informação bibliográfica, citações e referências; pôsteres científicos e congressos; apresentações orais; tabelas, figuras e legendas; preparação de artigos, TCCs, dissertações e teses; redação de textos científicos; coautoria espúria, plágio, fraude e troca de citações; dificuldades, ousadia e humildade na carreira científica. (Grifei)

Verifica-se que a disciplina tem o cuidado de não só repassar aos alunos informações sobre a forma de efetuar uma pesquisa e elaborar um artigo científico, bem como, expressa a preocupação com o plágio, mediante transmissão de conhecimentos sobre coautoria espúria, fraude e troca de citações.

Além dos conhecimentos repassados aos alunos, sobre as regras e normatização para elaboração de um trabalho de pesquisa, é importante que a Instituição de ensino ofereça informações sobre boas práticas e ética em pesquisa.

3.3.2 – Integridade acadêmica

A princípio cabe ressaltar o que o Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP (2011, p. 35), esclarece sobre a responsabilidade das instituições de pesquisa:

As instituições de pesquisa compartilham com os pesquisadores individuais a responsabilidade pela preservação da integridade ética da pesquisa científica. Elas são as responsáveis principais pela promoção de uma cultura de boa conduta científica entre os pesquisadores e estudantes a ela vinculados, assim como pela prevenção, investigação e punição de más condutas científicas que ocorram em seu âmbito.

Ainda segundo a FAPESP (2011) são três as condutas mais graves e que mais se repetem em pesquisas: fabricação de dados inverídicos, falsificação de dados e o plágio.

Para a Turnitin, Empresa de Serviços de Tecnologia Educacional, a integridade significa adesão “aos princípios morais e éticos, solidez do caráter moral e honestidade” (Turnitin, 2018). Segundo a empresa, para que a cultura da Integridade seja construída são necessários quatro pilares, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Pilares da Integridade acadêmica

Áreas focais			
Política	Conscientização	Educação	Proteção
Defina as normas e políticas	A política deve ser comunicada claramente aos professores e alunos	Apoie os alunos a desenvolverem suas habilidades de pesquisa, citação, escrita e integridade acadêmica:	Aplique as regras da política para educar e proteger os padrões de qualidade da instituição
- Adote a integridade acadêmica como um valor central; - Acompanhe a implementação de padrões em nível institucional (ao invés de esforços isolados por departamento).	- Esclareça o comportamento esperado dos alunos, professores e pesquisadores; - Incentive os alunos a assumirem a responsabilidade pela integridade acadêmica.	- Apoie o papel do professor como guia e mentor; - Incentive o compromisso de aprender ao longo da vida; - Desenvolva processos de avaliação justos e que incentivem a aprendizagem.	- Garanta processos e ferramentas para checagem padronizada que ajude a minimizar o comportamento desonesto; - Responda firmemente aos casos de desonestidade acadêmica conforme as normas e política.

Fonte: Turnitin, 2018

3.4 PROGRAMAS DE DETECÇÃO DE PLÁGIO

A detecção do plágio não é uma tarefa muito fácil de ser realizada, visto que a pessoa que comete a fraude, muitas vezes utiliza de práticas que dificultam a sua identificação, como por exemplo a tradução de artigos de língua estrangeira sem citação da fonte.

Apesar da essência desse item ser os programas de detecção, uma forma de verificar se foi o estudante quem realmente fez o trabalho é pedir “ao aluno que explique determinadas passagens do trabalho”, ou seja, “quando o estudante não sabe o que está escrito, fica evidente que ele não é o autor do texto apresentado” (FECAP, 2018, p. 3).

Para Pertile (2011, p. 15), os programas de detecção de plágio apontam “o grau de similaridade entre dois documentos, mas sempre se faz necessário a verificação manual de um humano para verificar se o documento suspeito pode ser considerado como um ato de plágio”. Pertile (2011, p. 24) citando Santana e Joberto (2003), informa a existência de duas

categorias de detecção de plágio: o sistema de detecção de plágio por palavras “realizado por cruzamento de palavras geralmente pré-estabelecido um tamanho mínimo de caracteres na palavra” e o sistema de detecção de plágio por sentença “no qual o cruzamento é feito por um conjunto de palavras, podendo ser ou não delimitada por sinal de pontuação”.

Existem várias opções de programas no mercado, alguns com versões grátis e em língua portuguesa, bem como, os profissionais que demandam pagamento de mensalidade ou compra do *software*. O Quadro 6 traz alguns programas com suas especificidades.

Quadro 6 – Programas de detecção de plágio

Programa	Tipo	Características	Desvantagens
Turnitin Plagiarism.org iThenticate.com	Privado On line	O rastreio é feito na internet buscando documentos com conteúdo semelhante; Emite relatório de originalidade do trabalho.	Não disponibiliza tradutor para detecção de plágio bilingue.
Farejador de plágio	Privado	Após análise do texto, somente as sentenças que tiverem ocorrência acima de quatro vezes são apresentadas; Os documentos são verificados no formato .doc; A análise é feita de forma rápida, normal, detalhada e rigorosa.	Não disponibiliza tradutor para detecção de plágio bilingue; Ao utilizar dez palavras para compor uma sentença, apresenta uma quantidade alta de resultados irrelevantes.
Plagius Detector	Privado com versão grátis para teste	Busca na internet frases semelhantes; Apresenta relatório com percentual de expressões que foram consideradas com indícios de plágio e suas referências.	Não disponibiliza tradutor para detecção de plágio bilingue; Permite que os usuários alterem o número de palavras que compõem uma sentença, alterando significativamente a precisão dos resultados retornados.
Plagium	Gratuito On line	Permite somente a submissão de um trecho e não um documento em arquivo.	Não disponibiliza tradutor para detecção de plágio bilingue.
Viper	Gratuito Desktop	Busca na internet palavras-chaves coincidentes com os trechos apresentados; Relatório em forma de tabela, com link das páginas em que foram detectadas.	Não disponibiliza tradutor para detecção de plágio bilingue.

Fonte: Elaborado a partir de Pertile, 2011

Além dos programas de detecção são utilizados ainda, por alguns profissionais, para pesquisas de indícios de plágio, os chamados motores de busca:

“[...] muitos dos professores também tem optado por motores de busca como auxílio nesta tarefa. Motores de busca são ferramentas da Web que, utiliza-se de softwares ou programas de pesquisa para efetuarem os processos de busca, indexação e atualização de suas bases de dados, ou seja, são baseados no uso exclusivo de programas de computador para a indexação das páginas da Web”. (Pertile, 2011, p. 34)

Os *sites* de busca mais conhecidos são o Google e o Yahoo. O Google é o mais usado no mundo, e de acordo com Ribeiro (2019), “a ferramenta gratuita reúne em uma só página qualquer tipo de assunto ou conteúdo sobre determinada palavra chave”. De acordo com o *site* ASB Marketing (2017):

Ao contrário do que muitos pensam, o **Google** não procura na internet inteira a cada vez que um usuário faz uma busca. Em vez disso, ele conta com ferramentas que escaneiam a web o tempo todo e indexam o conteúdo encontrado. Dessa forma, quando alguém faz uma pesquisa, o buscador procura dentre as páginas indexadas e exibe as mais relevantes, de acordo com uma ferramenta que classifica a qualidade do conteúdo.

O Yahoo, o terceiro *site* de busca mais popular no mundo, “é uma plataforma comum, que apenas replica os resultados entregues por Bing e Google, sem oferecer nenhuma inovação ao usuário” (PATEL, 2020).

Ressalta-se que a busca realizada nos *sites*, serve somente para localizar páginas que contém assuntos relacionados ao tema pesquisado, devendo a verificação ser realizada de forma manual.

4. METODOLOGIA

A pesquisa realizada no âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM foi executada em duas vertentes, sendo: coleta de dados *online* com os discentes e docentes da universidade com questões relacionadas ao plágio e suas implicações e análise de trabalhos de conclusão de cursos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, com o intuito de verificar se contém indícios de plágio.

Em relação a pesquisa realizada com os docentes, foi elaborado um questionário com 12 (doze) perguntas objetivas, sendo que algumas possuíam abertura para comentários. O instrumento desenvolvido no *Google Drive* Formulários, foi aprovado pela Comissão de Ética e Pesquisa, CEP – UFTM (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE n. 17763019.8.0000.5154). Aos Professores do Magistério Superior efetivos e substitutos da Universidade, foi enviado convite para participar da pesquisa, via e-mail.

O questionário encaminhado aos discentes, seguiu os mesmos trâmites, e foi dividido em duas seções, a primeira com 16 (dezesesseis) questões era direcionada aos alunos que informavam terem conhecimento sobre o que era plágio. A segunda seção, composta de 9 (nove) questões, era destinada aos alunos que não possuíam conhecimento ou não tinham certeza do que era plágio.

A participação foi precedida de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices A e C), com a informação de que não haveria divulgação da identidade dos docentes e discentes participantes.

A análise das respostas foi realizada de forma quantitativa. A pesquisa quantitativa produz medidas precisas e úteis para a correta tomada de decisões. Entre os meios da pesquisa quantitativa, está o questionário que pode ser realizado de diversas formas – *online*, presencial, etc., e suas respostas são sempre objetivas (INSTITUTO PHD, 2018).

O público alvo da pesquisa constituiu-se por todos os alunos da UFTM (Graduação e Pós-Graduação), matriculados na Instituição no ano de 2019, e pelos professores do Magistério Superior atuantes na Graduação e Pós-Graduação. Para levantamento do tamanho amostral, foi solicitado à Universidade (via e-SIC) a quantidade de alunos matriculados na Instituição referente a 2019, separados por gênero e nível do curso (Graduação e Pós-Graduação). Já o total de alunos da Especialização (512 alunos) foi informado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG. Assim, foi computado a seguinte

quantidade de discentes: Graduação – 5.954 alunos, sendo 3.463 do sexo feminino e 2.491 do sexo masculino, Pós-Graduação – 715 alunos, sendo 493 do sexo feminino e 222 do sexo masculino, Especialização 512 (nessa modalidade não foi disponibilizada a separação por gênero), totalizando 7.181 estudantes. Dessa forma, o cálculo amostral apurado foi de 365 (trezentos e sessenta e cinco) alunos, considerando uma população de 7.181 indivíduos, erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%, num processo de amostragem aleatória simples. De acordo com Novaes (2018) “um experimento aleatório depende apenas do acaso. Isto quer dizer que não podemos prever o que vai ocorrer no experimento, mesmo que as condições de realização do evento sejam as mesmas em todos os casos”.

No caso dos docentes, localizou-se na página da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFTM a relação de docentes por Instituto referente a dezembro de 2019, na qual consta o total de 606 docentes na universidade. Observando-se a população de 606 indivíduos, erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%, num processo de amostragem aleatória simples, obtivemos o cálculo amostral de 236 (duzentos e trinta e seis) docentes.

Concomitante ao envio dos questionários foi efetuada a escolha de trabalhos de graduação e pós-graduação de alunos egressos da UFTM, com o objetivo de verificar se os mesmos possuíam indícios de plágio. Os trabalhos, no total de 50 (cinquenta) foram escolhidos de forma aleatória, mediante acesso a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD da UFTM, com o cuidado de que abrangessem diversos cursos de graduação, programas de mestrado e doutorado, ou seja, não foi analisado nenhum curso ou programa específico. Não houve representação estatística na escolha da quantidade de trabalhos a serem analisados.

Salienta-se que não haverá divulgação dos trabalhos analisados, do nome dos discentes e ou orientadores, bem como, dos cursos ou programas a que pertencem.

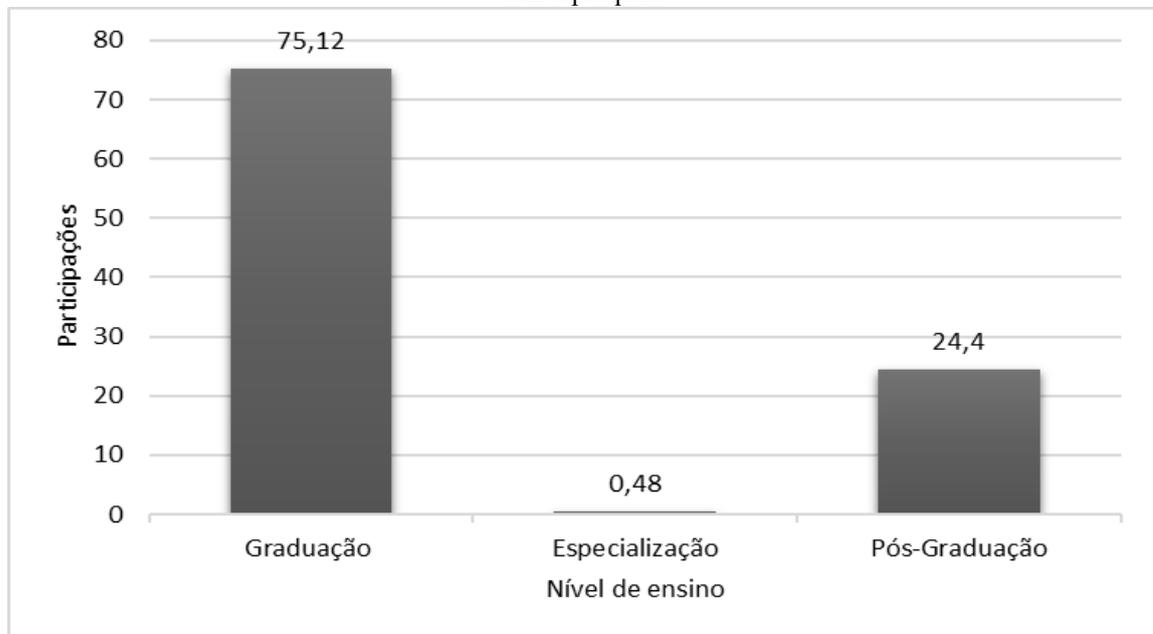
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 COLETA DE DADOS DISCENTES

O questionário, aplicado aos discentes, esteve disponível para respostas no período de outubro/2019 a abril/2020, sendo que, paralelamente, foi efetuada a pesquisa por meio de questionário impresso, nas dependências da Universidade.

Ao final, houve a participação de 414 alunos, sendo 311 da graduação, 2 da especialização e 101 da pós-graduação, equivalente aos percentuais apresentados na Figura 2.

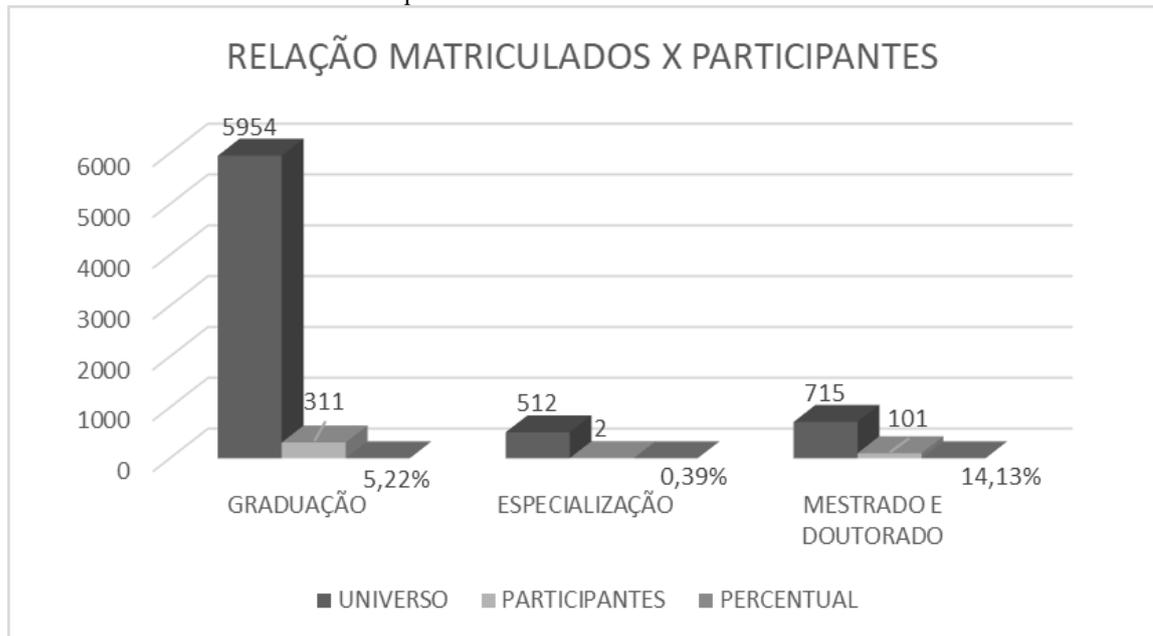
Figura 2 – Respostas, em porcentagem, por nível de ensino dos participantes discentes que colaboraram com a pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Em relação a quantidade de respostas recebidas e a quantidade de alunos matriculados em cada modalidade, tem-se os percentuais informados na Figura 3.

Figura 3 – Participação, em porcentagem, por nível de ensino dos participantes discentes em relação a quantidade de alunos matriculados



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Dos 414 respondentes 74,9% são alunas, ou seja, 310 participações (235 da graduação, 1 da especialização e 74 da pós-graduação). Já a participação dos alunos ficou em 25,1%, num total de 104 participantes (76 da graduação, 1 da especialização e 27 da pós-graduação). A UFTM possuía no ano de 2019, 5.954 alunos matriculados na graduação, sendo 2.491 alunos (41,84%) e 3.463 alunas (58,16%). Já na pós-graduação são 715 estudantes sendo 222 alunos (31,05%) e 493 alunas (68,95%). Outro dado a ser destacado é que a maioria das respostas vieram de alunos dos primeiros períodos dos cursos (1º ao 4º período), o que equivale a 48,6% do total.

A pesquisa teve como pergunta inicial se o aluno tinha conhecimento do que é plágio. Aos que manifestaram conhecimento sobre o assunto, houve uma sequência de 12 (doze) perguntas objetivas, com a possibilidade de apresentar justificativas, críticas e sugestões. Já aqueles que não possuíam conhecimento do assunto, ou que não tinham certeza do seu significado, foi apresentado um breve conceito sobre o tema e, posteriormente, foram propostas 5 (cinco) questões objetivas e espaço para que, se quisesse, apresentasse manifestações.

A seguir, será apresentado um breve comentário sobre cada uma das perguntas, dando-se destaque em algumas respostas. As perguntas foram divididas em dois grupos, o primeiro refere-se àquelas em que os alunos informaram terem conhecimento sobre o assunto e o segundo dos alunos que, em princípio, não tinham conhecimento sobre plágio. Visto que cada

uma das perguntas obteve diversas manifestações, as mais relevantes serão disponibilizadas no Anexo B.

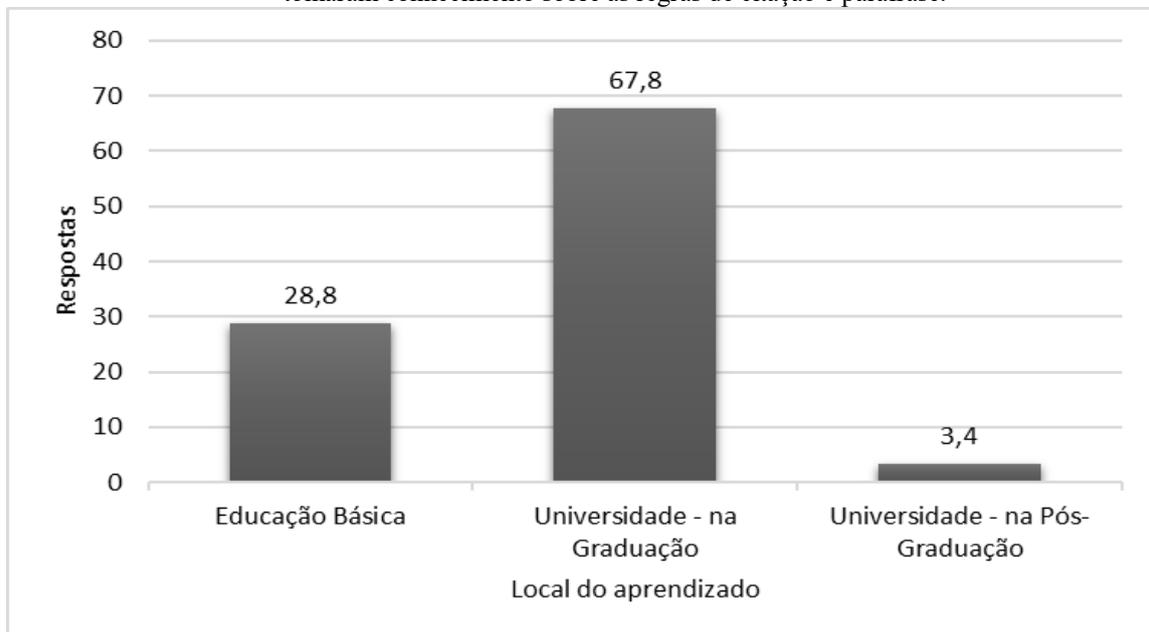
5.1.1 Seção 1 – Alunos que possuem conhecimento sobre o plágio

Afirmaram terem conhecimento sobre o que é considerado plágio 385 estudantes, o que representa 93% do total de participantes, sendo 285 da Graduação (214 alunas e 71 alunos), 02 da Especialização (1 aluno e 1 aluna) e 98 da Pós-Graduação (73 alunas e 25 alunos).

5.1.1.1 Questão 5 – Quando tomou conhecimento sobre as regras de citação e paráfrase?

Perguntados quando haviam tomado conhecimento sobre as regras de citação e paráfrase, foi apurado o exposto na Figura 4.

Figura 4 - Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes quando questionados sobre em que momento tomaram conhecimento sobre as regras de citação e paráfrase.



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Verifica-se que é na Universidade que a maioria dos alunos recebem informação sobre o plágio e suas consequências. Para Krokosz (2015, p. 22) tal situação é justificável, já que:

Nas séries iniciais, quando o aluno está passando pelo processo de aprendizagem da escrita a atividade de cópia textual é um procedimento útil e mesmo necessário para

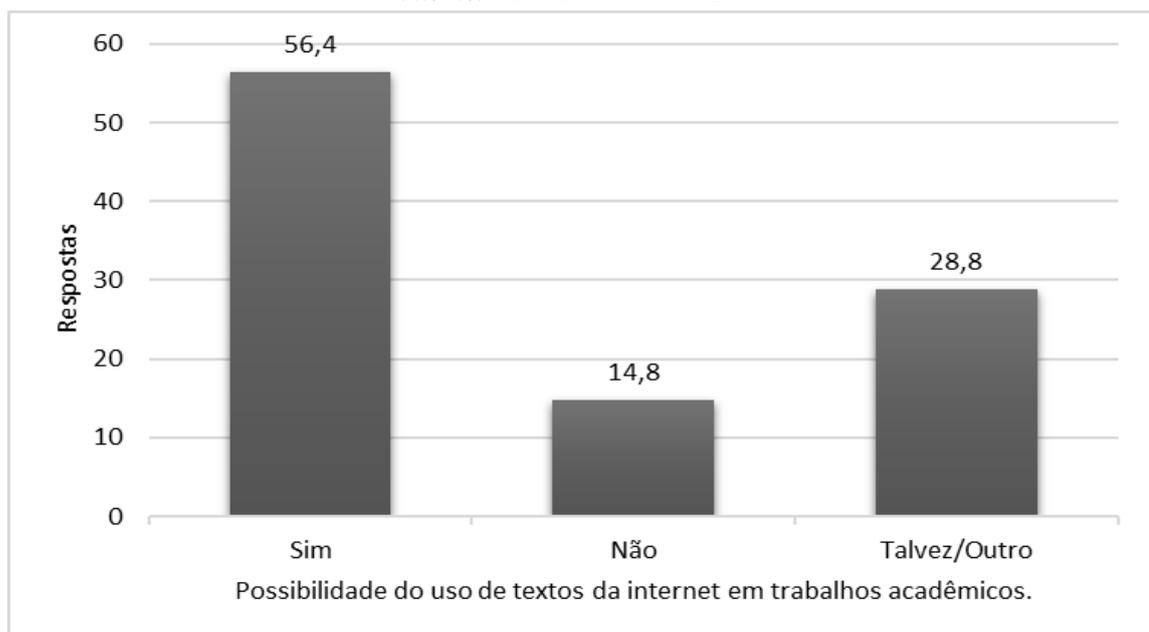
o desenvolvimento do hábito da escrita e familiarização com palavras, frases, períodos, gêneros e estilos textuais. No processo de letramento, o aluno precisa ter a oportunidade da cópia para exercitar a prática da escrita.

5.1.1.2 Questão 6 – *É permitido ao(a) aluno(a) utilizar textos da internet em trabalhos acadêmicos?*

Considerando que muitos autores responsabilizam a *internet* pelo aumento dos casos de plágio, devido a facilidade de “copiar e colar”, o objetivo da pergunta, era verificar se o aluno estabelece critérios ao usar um texto da *internet*, e ainda como tratam a questão de referenciar aquela fonte. Como pode ser observado na Figura 5, a maioria dos alunos responderam sim à questão (217 alunos – 152 da graduação, 64 da pós-graduação e 1 da especialização), mas com algumas ressalvas: desde que os artigos tivessem embasamento científico, que o *site* possuísse confiabilidade, e que ao utilizá-lo o aluno fizesse a correta citação e devida referência.

As respostas negativas (57 alunos – 46 da graduação e 11 da pós-graduação) somaram 14,8% do total, com a justificativa de que só é permitido o uso de trabalhos científicos. Já os que ficaram indecisos (111 alunos – 86 da graduação, 24 da pós-graduação e 1 da especialização) entendem que a utilização depende do *site* a ser consultado.

Figura 5 – Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre a permissão de utilizar textos da *internet* em trabalhos acadêmicos



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

No Quadro 7 são apresentadas algumas manifestações sobre a pergunta.

Quadro 7 – Manifestações dos discentes em relação a utilização de textos da internet em trabalhos acadêmicos

	Sim	Não	Talvez/outro
Graduação	Atualmente esse é o principal mecanismo de busca o que permite ter acesso a distintas pesquisas que estão sendo feitas no mundo.	Textos científicos são permitidos, da internet não.	O aluno poderá usar textos da internet desde que faça a referência correta de onde o retirou, citando o autor, site e (em alguns casos) editora ou outra empresa que tenha participado do referido texto.
	É permitido desde que a citação seja clara e contenha o nome do autor, ou em formas de paráfrase ou como material de consulta explicitando a fonte nas referências bibliográficas.	É o ideal a utilização de artigos científicos.	É permitido usar textos da internet desde que sejam feitas as devidas referências.
	É possível utilizar, para complementar o conteúdo ministrado em aula.	Para trabalhos acadêmicos somente livros, revistas científicas e artigos científicos.	Depende da forma utilizada, como para citar exemplos, mas não como confirmação de um fato se a fonte não for segura.
Pós-graduação	Desde que de fonte confiável, preferencialmente das bases de dados científicas pertinentes ao trabalho e com a devida referência.	Nem todas as informações de textos da internet são verdadeiras. Não possuem embasamento científico.	Se for de sites procedentes e forem citados no trabalho conforme as regras, ok. Na internet encontra-se também o Google Scholar por ex.
	É necessário sempre citar a fonte, o site onde foi encontrado, e utilizar a citação mais adequada (direta ou indireta) de acordo com as normas.	Apenas de artigos científicos, evidências comprovadas.	Muitas vezes não confiáveis, todavia enriquecem quanto a análise crítica e tratam-se, atualmente, de um meio de comunicação e disseminação de conhecimento emergente.
	Textos oriundos de publicações indexadas e comprovadamente seguras, citando o autor ao final de parágrafos escritos a partir do raciocínio extraído do texto.	Textos encontrados na internet, nem sempre possuem embasamento científico. Portanto o nível de confiabilidade se torna baixo.	Depende, se for de uma fonte confiável, com viés científico, pode ser utilizado, desde que faça as devidas referências.

Fonte: Elaborada pela autora, 2020

5.1.1.3 *Questão 7 – Em sua opinião há algum problema em comprar trabalhos acadêmicos prontos?*

A oferta de trabalhos prontos na *internet* é grande, em uma busca rápida são várias as opções apresentadas. Empresas oferecem trabalhos em curto prazo, com garantia de exclusividade e sem nenhum risco de plágio. Algumas possuem propagandas bem chamativas como “Deixe um pouco de tempo para algo realmente importante. Enquanto você cuida das suas outras obrigações, nós cuidamos dos seus trabalhos acadêmicos”.¹⁰

Dos 385 participantes, 342 (249 da graduação, 91 da pós-graduação e 2 da especialização) entendem que tal prática é proibida, 25 alunos (20 da graduação e 05 da pós-graduação) não têm certeza e 18 (15 da graduação e 3 da pós-graduação) não veem problema em comprar trabalhos prontos. Entre aqueles que acham errado comprar trabalhos prontos, destaca-se as subseqüentes justificativas:

Primeiro que a pessoa vai estar mentindo sobre o próprio conhecimento acerca do assunto e isso pode prejudicar futuramente de forma direta pessoas que estejam sobre sua responsabilidade especialmente na área da saúde.

A compra de trabalhos prontos é uma fraude com o sistema de ensino e com o próprio aluno, que prejudica a sua aprendizagem.

Acho desonesto e imoral.

A construção de um trabalho acadêmico por mais árduo, dá ao aluno uma experiência nova e muito útil, além de facilitar a aprendizagem.

Por outro lado, aqueles que não tem certeza se a prática é permitida ou que aprovam tal conduta manifestaram-se de modo pertinente:

Não há problema na compra, pode haver problemas no trabalho, como o plágio ou o seu trabalho ser igual ao de outra pessoa.

Ilegal não é, mas é imoral. Em uma escala de graduação, existem pessoas que não tem condições (mentais, psicológicas, físicas...) de escrever uma monografia, mesmo tendo chegado a este ponto. É um conjunto de folhas que realmente vai impedir essa pessoa de exercer sua profissão? Agora para um pesquisador... Não sei o que pensar.

Tendo em vista que isso faz parte de um segmento que surgiu a partir do mercado, porém é necessário regulamentação e debates.

¹⁰ Seja aprovado com Studybay. Disponível em: < <https://apoiodetcc.online/>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

De acordo com o *site* Pós-graduando (2014), há várias razões para não se comprar um trabalho pronto, que vão desde o preço, pois não é barato, até a certeza que o aluno não está aprendendo nada. Além disso, corre-se o risco de que o trabalho não seja original, de boa qualidade e ainda de ser pego e não conseguir alcançar o seu objetivo. Ferreira et. al (2013), esclarece que a compra de trabalhos prontos é um tipo de plágio, mas que não há aplicabilidade da lei já que o autor é um vendedor. Na pesquisa realizada com alunos da USP, 71,7% dos participantes entendem que “a compra de trabalhos acadêmicos feitos por outras pessoas que são entregues como se tivessem sido feitos pelo próprio estudante” é um tipo de plágio deliberado (Ferreira et. al, 2013, p. 44 e 45).

5.1.1.4 Questão 8 – Assinale a alternativa que você considera estar correta quanto às regras de citação.

A questão n. 8 do instrumento de pesquisa, propunha um exercício prático sobre a adequada forma de citação e paráfrase, conforme exposto no Quadro 8.

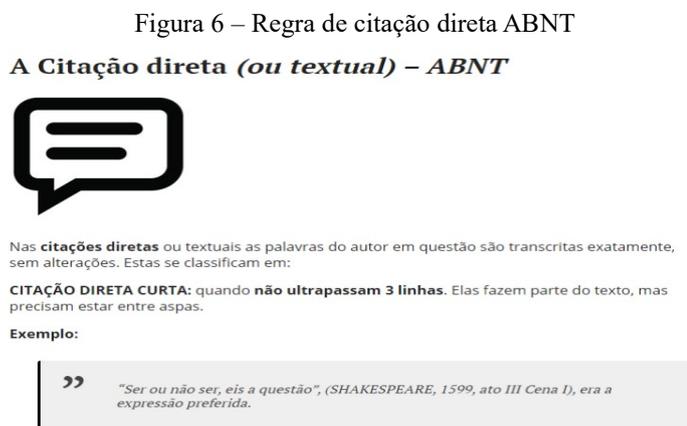
Quadro 8 – Questão n. 8 do instrumento de pesquisa discente

<p>8 – Assinale a alternativa que você considera estar correta quanto às regras de citação: “Com problemas mais do que suficientes a ocupá-lo na esfera interna, Lincoln enfrentava uma situação confusa no exterior. Um membro do Parlamento Britânico tinha apresentado uma proposta em que recomendava que a Inglaterra concedesse a condição de Estado beligerante à Confederação Sulista.” (Texto original: GOODWIN, Doris Kearns. Lincoln. Tradução de Waldéa Barcellos. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.).</p> <p>() Já não bastassem os problemas internos enfrentados por Lincoln, a recomendação para que a Inglaterra concedesse a condição de Estado combatente a Confederação Sulista era uma situação ainda mais complexa externamente.</p> <p>() Já não bastassem os problemas internos enfrentados por Lincoln, a recomendação para que a Inglaterra concedesse a condição de Estado combatente a Confederação Sulista era uma situação ainda mais complexa externamente (GOODWIN, 2013).</p> <p>() De acordo com Goodwin (2013) Lincoln enfrentava uma situação confusa no exterior. Um membro do Parlamento Britânico tinha apresentado uma proposta em que recomendava que a Inglaterra concedesse a condição de Estado beligerante à Confederação Sulista.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

A primeira opção estava completamente errada, visto que parte do texto era cópia e o restante paráfrase, mas não havia a citação da fonte, o que acabava não dando a devida autoria a quem escreveu o texto original. Contudo, 5 alunos, sendo 2 da graduação e 3 da pós-graduação (1,3% das respostas), optaram por essa alternativa. No segundo item, que estava correto, o texto foi devidamente parafraseado e referenciado. Essa alternativa foi escolhida pela maioria dos alunos participantes da pesquisa (206 marcações, 152 da graduação, 1 da especialização e 53 da pós-graduação), representando 53,5% do total. O restante dos alunos

(174, sendo 130 da graduação, 43 da pós-graduação e 1 da especialização) optaram pela terceira alternativa, que apesar de ter dado crédito ao autor do texto, não foi citada de acordo com as normas da ABNT, como mostra a Figura 6.



Fonte: Normas e regras, 2020

Diante disso, é possível notar que apesar de saber o que é plágio, a maioria dos alunos têm dificuldade na hora de usar corretamente as regras de citação. Questionados se “as pessoas cometem plágio porque não aprenderam corretamente as regras de citação”, 13,5% dos estudantes da UNICAMP, que participaram da pesquisa “Integridade Acadêmica na Unicamp: o que os alunos pensam?” (VEJA, 2018), concordaram totalmente com a pergunta, 36% concordaram parcialmente, 27,8% não possuíam opinião formada e o restante (22,7%) discordavam total ou parcialmente.

Com isso, percebe-se o quanto é importante que as regras de citação sejam ensinadas e, constantemente, lembradas aos alunos, seja da graduação ou da pós-graduação.

5.1.1.5 Questão 9 – Você já parafraseou ou copiou algum conteúdo sem citar a fonte original?

Por desconhecimento do modo de fazer corretamente citações, de parafrasear com a devida referência, ou antes de saber que a prática de plágio é ilegal, 194 alunos (50,4%), sendo 160 da graduação, 33 da pós-graduação e 1 da especialização, admitiram ter parafraseado ou copiado algum conteúdo sem citar a fonte original. O restante dos alunos (191 – 124 da graduação, 66 da pós-graduação e 1 da especialização) alegam, entre outras respostas, que: “Todas as vezes que eu escrevi qualquer manuscrito, montei *slides* ou até mesmo em provas, sempre coloquei citação.”; “Procuro me ater aos cuidados necessários e tenho citado minhas fontes até então.”; “Sempre sigo as orientações das normas ABNT.”.

Importante destacar que alguns alunos citaram a questão de copiar sem citar a fonte não só em trabalhos acadêmicos, mas em publicações em redes sociais e “em mensagens da *internet* para aniversários e cartões para ter uma ideia do que falar”. Demonstrando que possuem consciência, de que em qualquer ocasião devem dar o devido crédito ao autor do texto.

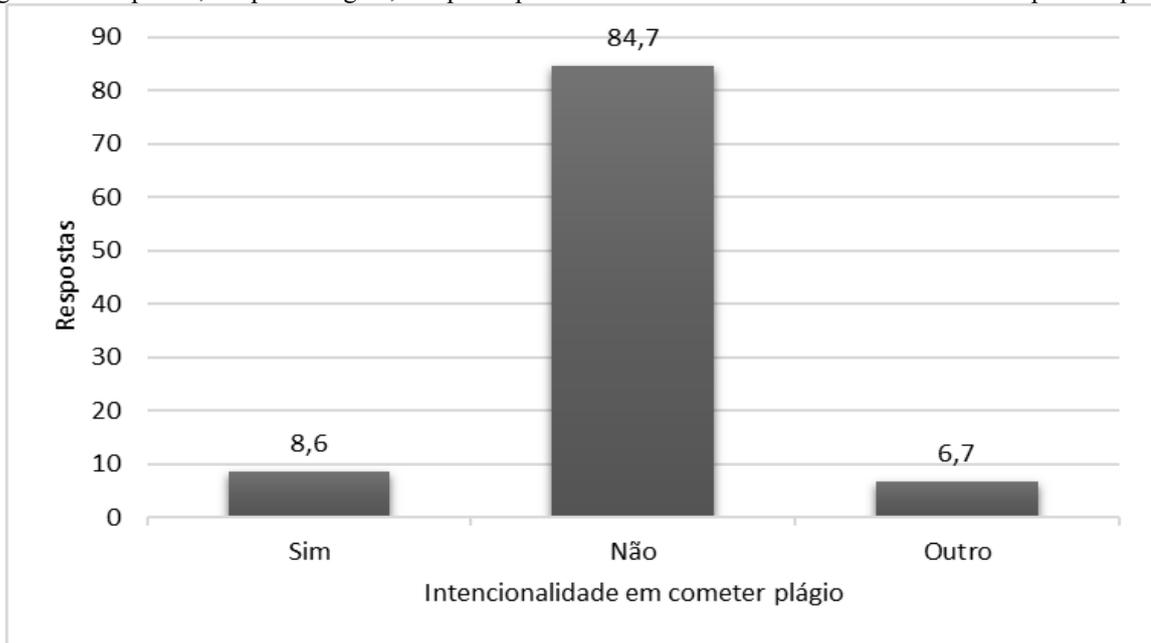
Na pesquisa realizada na UNICAMP, em questão de idêntico teor, aquela Instituição obteve os seguintes percentuais: 63,3% disseram não ter efetuado cópia sem citar a fonte, e 36,7% afirmaram ter incorrido em tal erro (VEJA, 2018).

5.1.1.6 Questão 10 – Acredita que os casos de plágio são sempre intencionais?

As questões da pesquisa foram elaboradas com o intuito de não só verificar o conhecimento que os alunos possuem sobre o assunto, mas também o modo como eles agiriam em determinadas situações. Ao justificar que nem sempre há intenção em plagiar, 84,7% dos alunos (326, sendo 240 da graduação, 2 da especialização e 84 da pós-graduação), informam que: “Às vezes pode ser por falta de conhecimento sobre o que é considerado plágio.”; “Algumas pessoas têm uma dificuldade real com a formatação e a memorização de tantas regras. Exige tempo e paciência.”.

Outro aluno, que também não acredita que os casos de plágio são sempre intencionais, lembra a importância de ter alguém para ajudar na correção, já que “em um trabalho muito extenso alguma coisa pode passar despercebido para quem está fazendo”. O resultado final da pergunta, trouxe os percentuais apresentados na Figura 7.

Figura 7 – Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre a intencionalidade em se praticar plágio



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Em comparação aos dados apresentados pela mesma pergunta na UNICAMP (VEJA, 2018), verifica-se que a maioria dos alunos, tanto da UFTM quanto os daquela Instituição, não acreditam que os casos de plágio são intencionais. Na UNICAMP, os percentuais foram: 33,5% discordaram parcialmente, 25,5% discordaram totalmente, 22,7% não emitiram opinião, 13,9% concordaram parcialmente e 4,5% concordaram totalmente (VEJA, 2018).

Na pesquisa realizada na USP (FERREIRA et al. 2013, p. 41), observa-se o seguinte apontamento:

Corroborando tais resultados, constatou-se que o desconhecimento de tais regras, a dificuldade para escrever textos e o desejo de obter bons resultados acadêmicos constam dos principais motivos apresentados pelos respondentes como razões importantes que mais influenciam na ocorrência de plágio em trabalhos acadêmicos.

5.1.1.7 Questão 11 – Eventos como *workshop*, seminários ou palestras sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?

Considerando o pensamento da maioria, de que o plágio não é cometido intencionalmente, mas sim devido à dificuldade na utilização das normas da ABNT, questionou-se se eventos como *workshop*, seminários ou palestras sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio. De acordo com a maioria dos estudantes (87,5% - 243 da graduação, 2 da especialização e 92 da pós-graduação) essa é uma excelente forma de orientar, e quanto mais conhecimento tem-se sobre o que é o plágio e suas consequências,

maior cuidado terão em utilizar as regras corretas de citações, referências e paráfrase. Um dos participantes, traz o seguinte entendimento:

Atualmente, o acesso às normas para a produção de texto, ao que é plágio, são tardias. Se esse assunto fosse introduzido antes, no ensino médio, primeiro ano de graduação, de uma forma acessível e de fácil entendimento, os casos de plágio poderiam diminuir.

Essa resposta ressalta a importância de que o tema seja tratado desde os primeiros anos escolares. O aluno tem que ter consciência de que aquilo que ele está copiando é de uma outra pessoa, por isso, deve-se dar o crédito ao seu verdadeiro autor. E como já apurado em outra pergunta, a maioria dos estudantes tomam conhecimento sobre o plágio somente na Universidade.

Por outro lado, outro participante acredita que tais eventos “Ajudam a prevenir (o plágio), mas não acabam. O estudante (principalmente de graduação) não tem essa maturidade e muitas vezes não está a fim de fazer algo direito. Cabe ao orientador ter voz ativa”.

Já para aqueles que não acreditam que tais ações possam contribuir para diminuir a ocorrência de plágio (7,5% - 25 da graduação e 4 da pós-graduação), destacam-se os seguintes posicionamentos:

Depende de como cada estudante está disposto a repensar a confecção de seus trabalhos.

Esse tipo de ação não sensibiliza muito o estudante.

Conscientizadas as pessoas já estão, mas mesmo assim fazem.

Plágio intencional, não; mas plágio não-intencional pode ser reduzido com informações.

Para os alunos da USP “a ação mais eficiente para a prevenção do plágio são aquelas de caráter educativo que visam a prevenção da ocorrência do plágio, tais como aulas, palestras, seminários, etc...” (Ferreira et. al, 2013. p. 43). Dessa forma, pode-se afirmar que a orientação sempre é um bom caminho a seguir.

5.1.1.8 *Questão 12 – Com exceção das disciplinas que abordam o tema plágio e normas de formatação, já participou de conversas ou atividades/projetos sobre o assunto? Questão 13 – Em caso positivo de quantos eventos/projetos participou?*

Essas perguntas foram analisadas conjuntamente devido a relação entre as mesmas. Em princípio cabe informar, que nos questionários em que os alunos responderam fisicamente, a segunda questão, era de preenchimento obrigatório. Já no questionário *online*, vários participantes não responderam. E ao transcrever esses formulários físicos para o *Google Forms*, aqueles em que não foi marcada nenhuma opção, optou-se por assinalar a alternativa “Não tenho certeza”. Cabe ainda ressaltar a importância do *feedback* que a aplicação dos questionários físicos trouxe. O erro na pesquisa *online* foi tornar obrigatória a resposta à segunda pergunta para quem respondeu “Não” ou “Não tenho certeza”, na primeira pergunta. Tal equívoco também foi percebido e relatado, via e-mail, por uma aluna que encaminhou a seguinte observação:

Quadro 9 – Manifestação de uma participante discente

Primeiramente parabéns pela pesquisa!

Respondi ao questionário, porém, na questão 13 quando respondo SIM tem outra pergunta relacionada a ela que é obrigatória mas quando respondo NÃO continua da mesma forma (que foi o meu caso). Pode ser que isso interfira nos resultados uma vez que, fica confuso quando o participante responde que Não participou de um evento envolvendo a temática plágio e em seguida, quantos eventos foram - pergunta seguinte (tive que marcar a primeira opção) para que concluísse o Formulário mas na realidade, não participei de nenhum evento sobre o assunto em questão.

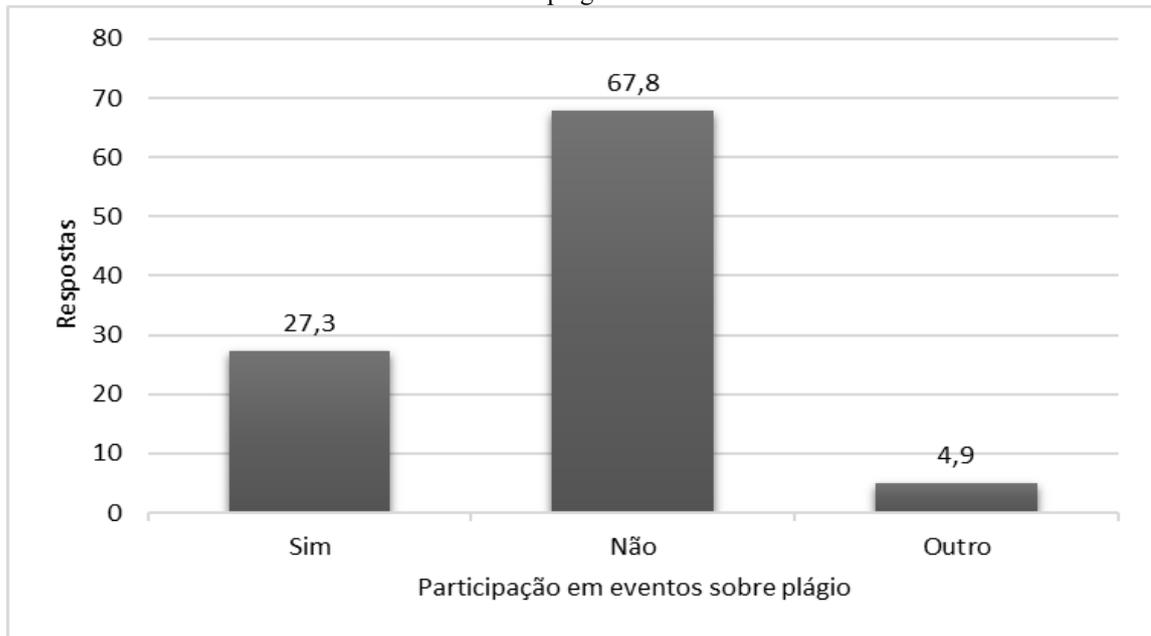
Desde já agradeço.

Bom trabalho!

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Dessa forma, torna-se conveniente não repassar os dados da segunda pergunta, mas somente os resultados da primeira, conforme exposto na Figura 8.

Figura 8 – Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre se já participaram de eventos sobre plágio



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Daqueles que responderam “não” a pergunta (261 alunos) 210 são da graduação, 50 da pós-graduação e 1 da especialização. Das respostas positivas (105), 57 são da graduação, 47 da pós-graduação e 1 da especialização. Já os indecisos somaram 19 respostas (17 da graduação e 2 da pós-graduação).

5.1.1.9 Questão 14 – Você já utilizou um programa de detecção de plágio em seus trabalhos?

Como já informado no Referencial Teórico, algumas universidades tanto no país como no exterior, utilizam programas para identificar plágio nos trabalhos e pesquisas de seus alunos. Tal mecanismo também é usado por diversas revistas científicas. Existem no mercado vários programas, sendo que alguns estão disponíveis *online* e gratuitamente, e ainda o Google, é uma excelente ferramenta para verificação de plágio. Assim, questionou-se aos alunos se eles já utilizaram programas de detecção de plágio em seus trabalhos. Dos alunos participantes 77,1% (297 estudantes – 245 da graduação, 50 da pós-graduação e 2 da especialização), afirmaram não utilizar essa ferramenta, além de demonstrar não possuir conhecimento de sua existência. Aqueles que disseram utilizar (21,8% - 84 alunos, sendo 37 da graduação e 47 da pós-graduação), o fazem pelos seguintes motivos: “Utilizei (e ainda utilizo) o programa CopySpider para analisar todos os meus textos acadêmicos.; “Fiz um texto muito bonito e não acreditei que eu mesma tinha feito”. Os demais 1% (4 alunos, 2 da graduação e 2 da pós-graduação), marcaram a opção outros.

5.1.1.10 Questão 15 – Os casos de plágio devem ser tratados de acordo com a gravidade do caso (parafrasear sem citar a fonte, copiar sem citar a fonte, autoplágio sem citação da fonte...)?

Nessa questão, também houve questionamento de alguns alunos que não entenderam a expressão “gravidade do caso”, por talvez não conseguirem visualizar a diferença entre paráfrase, cópia e autoplágio, ou por acharem que não deveria haver graduação de gravidade nesses casos. De toda forma, 303 participantes (78,7%), sendo 227 da graduação, 75 da pós-graduação e 1 da especialização, acham que os casos devem ser tratados de acordo com a gravidade:

Pois existe gradações, no caso de haver falta de uma ou duas informações na referência não precisa penalizar como faria para o caso de não se colocar totalmente as referências.

Acho que tudo depende muito da situação, as vezes pode ter passado despercebido, nesse caso deve haver a correção, mas se mesmo avisado o plágio persistir, deve ser punido.

Mas deve ter uma avaliação/apuração para saber se o aluno tinha conhecimento. Cada infração deve ser tratada de forma específica.

Aqueles que acham que o tratamento deve ser o mesmo (13,5% - 52 alunos, sendo 38 da graduação, 13 da pós-graduação e 1 da especialização), independentemente do tipo de plágio, apresentaram as seguintes justificativas:

Acho que o plágio em si deve ser tratado da mesma maneira, independentemente do caso.

Plágio é plágio, porém tem que observar como se apresenta esse plágio durante o trabalho.

A opção “outros” foi assinalada por 30 alunos (7,8%), dos quais 19 são da graduação e 11 da pós-graduação.

No Referencial Teórico foi abordado sobre o tratamento que é dado por algumas universidades brasileiras na questão do plágio. Observou-se que algumas possuem códigos de ética, resoluções sobre a prática mediante aplicação de punições, dependendo da gravidade do caso, além de cartilhas de orientação e disponibilização de páginas com ajuda nas regras de citação.

A pesquisa elaborada na USP, apontou que para grande parte dos alunos entrevistados a “adoção de códigos de ética e manuais de orientação”, são as “medidas mais adequadas para a prevenção do plágio”, contudo a maioria entende que a orientação é o melhor caminho (Ferreira et. al, 2013).

5.1.1.11 Questão 16 – Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?

Essa pergunta obteve quase que unanimidade em sua resposta, ou seja 99% (282 da graduação, 97 da pós-graduação e 2 da especialização) dos participantes acham que a universidade deveria manter uma política clara sobre o plágio e suas penalidades, pelos seguintes fundamentos:

Sim, para que possa evitar o máximo de casos.

Para que sempre (os alunos) tenham onde se apoiar e informar.

Universidade é fonte segura de aprendizado e conhecimento. Para tal consecução é necessário esclarecer a comunidade acadêmica.

Acredito que colaboraria, para a diminuição de plágio.

Mantendo uma política clara, traz esclarecimento sobre a importância e gravidade do assunto, além de inibir alunos mal intencionados.

Com essa pergunta encerrou-se a primeira seção, ou seja, a entrevista com alunos que informaram ter conhecimento sobre o plágio. A segunda seção abarca as respostas dadas pelos alunos que possuíam desconhecimento total ou parcial sobre plágio. Com relação à pergunta dessa seção idêntica a realizada na primeira, será apresentado somente os seus resultados.

5.1.2 Seção 2 - Alunos que informaram desconhecimento total ou parcial sobre plágio

A participação nesse grupo foi de 29 estudantes (7%) do total de 414 respostas, sendo 26 da Graduação (21 alunas e 5 alunos) e 3 da Pós-Graduação (1 aluna e 2 alunos). A entrevista iniciou com um conceito simples de plágio e em seguida foi perguntado: Considerando que até o momento você não sabia o significado de plágio, acredita que o aluno deve ser penalizado pela fraude em seus trabalhos? Obteve-se o resultado apresentado na Figura 9. Assim, os estudantes que afirmaram que os alunos devem ser penalizados pela

fraude (75,9% - 19 da graduação e 3 da pós-graduação), justificaram seu entendimento com os seguintes argumentos:

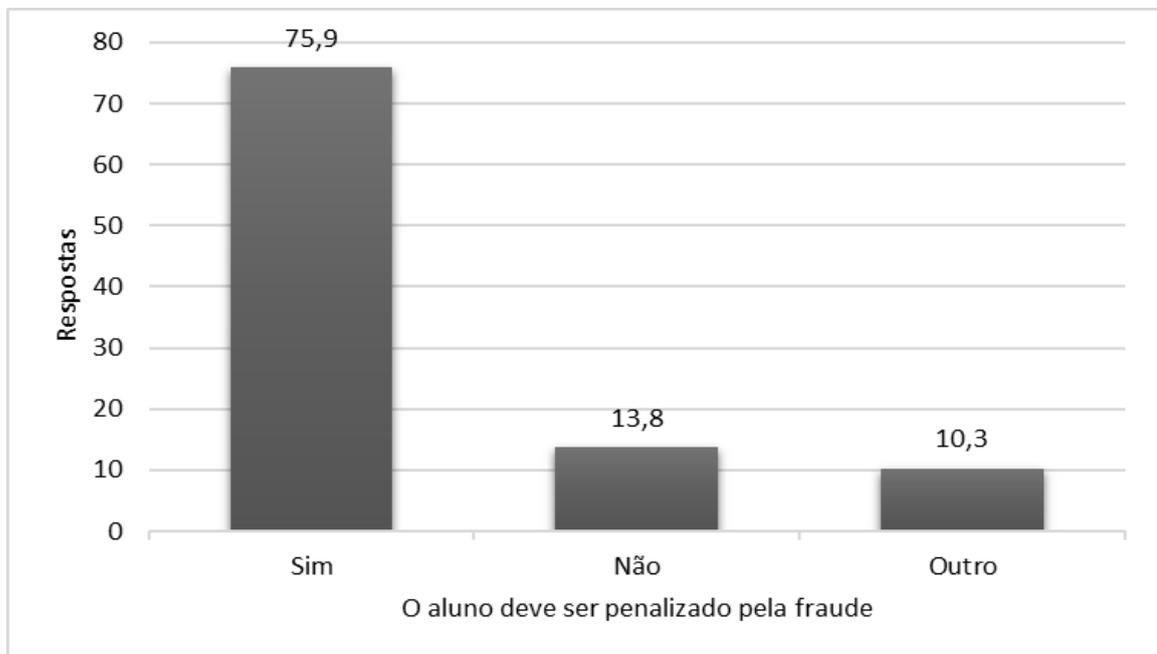
Pois é o correto a se fazer, uma vez que o indivíduo toma para si algo que não é seu. Caracterizando uma espécie de roubo.

Porque os alunos não têm o direito de "copiar" uma frase ou qualquer que seja, já que não foi ele quem escreveu.

Acredito que se trata de usar propriedade intelectual de outro como se fosse sua, tirando os créditos de quem realmente é o responsável pela obra.

Sim, pois é uma questão de justiça, não é correto que alguém leve crédito pelo trabalho do outro.

Figura 9 – Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes quando perguntados se os alunos devem ser penalizados por fraude



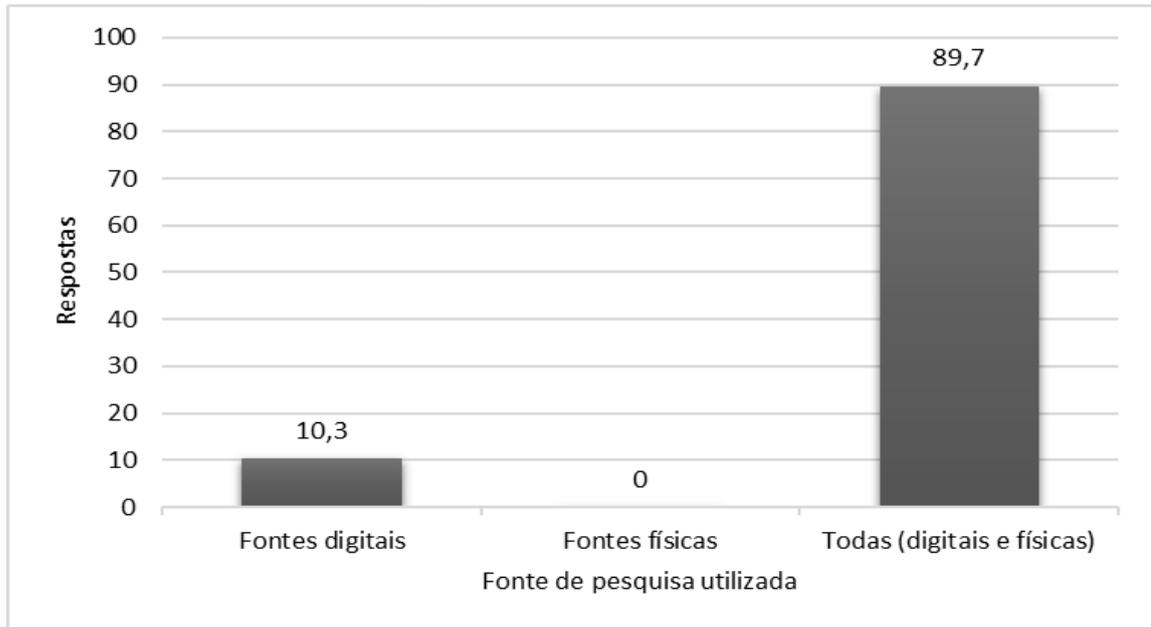
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Apesar de informar que não possuíam conhecimento sobre o assunto, mostraram bom senso ao justificar que não se deve apropriar de algo que não seja de sua autoria. Os outros 24,1% (6 alunos da graduação e 1 da pós-graduação) que responderam “não” ou “não tenho certeza”, alegam entre outros, que “se a pessoa não tem conhecimento sobre o assunto não é justo que ela seja penalizada”, e “caso o aluno não tivesse conhecimento prévio seria interessante que levasse uma advertência antes de ser penalizado”.

5.1.2.1 Questão 6 – Você usa qual fonte de pesquisa para seus trabalhos acadêmicos?

Dos alunos participantes 89,7% (26 – 22 da graduação e 4 da pós-graduação) disseram utilizar todas as fontes disponíveis sejam elas digitais ou físicas, já 10,3% (3 da graduação) utilizam somente as fontes digitais – internet, como mostra a Figura 10.

Figura 10 – Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre a utilização de fontes físicas ou digitais em trabalhos acadêmicos



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

5.1.2.2 Questão 7 - Você já parafrazeou ou copiou algum conteúdo sem citar a fonte original?

Como é sabido, toda vez que houver cópia ou paráfrase de algum texto ou frase é necessário atribuir-lhe a autoria, em atendimento a Lei n. 9.610/1998. Entre aqueles que disseram ter copiado sem citação da fonte (55,2% - 15 da graduação e 1 da pós-graduação), o fizeram pois “não sabia a fonte de onde estava sendo retirada aquela informação”, por não saber nada sobre o assunto e não conseguir construir com suas próprias palavras, e ainda: “Utilizei isso ao terminar minha graduação e no pouco período em que realizei outro programa de mestrado e precisei de criar a introdução da dissertação e entrega do projeto.”

Aqueles que informaram que não parafrazearam sem creditar a autoria (41,4% - 10 alunos da graduação e 2 da pós-graduação), não apresentaram nenhum comentário. Um participante (pós-graduação) que marcou a opção “outro”, esclarece: “Na área de humanas gera muitas dúvidas sobre a paráfrase na hora de explicar os conceitos recorrentes.”

5.1.2.3 Questão 8 – Já entregou um trabalho em seu nome feito por outra pessoa?

Outro problema enfrentado e já discutido é a compra de trabalhos, onde o aluno transfere a outra pessoa o encargo de realizar sua pesquisa. Existindo ainda os famosos trabalhos em grupo em que somente uma pessoa realiza a pesquisa, mas coloca o nome de todos os integrantes como autores do trabalho. Questionados se já entregaram trabalhos com seu nome e elaborados por outra pessoa, 28 alunos (96,6% - 24 da graduação e 4 da pós-graduação) responderam que não cometeram a falta, e somente 1 aluno (3,4% - graduação) afirmou ter entregue um trabalho de outra pessoa em seu nome. Seguem os principais comentários:

Não acho certo, mesmo estando errado, a resposta deve ser minha, só assim será corrigido meus erros para melhora do meu aprendizado.

Nunca deixei com que outros fizessem trabalhos meus ou, então, ganhar créditos por trabalho já feitos por outros.

Não acho justo, prefiro não entregar.

5.1.2.4 Questão 9 – A universidade deveria promover seminários, workshops, debates, sobre o tema?

A última questão dessa seção, foi também perguntada na primeira seção, sendo obtido os resultados dispostos na figura 11. Como pode ser verificado, 89,7% (22 alunos da graduação e 4 da pós-graduação) dos participantes são favoráveis a que a universidade promova mais eventos sobre o assunto, 3,4% (1 aluno da graduação) não sente a necessidade de tal conhecimento e os outros 6,9% (2 alunos da graduação) assinalaram a opção outros. Segue alguns comentários, para conhecimento:

Sim:

Isso seria uma forma de conscientizar os alunos permitindo que eles conheçam sobre o que realmente se trata o plágio.

É importante para todos se informarem até onde podem chegar quando forem trabalhar com obras de outros autores.

No meu curso (História) na matéria Leitura e Produção de Textos nós temos um debate sobre o assunto, porém acredito que promover um debate para todos os alunos simultaneamente seria uma proposta interessante.

Não:

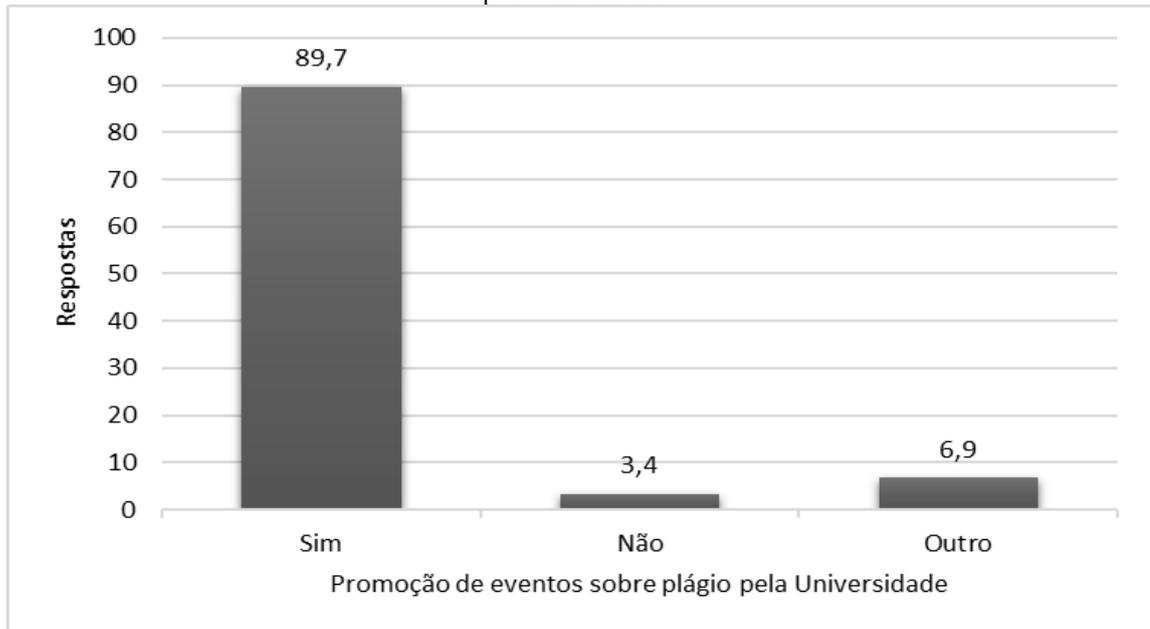
Para a conscientização dos alunos que não sabem o que é plágio e para que todos façam citações corretas na hora de escrever.

Outros:

Acredito que esta pesquisa será fundamental para levantar dados com relação à familiaridade dos discentes com o tema e, se houver falta de conhecimento e/ou dúvidas, acho válida a promoção de seminários, workshops e debates sobre o tema.

O ser humano é arrogante e pode não levar esses debates a sério. A verdade é que a honestidade depende do peso da consciência de cada um.

Figura 11 - Respostas, em porcentagem, dos participantes discentes sobre a promoção de eventos sobre plágio pela Universidade



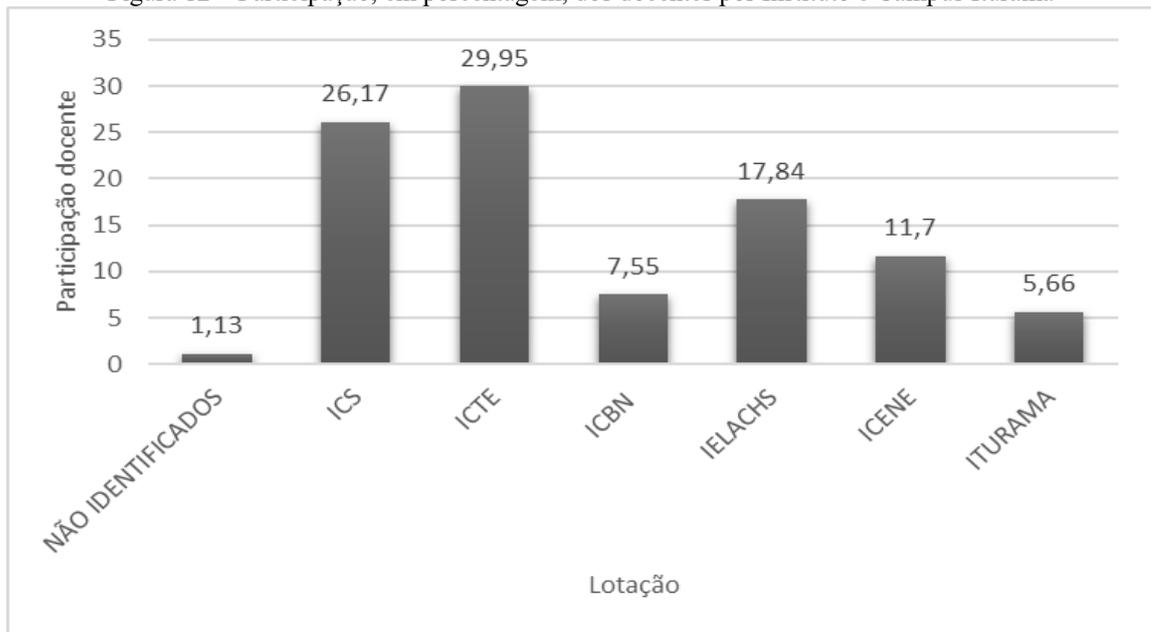
Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Feitos alguns apontamentos e verificadas as peculiaridades de cada uma das questões atribuídas aos discentes, o próximo item trata da repercussão da entrevista com os docentes.

5.2 COLETA DE DADOS DOCENTES

A pesquisa com os docentes foi realizada no mesmo período que a dos discentes, e de forma totalmente *online*. Ao final foram computadas 265 (duzentas e sessenta e cinco) participações, distribuídas entre todos os Institutos e Campus Iturama, como mostra a Figura 12.

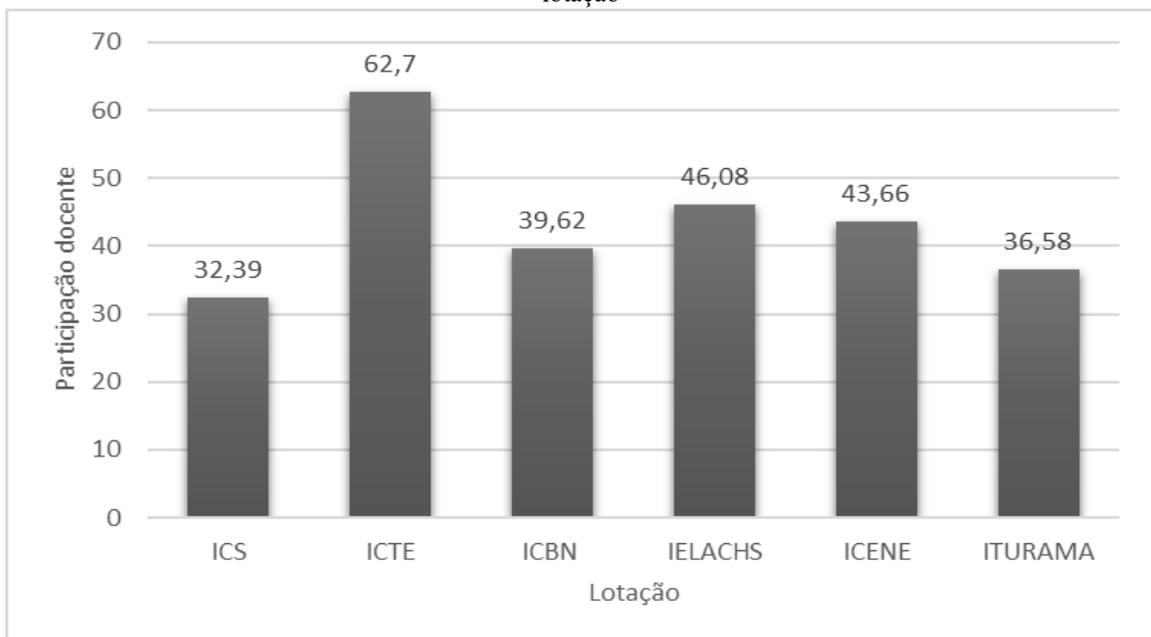
Figura 12 – Participação, em porcentagem, dos docentes por Instituto e Campus Iturama



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Com relação a porcentagem de participação por Instituto e Campus Iturama, considerando a quantidade de docentes lotados em cada área, tem-se os resultados apresentados na Figura 13.

Figura 13 – Participação, em porcentagem, dos docentes considerando a quantidade de professores nas áreas de lotação



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

A pesquisa, conforme informado anteriormente, constava de 12 (doze) perguntas objetivas, e algumas possuíam espaço para comentários. De modo que o docente poderia dar

sugestões, contar experiências e mesmo tecer críticas sobre o assunto. A seguir são apresentadas as perguntas, seus resultados e comentários mais contundentes. As demais opiniões serão disponibilizadas, para conhecimento, no Anexo A.

Em princípio foi feita a separação por gênero, na qual apurou-se a participação de 144 professoras e 121 professores. Em seguida questionou-se se os docentes atuavam somente na graduação ou na pós-graduação, ou em ambos. Assim, verificou-se que dos 265 participantes, 138 (52,1% - 65 professores e 73 professoras) atuavam na graduação e pós-graduação, 124 (46,8% - 69 professoras e 55 professores) somente na graduação e 3 (1,1% - 2 professoras e 1 professor) somente na pós-graduação.

A pergunta seguinte “Se atua na graduação quantos alunos orientou no trabalho de conclusão de curso nos últimos dois anos”, deveria ser obrigatoriamente respondida, contudo, houve um equívoco na elaboração da pergunta, já que de acordo com a mesma, só haveria a necessidade de ser respondida por aqueles docentes que atuassem na graduação. Fazendo uma correção, a pergunta poderia ser simplesmente “Quantos alunos orientou nos últimos dois anos?”. De toda forma, 131 (49,4% - 61 professoras e 70 professores) docentes disseram ter orientado de 01 a 05 alunos, 103 (38,9% - 41 professores e 62 professoras) tiveram mais de 05 orientandos e 31 (11,7% - 21 professoras e 10 professores) não realizaram orientações.

5.2.1 Questão 4 – Durante a atividade de orientação conversa com os alunos sobre o cuidado em não incorrer em plágio?

O cuidado em não incorrer em plágio, por meio de explicações sobre o assunto aos seus orientandos foi o tema da questão n. 4, e 94,3% (250 – 132 professoras e 118 professores) dos participantes disseram conversar com seus alunos sobre a matéria, 2,3% (6 – 5 professoras e 1 professor) não tratam do assunto e 3,4% (9 – 7 professoras e 2 professores) escolheram a opção “outro”. Algumas pontuações feitas pelos docentes:

Sim. Sempre, quase que diariamente. Cada vez temos acesso a dados e buscamos trabalhar de uma forma idônea, transparente. Procuo discutir com os discentes, principalmente pós-graduação mecanismos de busca de informação, autoria e coautoria de artigos, programas antiplágio.

Sim. Explico sobre o plágio porque desde o início da graduação os alunos não entendem muito bem o que significa. Eles acham, por exemplo, que lhes é permitido fazer uma cópia fiel de um texto desde que citem a fonte. Alguns escrevem a introdução inteira do relatório de uma aula prática sem usar seu próprio texto, pegando textos de livros e de páginas da internet e citando de onde copiaram.

Sim. É importante a conversa formal com os alunos de graduação sobre a gravidade do plágio em trabalhos acadêmicos, especialmente no que concerne aos trabalhos frutos de pesquisas. A construção de conhecimento via desenvolvimento de pesquisas é algo muito sério e exige inovação, assim o plágio é algo além de prejudicar o processo de pesquisa é um crime, um ato ilegal e desonesto.

Não. Nunca tive problemas com os alunos que oriento ou orientei. Problema de plágio já tive com alunos da graduação com os quais não tive proximidade.

Não. Caso eu localize, no texto do aluno, fragmentos plagiados, aí sim, converso com ele sobre a importância de se produzir textos autorais, tendo em vista que a universidade é o lugar de produção de conhecimento, e não de reproduções infundadas e desonestas.

Outro. Ensino a maneira correta de citar os autores e faço as correções apontando que a cópia literal utilizada incorretamente se remete ao plágio.

Outro. Acho importante explicar o que é e esclarecer ao aluno a importância de não incorrer em plágio ao escrever ou desenvolver um trabalho durante sua vida acadêmica. Principalmente em se tratando de alunos que estão em sua fase de formação e tendo ainda em vista que alguns deles podem não reconhecer que estão incorrendo em plágio, principalmente por inexperiência dos mesmos.

“Outro. Às vezes, nem sempre. É algo que já falamos nas aulas e nem sempre lembro de falar de novo sobre.

Destaca-se o informado por um respondente:

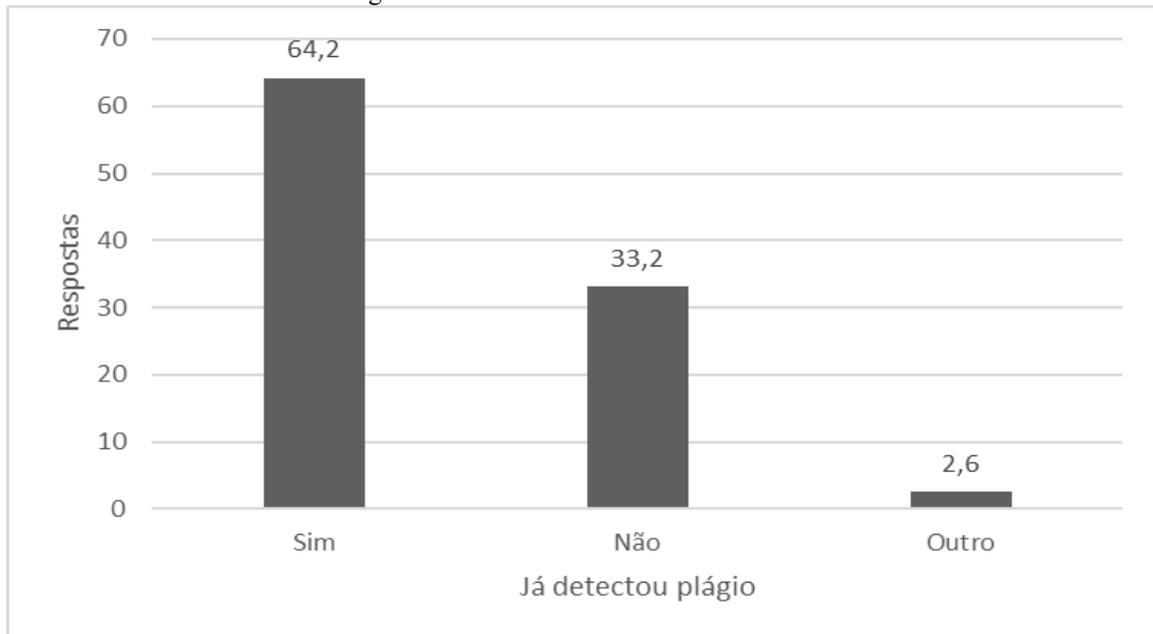
Sim. Atuei muitos anos como assistente editorial de uma revista importante no âmbito da minha pesquisa. Também já identifiquei plágio várias vezes nos trabalhos entregues pelos alunos de graduação e mesmo de pós-graduação e, com isso, atente-me para o assunto. Nem sempre o plágio é consciente, muitas vezes, é falta de conhecimento das regras de citação e referência.

5.2.2 Questão 5 – Já detectou plágio em algum trabalho dos seus alunos/orientandos?

Questão 6 – Caso positivo, qual foi a atitude tomada?

Ao serem questionados se “Já detectou plágio em algum trabalho dos seus alunos/orientandos?”, obteve-se o resultado expresso na Figura 14.

Figura 14 – Respostas, em porcentagem, dos participantes docentes sobre se já detectaram plágio em algum trabalho dos seus alunos/orientandos



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Dos 64,2% que responderam sim, 100 são respostas de professoras e 70 de professores, as negativas 33,2%, equivalem a 39 professoras e 49 professores, e o restante que marcaram a opção outros (2,6%) são 5 professoras e 2 professores. Com relação a este questionamento, uma docente manifestou-se, por fonte externa ao questionário, com a observação de que a pergunta poderia ter sido formulada de uma maneira diferente, ou seja, deveria ter sido incluído na pergunta além da detecção de plágio em trabalhos de seus alunos, se o docente já detectou plágio como membro de banca ou em cargo de gestão. Tal pergunta seria relevante já que, particularmente, teve conhecimento de trabalhos que possuíam irregularidades, mas que não eram de seus alunos. Mencionou o caso de dois estudantes, sob a orientação do mesmo professor, que apresentaram trabalhos semelhantes para a mesma banca (os mesmos membros), o que possibilitou facilmente a confirmação do plágio, e em outro momento, novamente a banca detectou o plágio em um trabalho sob a orientação do mesmo docente, ou seja, a situação era recorrente. A docente relata, ainda, que o primeiro caso foi encaminhado a Comissão de Ética, que não tomou nenhuma providência. Já no segundo, a banca não aprovou o aluno, mas concedeu-lhe um prazo, dentro do mesmo semestre, para que refizesse parte do trabalho, mediante nova submissão. As alterações foram realizadas de maneira satisfatória e o aluno obteve a aprovação.

Seguindo a análise das respostas, àqueles que detectaram plágio em algum trabalho de seus alunos, foram apresentadas quatro ações para que fosse assinalada a que melhor se

aplicasse a atitude tomada por eles no caso, mas também foi aberto espaço para que apontassem o que efetivamente fizeram. Das opções apresentadas 58,9% (156 – 89 professoras e 67 professores) disseram que orientou o aluno a refazer o trabalho, 4,5% (12 – 4 professoras e 8 professores) não pontuou o trabalho, 2,3% (6 – 3 professoras e 3 professores) reprovou o aluno e 1,1% (3 – 1 professora e 2 professores) levaram ao conhecimento da autoridade superior solicitando sugestões de como proceder. Entre outras atitudes citadas destaca-se:

Não foi com alunos de TCC, mas em uma disciplina. Num primeiro relatório eu orientei sobre plágios e citações. Num segundo trabalho, caso ocorresse o plágio, o trabalho não era pontuado.

Como foi percebido durante o processo de orientação e não no final do trabalho, foi possível orientar a refazer.

No meu caso foi na parte escrita do TCC, apenas mandei reformular partes que estavam iguais à fonte. Acredito, que pequenos erros como esse são comuns e menos graves do que a cópia integral de um capítulo ou de um trabalho inteiro.

Comigo não aconteceu. Mas numa banca que fui ocorreu. Eu não percebi porque não procurei por plágio. O outro membro da banca detectou o plágio. O aluno teve que reescrever toda a parte plagiada antes de receber a aprovação do mestrado.

Um ponto a ser destacado é que quando da identificação do plágio, é importante que o docente aponte ao aluno o seu erro e informe as formas de corrigir, salientando a importância de que tal conduta não poderá se repetir. Nesse sentido, enfatizam-se dois depoimentos:

Uma aluna plagiou um relatório de estágio, o caso foi levado ao colegiado de curso, que indicou que a aluna deveria refazer todo relatório, além de fazer uma reunião com ela explicando o problema.

Além de orientá-lo eu expliquei onde estava ocorrendo o plágio e caso o texto persistisse, quais consequências futuras o aluno poderia incorrer.

5.2.3 Questão 7– Já utilizou algum programa de detecção de plágio?

Essa questão tratou do uso dos programas de detecção de plágio, para a submissão de trabalhos de seus alunos na busca de indícios de plágio. Conforme apresentado no Referencial Teórico, os programas de plágio não devem ser utilizados unicamente como meio de apurar se o aluno usou de plágio ou não, é necessário também uma análise do orientador de que aquelas partes indicadas como plágio pelo programa, foram indevidamente referenciadas ou se houve algum outro tipo de erro.

Afirmam que já utilizaram a ferramenta 51,7% (137 – 81 professoras e 56 professores) dos participantes, com as seguintes justificativas:

Especialmente em trabalhos em sala de aula. Em orientação, em geral, oriento os alunos a fazer referência, em como trabalhar intertextualidade.

Sim, os programas são muito úteis para detecção rápida de plágio em revisões bibliográficas, monografias e até mesmo projetos e artigos científicos.

Tenho hábito de usar em TCCs o programa de detecção de plágio. Já encontrei plágio parcial, ou seja, relacionado à alguns parágrafos da revisão de literatura. Percebi que não foi intencional, mas sim pela falta de habilidade na escrita científica do orientado.

O professor conhece a escrita do aluno, portanto, percebe quando existe cópia ou ideias nunca disseminadas em orientações. Assim, o programa ajuda o professor a comprovar o que já desconfiava.

Dos 46% (122 – 61 professoras e 61 professores) que não utilizam os programas, a maioria não o faz por desconhecimento de um programa de fácil manuseio, por não sentirem necessidade, e ainda:

Como acompanho os alunos semanalmente, é fácil perceber se estão, ou não, trabalhando e o que estão estudando. Mesmo assim, ao corrigir os trabalhos, se percebo algum parágrafo que destoa da forma de escrita do aluno, dou ctrl C, ctrl v para o Google. Imediatamente localizo o original. Todos que detectei até hoje foram assim, exceto plágios de projeto elétrico (os quais percebo pela qualidade e nível de projeto, sendo que o aluno não consegue responder a nada na entrevista individual - e recebe nota zero também...).

Como faço acompanhamento de todas as etapas do trabalho fica fácil descobrir quando está havendo algum plágio. Procuro sempre ler o que o discente escreve.

Geralmente, consigo identificar os plágios pelo padrão de escrita dos meus alunos, como os acompanho desde o início do curso, é quase nítido quando o texto não é de autoria deles próprios. Mas nunca me interessei em sequer experimentar algum programa dessa natureza.

Tentei usar alguns destes programas, mas muitos deles oferecem poucos recursos gratuitos. Sendo assim, faço a busca pelo navegador a procura de trechos que desconfio serem plagiados.

Os demais docentes (2,3% - 2 professoras e 4 professores), assinalaram a opção “outros”.

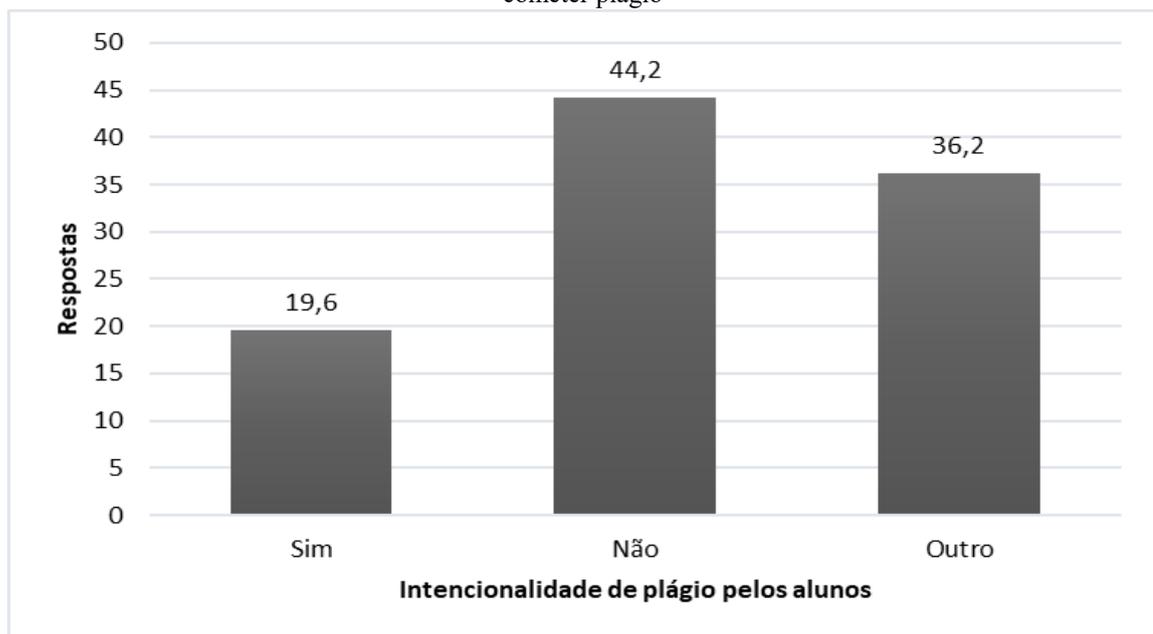
Ainda sobre a utilização de programas, grande parte dos entrevistados informaram utilizar o Google como forma de verificar a ocorrência de plágio, mas também foram citados os seguintes programas: Plagiarism, Turnitin, CopySpider, Plagius, Cópia e Cola e Farejador de Plágio. Cabe destacar o posicionamento de um docente:

No último ano conheci um sistema gratuito para detecção de plágio. Lamento que a UFTM não invista para esclarecer aos docentes sobre a importância e facilidades dos programas. Senti isso (a ausência de posicionamento institucional) com muita clareza durante meu estágio pós-doutoral na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, pois antes de ler qualquer material que eu enviasse, a supervisora submetia ao programa de detecção adotado pela Universidade e durante o acolhimento de ingressantes o tema do plágio e autoplágio são tratados exaustivamente.

5.2.4 Questão 8 – Em sua opinião os alunos utilizam o plágio intencionalmente?

Questionados se acreditavam que os alunos cometem plágio intencionalmente, a pesquisa retornou o seguinte resultado: os docentes que acreditam que os alunos não cometem o plágio intencionalmente (117 – 69 professoras e 48 professores), atribuem o erro à dificuldade de escrever, no desconhecimento das regras, na falta de “orientação e exemplos de boas práticas”, na imaturidade, entre outros, como mostra a Figura 15.

Figura 15 – Respostas, em porcentagem, dos participantes docentes sobre a intencionalidade dos alunos em cometer plágio



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Destaca-se o seguinte entendimento:

Falta orientação para os alunos no momento de escrever um trabalho científico. Dificilmente um aluno irá praticar o plágio de forma intencional, o desconhecimento do que realmente é um plágio que leva tal prática, acha que sempre não cometeu plágio, pois não possui formação/habilidade metodológica no momento de escrever o texto científico. Na verdade, o plágio além de ser uma prática ilegal, capaz de minar a confiança do trabalho científico, o plágio pode, até mesmo, prejudicar a carreira do produtor do referido conteúdo, trata-se de uma violação dos direitos autorais conforme consta no Código Penal.

Por outro lado, a intencionalidade é justificada por alguns docentes (52 – 24 professoras e 28 professores) pelo fato de o aluno “deixar para fazer os trabalhos de última hora e em alguns casos porque o aluno acha que o professor não corrigirá o trabalho por ter muitos trabalhos para corrigir”, pelo desinteresse, por preguiça de pensar, pela falta de dedicação aos estudos, e também “na tentativa de fazer algo melhor do que fariam eles próprios, desconsiderando sua capacidade de fazer algo bom por eles mesmos.”.

De acordo com a resposta de um docente:

O problema de trabalhos que parecem ter plágio é algo que existe em diferentes instituições (públicas e privadas), pelo menos, dentro da minha experiência como docente. É difícil reduzir a uma resposta que indique ou não uma intencionalidade por parte do aluno. Acho que outras perguntas precedem esta, como por exemplo: o aluno teve uma disciplina de metodologia científica e nela foi explicado todas as questões formais sobre a escrita científica?; ou ainda, durante a graduação (ou pós) o aluno teve disciplinas que exploravam a leitura de artigos acadêmicos? Em última instância, me arriscaria afirmar que, pela minha experiência, a quantidade de alunos que cometem plágio de forma intencional (sabendo das regras de escrita acadêmica e com instrução suficiente) são minoria. Mesmo assim, não consigo afirmar com certeza, seria necessário um estudo que abarcasse tal questão.

Com relação ao questionamento levantado no comentário acima, se “o aluno teve uma disciplina de metodologia científica [...] ou disciplinas que exploravam a leitura de artigos acadêmicos”, vários participantes destacaram a questão, apontando que o plágio ocorre “por falha na disciplina que deveria instruir” ou que “a disciplina Metodologia Científica deveria ser a maior e mais importante disciplina no início de todos os cursos de graduação, independente da área”.

O procedimento tratado na próxima pergunta, se adotado pela universidade poderia auxiliar na Disciplina de Metodologia Científica ou na fase de orientação de trabalhos de conclusão de cursos? Poderia fixar conhecimentos sobre regras de citação e paráfrase diminuindo a incidência de plágio em trabalhos acadêmicos?

5.2.5 Questão 9 – Eventos, como *workshops*, palestras ou seminários sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?

Feita a pergunta “Eventos, como *workshops*, palestras ou seminários sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?”, 88,7% (235 – 129 professoras e 106 professores) participantes asseveraram que tal prática é positiva, 4,5% (12 – 4 professoras e 8 professores) entendem que não é viável e o restante mostraram-se indecisos (6,8% - 11 professoras e 7 professores).

Dentre aquelas opiniões que consideram os eventos importante medida de prevenção, apresenta-se:

Divulgar a gravidade e as consequências evita que tentem praticar, ensinar docentes a detectar (eu mesma não conheço nenhum aplicativo de detecção, me limitando ao Google mesmo) também ajudaria muito a coibir a prática.

Com certeza. Durante esses eventos podem ser explorados tanto orientações, quanto exemplificações quanto aos tipos de plágios.

Acredito que toda discussão sobre o plágio é importante quando se estuda em um sistema acadêmico no qual a produtividade intelectual é medida pela quantidade de publicações.

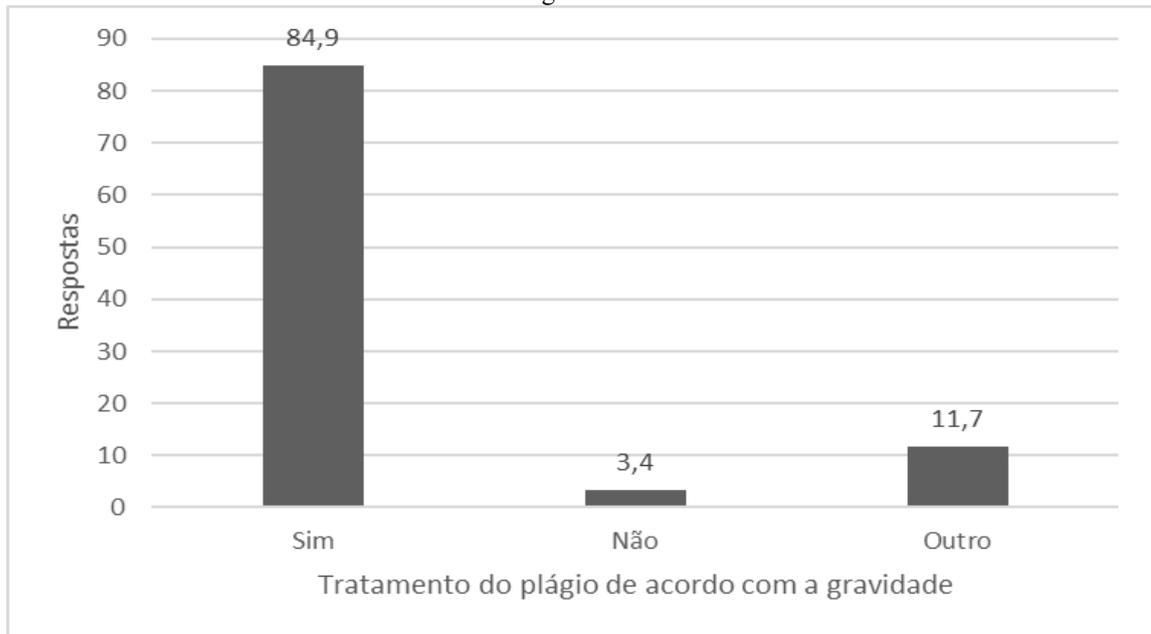
Vejo que o tema é um tabu no meio acadêmico e evitado. E na maioria das vezes abordado para punir. Temos que discutir e nos qualificar para que essa prática não seja o padrão e as exceções devidamente apuradas e encaminhadas.

Para justificar a desnecessidade de eventos dessa natureza os docentes apresentam várias opiniões como, por exemplo: “mais valeriam eventos e disciplinas acerca da escrita no contexto universitário”, “os alunos mais interessados não cometem plágio e os menos interessados não vão a esse tipo de evento”, “ninguém iria em evento específico sobre plágio”. Numa outra perspectiva apontam que “nos casos de má-fé, não, pois ética não se ensina na escola. Nos casos de ignorância sobre o tema, pode ajudar a não cometer”.

5.2.6 Questão 10 – Em sua opinião, os casos de plágio (parafrapear sem citar a fonte, copiar sem citar a fonte, autoplágio sem citação da fonte...) devem ser tratados de acordo com a gravidade?

Em seguida, questionou-se “Em sua opinião, os casos de plágio (parafrapear sem citar a fonte, copiar sem citar a fonte, autoplágio sem citação da fonte...) devem ser tratados de acordo com a gravidade?”, e os resultados podem ser vistos na Figura 16. O percentual de 84,9% equivale a 225 respostas (120 professoras e 105 professores), 3,4% a 9 respostas (7 professoras e 2 professores) e 11,7% a 31 respostas (17 professoras e 14 professores).

Figura 16 – Respostas, em porcentagem, dos participantes docentes sobre o tratamento a ser dado ao plágio de acordo com a gravidade da conduta



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Pelas respostas apresentadas, nota-se que o pensamento da maioria dos entrevistados é de que a orientação é sempre a melhor escolha, e em casos de punição que, inicialmente, seja aplicado a advertência, já que o plágio “até para o professor orientador pode passar as vezes despercebido”. Um outro participante apresentou o seguinte posicionamento: “Criminalizar o plágio, pelo menos no âmbito da graduação, não faz sentido, já que o estudante é movido por outras questões que não envolvem a necessidade de usurpar o dizer do outro para publicação e benefício próprio”. Nesse sentido, independentemente da situação do aluno (graduando ou pós-graduando), não há motivos para se aceitar a cópia de um documento sem dar o devido crédito ao autor. Aliás, é papel do professor verificar as dificuldades do estudante e auxiliá-lo, para que futuramente não passe por qualquer constrangimento.

Outro ponto em que deve ser feito um breve comentário refere-se ao posicionamento de que “apenas o caso de autoplágio não deve ser observado, o autor tem o direito de usar suas ideias originais quantas vezes o desejar”. Em que pese o disposto no artigo 5º, XXVII, da Constituição Federal/1988 no sentido de que “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras” (BRASIL, 1988), a prática do autoplágio é considerada uma conduta antiética. O CNPq ao instituir as diretrizes básicas para a integridade na atividade científica, dispôs: “Para evitar qualquer caracterização de autoplágio, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado, com as devidas referências e citações.” (CNPq, 2012).

5.2.7 Questão 11– Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?

Destarte, após a abordagem de questões acerca da intencionalidade do aluno em incorrer em plágio, sobre a identificação de plágio nos trabalhos, o uso de programas para detecção e ainda sobre eventos que orientem o aluno para evitar a fraude dentro da Instituição, foi questionado se a Universidade deveria manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades. A grande maioria dos entrevistados (93,6% - 248 sendo 132 professoras e 116 professores) disseram que sim, 2,3% (6 – 3 professoras e 3 professores) responderam que não e os outros 4,1% (11 – 9 professoras e 2 professores) escolheram a opção outros.

Houve uma “discussão” bem interessante nessa pergunta. Apesar de a maioria ter sido favorável a implantação de uma política sobre o plágio dentro da Universidade, há aqueles que acham que a questão deve ser tratada entre aluno e professor, e que antes da aplicação de penalidades deve ocorrer a orientação, com a manutenção de um programa de educação sobre o tema. Nesse sentido, destacam-se os seguintes apontamentos:

Depende. Até concordo, desde que, em contrapartida, haja um projeto funcional em busca da supressão de lacunas que envolvem a cultura escrita na universidade.

Acho penalidade uma palavra forte. O correto seria aprendizado. O meio é acadêmico e é inerentemente de erros e acertos... tudo para o aluno é um grande aprendizado.

Já existem instrumentação jurídica que prevê as devidas penalidades. Entendo como sendo o papel da Universidade, instruir e orientar.

Não há como combater essa questão somente com medidas punitivas, punir sem educar não resolve o problema. Ensinar como fazer é mais eficiente do que simplesmente punir. Penso que sejam um conjunto de medidas que trará resultados.

Já aqueles que defendem a implementação de regras com a definição de penalidades, entendem “que a falta de penalidades e sua efetiva aplicação resulta na perpetuação do plágio”, que “a falta de penalidade clara e efetiva, contribui para a manutenção do comportamento inadequado quanto ao plágio”, e ainda que “a Universidade tem o dever de informar e também manter uma política clara sobre como julga os casos de plágio. Essa política deve ter discussão ampla com a comunidade acadêmica”.

No Referencial Teórico foi explanado sobre a visão do plágio em algumas instituições de ensino, e percebe-se que algumas universidades tratam o assunto com a seriedade que o tema merece, como é o caso da Unicamp e da USP. Contudo, percebe-se pelas respostas

apresentadas no questionário que há o interesse no tema por parte de vários docentes e que o assunto na UFTM poderia ser melhor trabalhado. Prova disso, são os posicionamentos a seguir:

Toda e qualquer organização se preocupa com a integridade das pessoas, dos dados, da produção e da imagem corporativa. O termo plágio não está somente atrelado ao texto acadêmico, penso ser muito mais amplo. Deveríamos ter políticas de incentivo aos colaboradores a criação de ideias, com integração de áreas que não são afins. Trabalhei com grupos diversos da engenharia, administração, humanas e da saúde e esta experiência sempre foi extremamente rica na construção de políticas institucionais, incluindo o plágio. Políticas claras de integridade, que envolve a instituição, devem ser trabalhadas eternamente com todos os colaboradores, incluindo estudantes.

O tema não é (e não deveria ser) um tabu. É uma prática ilegal que tangencia a ilegalidade e a ignorância. Infelizmente atribuímos o plágio ao conteúdo de metodologia científica, contudo, deveria ser um tema amplamente debatido em todas as disciplinas, inclusive, na confecção de relatórios de aula prática. O plágio acaba sendo um vício formativo que se consolida na cultura acadêmica. É neste sentido que todo texto solicitado na graduação deveria ser acompanhado de orientações claras sobre plágio e orientações.

5.2.8 Questão 12 – Em caso de ocorrência de plágio, não detectado e descoberto por terceiros, o professor deverá sofrer sanção?

Na última pergunta da entrevista questionou-se os docentes se em caso de ocorrência de plágio, não detectado e descoberto por terceiros, se o professor deveria sofrer sanção. Essa foi uma das questões que mais gerou comentários, sendo que 44,2% (117 – 65 professoras e 52 professores) entendem que o professor não deve ser penalizado, 26% (69 – 41 professoras e 28 professores) acham que deve haver punição e o restante mantiveram outros posicionamentos, que de um modo ou de outro acabam sendo favoráveis ou não a punição.

Houve aqueles que disseram que o professor é sobrecarregado com inúmeras atividades, e que não pode ser atribuído a eles mais uma atividade exaustiva como essa, que a universidade deveria ter um Setor para fazer a conferência ou então que deveria ter em cada “Instituto um serviço voltado para isso, com programas específicos para detectar plágios e também servidores para realizar esse trabalho”. No mesmo sentido, houve a sugestão de que deveria ser estabelecido “um serviço de detecção de plágio, junto à biblioteca ou algum outro setor da UFTM, deslocando parte do quadro de funcionários que já existe para a execução desse trabalho”.

Muito se discutiu, também, sobre a coautoria. De um lado há aqueles que entendem que o orientador é “coautor do trabalho e diretamente responsável pela orientação” assim, “compartilha a responsabilidade”. Por outro lado, “o responsável pelo trabalho é o aluno, o professor, como diz o nome, é orientador. Há uma relação de confiança estabelecida, caso o aluno a quebre, não há por que o professor ser considerado coautor do plágio”.

Outro ponto abordado é com relação a responsabilidade da banca que para alguns entrevistados, deveria se atentar para a questão:

(...) o acontecimento enunciativo da banca de arguição encerra um processo. Se houve plágio e não foi percebido na sessão da banca e foi identificado posteriormente, é preciso que autor e banca retratem-se e, se for o caso, refaçam a banca e ou o colegiado casse o certificado mediante a ampla defesa e o contraditório.

Tratando-se de orientação, penso que a banca examinadora e orientador deveriam ser notificados e proceder a correção (por parte do aluno).

A disponibilização de programas de detecção de plágio, pela Universidade, com objetivo de “identificação do plágio antes da publicação”, também foi abordada pelos entrevistados. Várias universidades fazem uso de tal ferramenta como por exemplo a USP e a Unicamp, e nas palavras de um participante “a adoção de sistemas/*softwares* de detecção de plágio pela Universidade e sua disponibilização ao corpo docente, seja uma maneira de colaborar para a melhoria da detecção de plágio”.

Cabe aqui, destacar um caso ocorrido na Universidade de São Paulo, Campus Ribeirão Preto, onde em 2011 a instituição exonerou um professor por plágio em uma pesquisa acadêmica. A denúncia foi realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que identificou na pesquisa “três imagens de microscopia eletrônica idênticas às publicadas em artigos da UFRJ, em 2003 e 2006. Não havia menção à UFRJ nem crédito à instituição” (ESTADÃO, 2011).

Para finalizar essa seção, segue a resposta de um docente que traduz o sentimento da maioria dos entrevistados:

Complexa a questão, pois atualmente a universidade (UFTM) não dispõe de instrumentos que nos amparem e nós seremos responsabilidades individualmente? A responsabilidade deve ser compartilhada pela universidade, docente e aluno. Contudo, avalio que o aluno é o responsável e o docente o acompanha e, nem sempre, terá condições para “investigar” os plágios. Antes de “descobrir” um programa gratuito para identificação de plágios, eu levava horas digitando trechos dos trabalhos no Google, o que aumentava a sobrecarga docente. Não entendo que meu papel de formadora seja restrito à identificação de plágio, mas amplo esclarecimento sobre direitos autorais e ciência. Inclusive o autoplágio continua

passando despercebido por docentes. Posto que já avalei projetos de iniciação e de extensão na UFTM que são meras reproduções de projetos anteriores. Tema grave!

5.3 POSICIONAMENTO DOS DOCENTES E DISCENTES SOBRE A MESMA QUESTÃO

Nesse tópico apresenta-se um breve comparativo entre a opinião de discentes e docentes sobre o mesmo assunto, considerando que haviam 5 (cinco) perguntas idênticas ou com formulação um pouco diferente, descritas no Quadro 10, mas com o mesmo teor, direcionadas a alunos e professores.

Quadro 10 – Comparativo das respostas de docentes e discentes em relação a mesma pergunta

Perguntas	Respostas*					
	Sim		Não		outros	
	Doc.	Disc.	Doc.	Disc.	Doc.	Disc.
Acredita que os casos de plágio são sempre intencionais?	19,6%	8,6%	44,2%	84,7%	36,2%	6,7%
Você já utilizou um programa de detecção de plágio?	51,7%	21,8%	46%	77,1%	2,3%	1,1%
Os casos de plágio devem ser tratados de acordo com a gravidade do caso?	84,9%	78,7%	3,4%	13,5%	11,7%	7,8%
Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?	93,6%	99%	2,3%	1%	4,1%	-
A universidade deveria promover seminários, workshops, debates, sobre o tema (plágio)?	88,7%	87,5%	4,5%	7,5%	6,8%	5%
*Participaram da pesquisa 385 discentes e 265 docentes.						

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Observa-se que os docentes e discentes posicionaram-se da mesma forma em quase todas as questões, com exceção ao uso de programas de plágio. Sobre a intencionalidade da prática de plágio, tanto os docentes como os discentes que marcaram a opção “não” acreditam que isso ocorre pela falta de conhecimento do aluno no assunto, como utilizar corretamente as regras de citação e paráfrase.

Discentes:
Muitas vezes é por falta de instrução/conhecimento.

Muitas vezes a pessoa copia por não saber fazer a referência.

Docentes:

Se cometem, deduzo que seja pela falta de informação.

Por inexperiência ou desconhecimento.

Da mesma forma nas outras questões onde houve concordância dos dois segmentos, as respostas também foram bem alinhadas, conforme pode ser observado no Quadro 11. A única pergunta em que discentes e docentes não mantiveram a mesma posição, é em relação ao uso de programas de plágio, já que a maioria dos docentes afirmaram ter usado e os discentes não. A situação é justificável, já que o docente por sua experiência como pesquisador e com recorrente publicação de artigos, muitas vezes utiliza a ferramenta, ao contrário dos discentes, principalmente, os dos primeiros períodos que ainda não possuem a prática da escrita acadêmica.

Quadro 11 – Manifestações de docentes e discentes sobre a promoção de eventos, penalidades de acordo com a gravidade e política sobre o plágio na Universidade

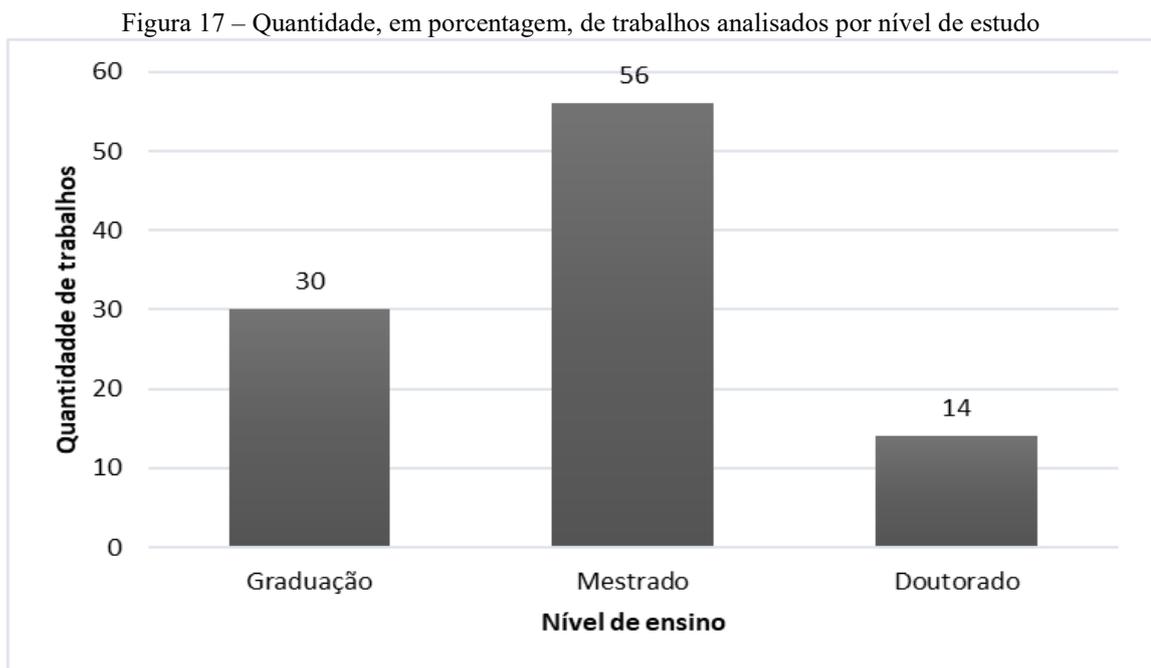
Discentes	Docentes
A universidade deveria promover seminários, workshops, debates, sobre o tema (plágio)?	
Disseminar a informação é sempre um bom caminho para todos. Com ensino de como não cometer plágio iria diminuir as ocorrências pois muitos não sabem fazer uso do material.	É sempre importante alargar os espaços de reflexão e discussão sobre a temática. O conhecimento é a forma de construirmos conceitos e condutas.
Os casos de plágio devem ser tratados de acordo com a gravidade do caso?	
Pois muitas das vezes pode ser não intencionado. As coisas possuem pesos diferentes, não podem ser colocados na mesma panela.	No caso do autoplágio, eu penso ser um ato "menos grave". Deve ser tratada essa questão com cautela, pois as vezes o plágio não foi cometido intencionalmente.
Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?	
Pois a faculdade contém grande concentração de trabalhos acadêmicos e pesquisas sendo necessário conscientizar os alunos. Expondo o caso e sua gravidade, a universidade deixa claro sua intolerância a tais práticas.	A regulamentação norteia os procedimentos tanto para alunos e docentes. Acho importante existirem regras claras sobre tudo dentro de qualquer IES.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

A seguir são apresentados os resultados da outra vertente desta pesquisa, a análise de trabalhos entregues por alunos da UFTM, para identificação de indícios de plágio.

5.4 ANÁLISE DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO, DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E TESES DE DOUTORADO

Com o intuito de verificar se houve cuidado dos alunos e orientadores em não incorrer em plágio, foram analisados 50 (cinquenta) trabalhos divididos entre trabalhos de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado, conforme exposto na Figura 17.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Os programas utilizados para verificação da presença de plágio foram *CopySpider*, na versão gratuita e *Plagius Detector* na versão profissional. O programa *CopySpider* efetua a análise do trabalho por inteiro (formato pdf) e ao final apresenta uma relação de documentos candidatos que possam ter sido plagiados, a porcentagem de similaridade e os *links* para verificação, como mostra a Figura 18. Como o programa faz a análise dos documentos buscando textos semelhantes na *internet*, se o trabalho foi publicado em algum *site* ou mesmo no Banco de Dados da universidade é acusado plágio total do trabalho, por isso a análise manual é muito importante.

Figura 18 – Modelo de relatório de análise do programa CopySpider

Documentos candidatos					
livros01.livrosgrati... [1,57%]					
lattes.cnpq.br/53756... [0,41%]					
lattes.cnpq.br/60700... [0,2%]					
terra.com.br/noticia... [0,12%]					
terra.com.br/noticia... [0,1%]					
noticias.r7.com/inte... [0,01%]					
ptjornal.com/antoni... [0,01%]					
scribd.com/document/... [0%]					
Arquivo de entrada:					
Arquivo encontrado		Total de termos	Termos comuns	Similaridade (%)	
livros01.livrosgrati...	Visualizar	16753	423	1,57	
lattes.cnpq.br/53756...	Visualizar	3065	56	0,41	
lattes.cnpq.br/60700...	Visualizar	5981	34	0,2	
terra.com.br/noticia...	Visualizar	940	14	0,12	
terra.com.br/noticia...	Visualizar	613	12	0,1	
noticias.r7.com/inte...	Visualizar	650	2	0,01	
ptjornal.com/antoni...	Visualizar	544	2	0,01	
br.pinterest.com/pin...	-	-	-	-	Conversão falhou
scribd.com/document/...	Visualizar	135	0	0	
escavador.com/sobre/...	-	-	-	-	Download falhou. HTTP response code: 0

Fonte: CopySpider, 2019

Outro dado interessante a ser observado é que a cada vez que o trabalho é submetido a análise, a porcentagem de indícios pode mudar, talvez a situação ocorra devido a alteração de *sites* pesquisados, com a inclusão de algum e exclusão de outros. No Quadro 12 são apresentados exemplos dessas alterações de análises realizadas em datas diferentes.

Quadro 12 – Exemplos de alterações nas análises feitas, em dias diferentes, pelo programa CopySpider

Análise realizada no Copy Spider – versão gratuita				
	1ª Análise		2ª Análise	
Modalidade	Porcentagem	Termos	Porcentagem	Termos
1 – Graduação	17,42%	1.185	17,42%	1.185
2 – Graduação	1,08%	233	1,01%	2.222
3 – Graduação	3,28%	428	0,68%	80

Fonte: Elaborado pela Autora, 2020

Como pode-se perceber em cada submissão a porcentagem e os termos semelhantes podem permanecer os mesmos (exemplo 1), como poderá ocorrer alteração mínima na porcentagem, porém os termos podem ficar bem diferentes, como no segundo exemplo, onde houve alteração de 1,08% para 1,01%, contudo os termos informados mudaram bastante, de 233 para 2.222. No exemplo 3 houve alteração significativa tanto da porcentagem (3,28% para 0,68%) quanto dos termos (428 para 80). Lembrando que a análise realizada, deu-se na versão gratuita do programa *CopySpider*.

Realizou-se ainda, a análise dos mesmos trabalhos na versão completa do programa *Plagius Detector*. O programa aceita a inserção de todo o trabalho, em formato pdf, e após a verificação apresenta relatório apontando suspeitas na *internet*, as suspeitas confirmadas e a porcentagem do texto analisado, indica os endereços mais relevantes com suas ocorrências e semelhanças, como mostra a Figura 19.

Figura 19 – Modelo de resultado de análise do programa *Plagius Detector*

Resultado da análise

Arquivo: 01

Estatísticas

Suspeitas na Internet: 15,34%

Percentual do texto com expressões localizadas na internet 

Suspeitas confirmadas: 21,33%

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados 

Texto analisado: 81,55%

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: 100%

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

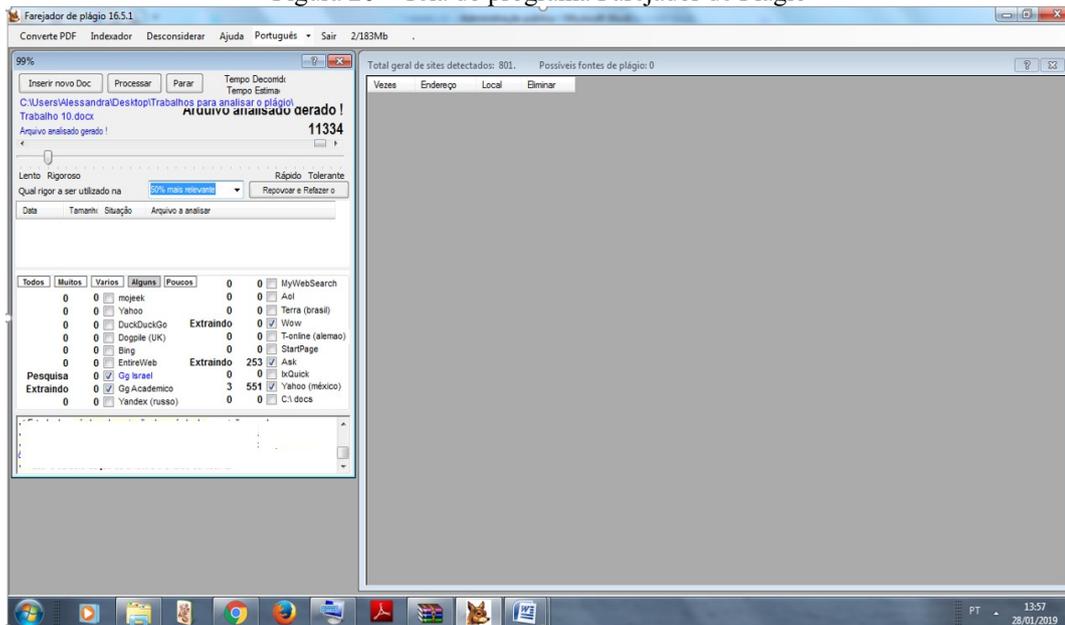
Endereços mais relevantes encontrados:

Endereço (URL)	Ocorrências	Semelhança
https://docplayer.com.br.	85	13,88 %
https://docplayer.com.br.	38	11,42 %
https://docplayer.com.br.	33	14,44 %
http://www.escavador.com/	23	2,63 %
https://pt.scribd.com/document/	22	12,98 %
https://k	18	6,25 %

Fonte: Plagius Detector, 2019

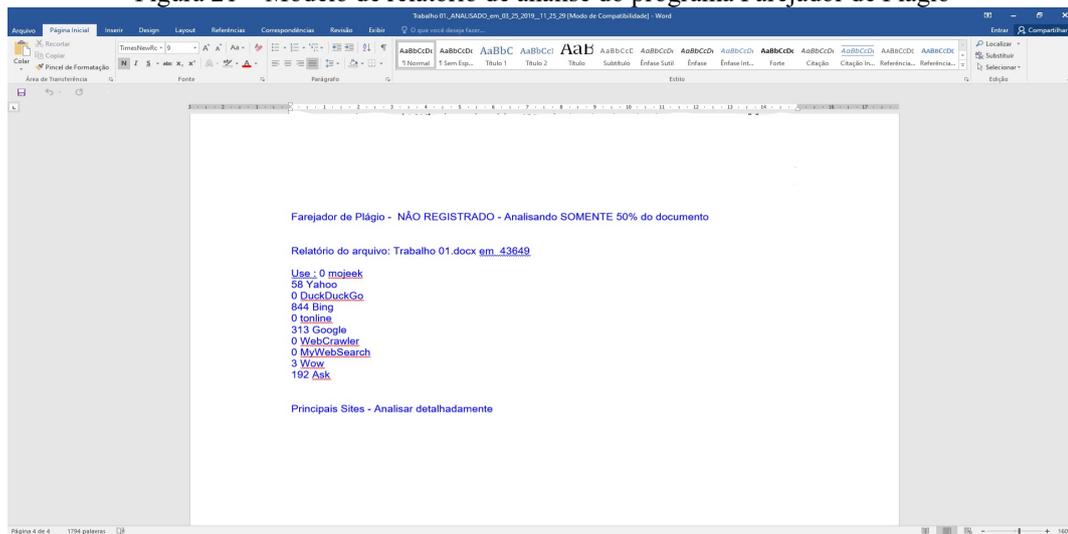
Antes de serem apresentados os resultados das análises, cabe informar que também foram testados os programas *Farejador de plágio* e *Plagiarisma*. O *Farejador de plágio* aceita documentos no formato .doc, e limita a quantidade de palavras pesquisadas. Como o programa aceita uma quantidade limitada de expressões, foram inseridos para análise os tópicos Introdução, Resultados e discussão e Conclusão do trabalho. O programa deixa o usuário escolher o rigor da análise e a quantidade de páginas a serem pesquisadas, como mostra a figura 9, e ao final elabora uma lista simples com os principais *sites* que deverão ser manualmente analisados, como mostra a Figura 20.

Figura 20 – Tela do programa Farejador de Plágio



Fonte: Programa Farejador de Plágio, 2019

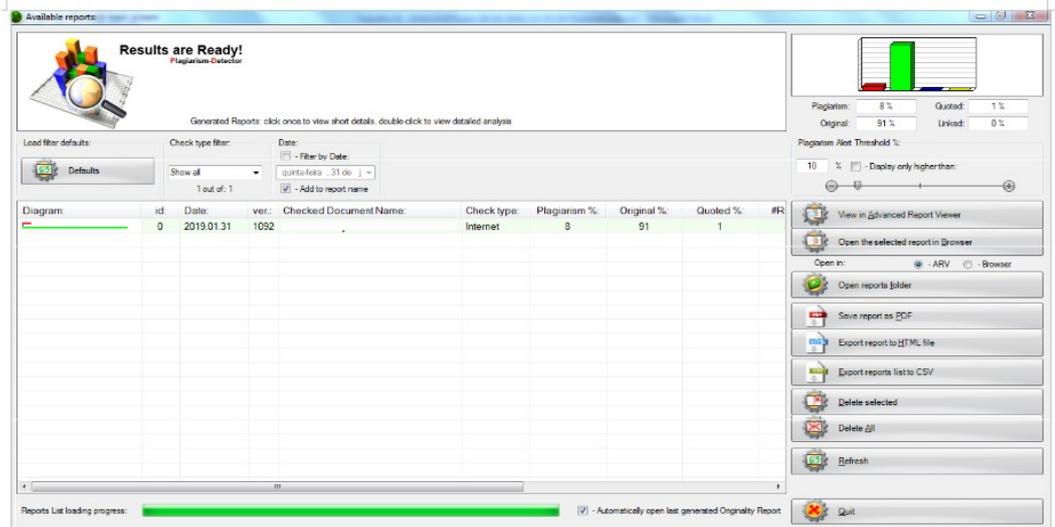
Figura 21 – Modelo de relatório de análise do programa Farejador de Plágio



Fonte: Farejador de Plágio, 2019

O programa *Plagiarisma* aceita a inserção do trabalho completo no formato pdf, porém a forma de apresentação de resultados não é muito didática, o que dificultou o seu uso na pesquisa. O teste foi realizado na versão gratuita e é apresentado na Figura 22.

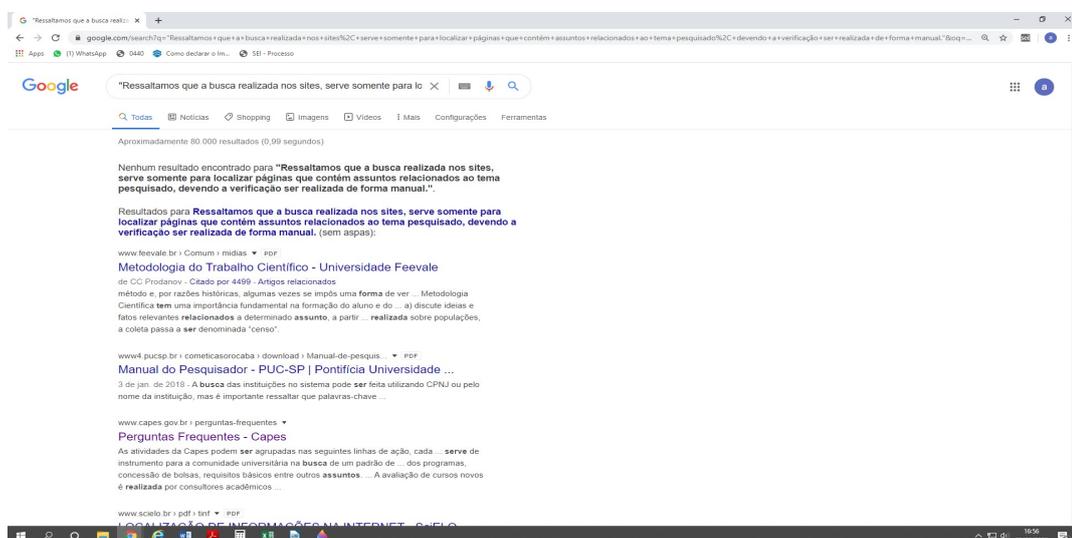
Figura 22 – Modelo de relatório de análise do programa Plagiarisma



Fonte: Plagiarisma, 2019

Além disso foi realizada busca por indícios de plágio pelo *site* de busca Google, mediante consulta de frases retiradas da conclusão e introdução de alguns trabalhos. A tarefa é cansativa e lenta, já que a busca deve ser feita por poucas palavras, e dependendo da expressão pode abrir-se um leque muito grande de *sites* a serem consultados. Para correção de trabalhos de uma turma de 30 (trinta) alunos por exemplo, demandaria muito tempo e paciência. A título de exemplificação foi retirada uma frase deste trabalho e submetida ao Google para busca de expressões idênticas ou semelhantes e o resultado é apresentado na Figura 23.

Figura 23 – Exemplo de busca realizada no Google por indícios de plágio



Fonte: Google, 2019

Ao final das análises verificou-se inconsistências em 18 (dezoito) trabalhos, ou seja 36% do total. Entre as inconsistências encontradas foram observados erro de citação direta curta, ou seja, quando a citação é inferior a três linhas, ela faz parte do texto, mas deve estar obrigatoriamente entre as aspas e devidamente referenciada, conforme Figura 6. Outra falha encontrada, e a com maior incidência, foi em relação a cópia de trechos de outros autores, sem atendimento à correta forma de citação e referência. Foram encontrados, ainda, casos de autoplágio.

Como a análise no programa *Plagius Detector* é realizada no trabalho integral, verificou-se que alguns alunos copiaram parte dos agradecimentos de outro trabalho e em outro caso houve a cópia da dedicatória. Apesar de não haver gravidade na conduta, analisando pelo lado da pesquisa científica, isso mostra que os alunos têm dificuldade com a escrita, o que pode ser embasado também com a alta quantidade de trabalhos com citação de forma incorreta.

6 CONCLUSÕES

Objetivou-se com esse trabalho verificar o cenário relacionado à questão do plágio na UFTM, através do posicionamento de discentes e docentes sobre o assunto, e da análise de trabalhos apresentados pelos discentes, com o intuito de verificar se contém indícios de plágio.

Para tanto foi realizada pesquisa com os discentes e docentes da UFTM, por meio de coleta de dados (questionário) elaborada no Google Formulários e encaminhado ao público alvo, via e-mail. A participação discente foi de 6,22% do total de alunos da Instituição e 43,73% no caso de docentes.

No entanto, a quantidade de respostas recebidas foi satisfatória e as manifestações apresentadas serviram de parâmetro para o levantamento das necessidades de melhoria, tanto no segmento discente quanto no docente.

6.1 COLETA DE DADOS DISCENTES

Com relação aos discentes, grande parte da entrevista foi realizada por meio de formulário impresso. Acredita-se que, com o surgimento de novas tecnologias, o uso do e-mail para alguns se torne obsoleto, contudo, esta ainda é uma ferramenta utilizada dentro da UFTM para envio de informações e comunicados em geral.

Contudo, considerando as respostas apresentadas foi verificado que os discentes possuem dificuldades em relação as regras de citação e referência, principalmente daqueles que chegam na graduação, sem nenhum contato anterior com as normas da ABNT. Muitos relataram que as regras são confusas e é difícil decorá-las. Nesse sentido, houve a sugestão por parte de um docente para que a Universidade ofertasse cursos sobre o tema, de forma *online*, já que muitos alunos não têm disponibilidade para participarem de eventos presenciais. Cabe destacar que a Universidade disponibiliza na página da Biblioteca o Manual para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, com todas as informações sobre a elaboração de trabalhos acadêmicos, e talvez falte maior divulgação aos alunos.

Ainda, em relação a forma correta de realizar uma citação ou paráfrase, a questão prática proposta no questionário, mostrou que os alunos mesmo afirmando saber o que é plágio, tiveram dificuldade em identificar o modo correto de utilizar as normas da ABNT.

A questão de quem deliberadamente incorre em plágio, é essencialmente ética, o que pode ser contornado com a elaboração e a divulgação de Códigos de Boa Conduta, adotados

por várias Instituições no país. Atribuir ao aluno a responsabilidade pelos seus atos, também é uma forma de minimizar o plágio intencional. Dessa forma a Declaração de autoria e de não plágio do Trabalho de Conclusão de Curso, adotado pela Graduação de Engenharia de Produção, deveria ser estendido a todos os cursos da Universidade.

Ao se falar em ética, cabe uma reflexão sobre a compra de trabalhos prontos, que alguns discentes entendem ser uma conduta legal, já que há o binômio oferta e demanda. Um dos respondentes entende que quem compra o faz, devido a “problemas no próprio sistema acadêmico, tais quais exigências produtivistas abusivas em curtos prazos (e ainda mais quando se irreleva que há estudantes que não apenas tem obrigações para com a universidade – mas também trabalho, filhos, etc)”. Em relação ao exposto, um docente afirmou que prefere um trabalho com poucas páginas mas feito pelo aluno, do que um trabalho extenso, onde a metade é cópia. A compra de trabalho assemelha-se a cópia de outro texto, já que a autoria em ambos os casos não é do aluno. Aqui deve-se acender um alerta sobre como é cobrada as atividades dos alunos, se estas estão de acordo com a modalidade do curso (multiperiódico ou noturno).

6.2 COLETA DE DADOS DOCENTES

A disponibilização de programas de detecção de plágio, foi muito comentada pelos docentes, que entendem que a Universidade deveria manter a ferramenta tanto para uso dos alunos como dos professores. Um docente sugere que todos os trabalhos antes de serem submetidos a Banca, passem pela análise de um programa. Outros, propõem a criação de um setor para análise de trabalhos, já que a responsabilidade pela existência de plágio não é somente do aluno e do professor, mas solidariamente da Universidade.

Há várias formas de se incorrer em plágio e cada autor possui uma classificação diferente. De acordo com Corrêa e Londoño (2018), os cinco tipos mais frequentes são: Clonagem, Mosaico, Copiado e Colado, Remix e Busca e Substituição. Cabe destacar que o autoplágio também é uma forma de plágio. Nesse contexto a pesquisa tencionou saber a opinião dos professores sobre a aplicação de penalidades de acordo com a gravidade do plágio. Alguns docentes entendem que plágio é plágio, independente da forma, deve ser punido. Por outro lado, há aqueles que entendem que o uso incorreto da citação não é tão grave quanto a cópia integral de um texto sem a devida referência, portanto aquela é menos gravosa que a última. Há ainda aqueles que acreditam que a orientação é a melhor medida a

ser adotada no caso. De toda forma é consenso que alguma atitude deve ser tomada para se coibir a ocorrência de plágio dentro da Universidade.

No tocante ao autoplágio, alguns docentes entendem que tal prática não é ilegal, portanto não se deve punir quem utiliza desse recurso. Esses docentes alegam que se você é autor do texto, poderá usá-lo quantas vezes quiser. Alguns autores corroboram o entendimento de que o autoplágio não é ilegal mas é antiético, já que o leitor imagina que está lendo algo inédito.

Sobre a instituição de uma política de combate ao plágio dentro da Universidade, com aplicação de penalidades, obteve-se diversos posicionamentos como: já existem as legislações federais sobre o tema que devem ser seguidas, não necessitando de nenhuma outra por parte da Instituição; o papel da Universidade é orientar e não punir; é fundamental para o respaldo ao docente, já que é difícil para o docente penalizar um aluno se não há regra para isso. De toda forma, a única menção ao plágio que encontramos na normatização interna da Instituição é a disponível no Regimento Interno da UFTM. Na contramão de outras Universidades que trabalham a questão com o rigor necessário que a prática exige.

O último ponto a ser destacado, em relação a coleta de dados, via questionário, é a responsabilização do docente em casos de plágio cometido pelos seus alunos. A maioria dos docentes entendem que não devem ser penalizados pelo erro de seus alunos, já que cabe a eles a obrigatoriedade de ineditismo de sua pesquisa. Houve ainda, a justificativa de que muitas vezes o professor orienta o aluno em trabalhos que não é de sua área de pesquisa, portanto não conhecem a literatura sobre o tema, de modo que uma leitura não é suficiente para identificar o plágio. Foi apontado também que a responsabilidade não é somente do professor/orientador nos casos em que o trabalho é submetido a Banca Examinadora, já que ela também deve se atentar para a verificação de plágio.

6.3 ANÁLISE DE TRABALHOS ATRAVÉS DE PROGRAMAS DE DETECÇÃO DE PLÁGIO

Na outra parte da pesquisa, relacionada a submissão de trabalhos a programas de detecção de plágio, ficou claro que os alunos têm dificuldade em seguir as normas de citação e referências, já que a maioria dos indícios encontrados são de natureza técnica. O autoplágio também é uma questão a ser trabalhada com os discentes, devido a ocorrência constatada em alguns trabalhos.

Assim, os resultados apresentados tanto nos questionários quanto na análise dos trabalhos, demonstram que a melhor arma contra a ocorrência de plágio é a orientação, já que a maioria dos erros encontrados e das queixas de estudantes referem-se a dificuldade na utilização de citações e referências. A Universidade deveria disseminar mais informações sobre o assunto, seja através de manuais, indicações de material para leitura ou oferecimento de cursos sobre o tema. A aquisição ou desenvolvimento de um programa de detecção de plágio, bem como o treinamento de pessoal para executá-lo também é uma opção, apesar de mais onerosa.

Um último apontamento refere-se a inconsistências na formulação de algumas perguntas e no modo como estas foram disponibilizadas no formato digital, ou seja, algumas questões não deveriam ser de resposta obrigatória. Isto mostra a importância de ser realizado, inicialmente um teste com uma pequena população, a fim de aprimorar e sanar qualquer erro no instrumento de pesquisa.

REFERÊNCIAS

11 RAZÕES PARA NÃO COMPRAR UM TRABALHO ACADÊMICO. PÓS-GRADUANDO. 2014. Disponível em: < <https://posgraduando.com/11-razoes-para-nao-comprar-um-trabalho-academico/>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

BABINSKI, Daniel; PARAHYBA, Camila. **Noções Gerais de Direitos Autorais**. Módulo 1: Direito Autoral. Brasília, 2015. Disponível em: < <https://mooc.escolavirtual.gov.br/course/view.php?id=2238>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia; DE SOUZA, Cristina Gomes. Percepção do conceito de plágio acadêmico entre alunos de engenharia de produção e ações para sua redução. **Revista Produção Online**, v. 7, n. 4, 2007.

BARRETO, Maria de Fátima Teixeira; DE MELO, Keila Matida; STIVAL, Beatriz Pita. Pesquisa on-line nos anos iniciais: convite ao plágio?. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 19, n. 2, p. 33-60, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 91 de 18 de fevereiro de 2016. Brasília: Planalto, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília: Planalto, 2018. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Brasília: Planalto, 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CAMPANA FILHO, José Carlos et al. Detecção de Suspeita de Plágio de Códigos C para Apoio ao Ensino em Programação. **Anais do Computer on the Beach**, p. 436-445, 2017.

CAVALCANTI, Anderson et al. Uma Nova Abordagem para Detecção de Plágio em Ambientes Educacionais. In: **Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)**. 2017. p. 1177.

CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS CIENTÍFICAS. FAPESP. 2014. Disponível em: < http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf>. Acesso em 30.05.2019.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**, volume 4: direito das coisas, direito autoral / Fábio Ulhoa Coelho. — 4. ed. — São Paulo: Saraiva, 2012.

COMPREENDENDO A INTEGRIDADE ACADÊMICA E PORQUE CRIAR ESTA CULTURA EM SUA IES. 2018. Disponível em: < <https://www.turnitin.com/pt/blog/compreendendo-a-integridade-academica-e-porque-priorizar-a-construcao-desta-cultura-em-sua-ies>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

CORREA, Belén; LONDOÑO, Catalina. OS CINCO TIPOS DE PLÁGIO MAIS FREQUENTES. 2018. Disponível em: < <https://www.turnitin.com/pt/blog/cinco-tipos-plagio-mais-frequentes>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 3, 2016.

DE OLIVEIRA, Leônidas Meireles Mansur Muniz. O ABUSO DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E SUAS LIMITAÇÕES. **Anais do Seminário Científico da FACIG**, n. 2, 2017.

DIAS, Wagner Teixeira; EISENBERG, Zena Winona. Vozes diluídas no plágio: a (des) construção autoral entre alunos de licenciaturas. **Pro-Posições**, v. 26, n. 1, p. 179-197, 2015.

FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Disponível em: <http://biblioteca.fecap.br/wp-content/uploads/2013/10/Plagio_Ponderacoes.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FERREIRA, Natália Bonora Vidrih; OLIVEIRA., Paulo Sérgio de. Fundamentos da propriedade intelectual. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12359>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FERREIRA, SUELI MARA SOARES PINTO, et al. "Percepções dos alunos pós-graduandos da USP sobre a ocorrência de plágio em trabalhos acadêmicos." *São Paulo, dez* (2013).

FURLANETTO, Maria Marta; RAUEN Fábio José; SIEBERT, Silvânia (Eds.). Plágio e autoplágio: desencontros autorais. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 11-19, jan./abr. 2018.

INSPER, Instituto de Ensino e Pesquisa. **Plágio acadêmico**. Versão 1. 2012. Disponível em: < <https://wwwp.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tcci/cartilha-plagio.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2018.

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 745-818, 2011.

KROKOSZ, Marcelo. Outras palavras sobre autoria e plágio. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

MORAES, Rodrigo. Plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Diálogos possíveis**, v. 3, n. 1, 2014.

MOTOR DE BUSCA: VEJA COMO FUNCIONA A PESQUISA NO GOOGLE. Asb Marketing. Disponível em: < <https://asbmarketing.com.br/como-funciona-o-motor-de-busca-do-google/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NOVAES, Jean Carlos. **PROBABILIDADE: FÓRMULA, EVENTO E ESPAÇO AMOSTRAL**. 2018. Disponível em: <<https://matematicabasica.net/probabilidade/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OLIVEIRA, José Gláucio Brito Tavares de. **Autoria e plágio em trabalhos acadêmicos: políticas e ações de combate a contrafação no contexto universitário**. 2016. 68 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/ompi/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PATEL, Neil. **SITES DE BUSCA: CONHEÇA OS 13 BUSCADORES MAIS USADOS NO MUNDO**. 2020. Disponível em: <<https://neilpatel.com/br/blog/sites-de-busca/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PERTILE, Solange de Lurdes. **Desenvolvimento e aplicação de um método para detecção de indícios de plágio**. 2011. 72 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

PESQUISA: 87% DOS ALUNOS CHEGAM À UNIVERSIDADE SEM SABER O QUE É PLÁGIO. VEJA. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-87-dos-alunos-chegam-a-universidade-sem-saber-o-que-e-plagio/>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**, v. 39, n. 1, 2013.

PLÁGIO É CRIME? ENTENDA A QUESTÃO. Disponível em: <<https://direitosbrasil.com/plagio-e-crime-entenda-a-questao/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

PROFESSOR DA USP É DEDITIDO POR PLÁGIO. ESTADÃO. 2011. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,professor-da-usp-e-demitido-por-plagio-imp-682762>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – LICENCIATURA. UFTM. 2015. Disponível em: <<https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/?to=N29zTFVkdGh2bjcyeC9odGFISIRIRGthNjZlVWY5ZlN1blFtdTJlUnFmbDdkU0V1YzVvZEtjbkZhTyt2UFBaeXRFSnpFbEMweitJNWV6NXR3RWZBVGE2T2dYMityc3JqbVp5UitkT3Z4LzFiNFNtNHdwU2ZNRtQ0R3RCVURjenluR0hnVzE4Ynd2T0psYkdwZFJUeHRpTXBUQmVDVFNyM1FZZFM1Mzd4VHhEN0R2aHMxUjZsZ3puTDgvMlB1WTF5&secret=uftm>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NAS NORMAS ABNT E SITES (LINKS) – COMO FAZER. 2020. Disponível em: <<https://www.normaseregras.com/normas-abnt/referencias/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

REGIMENTO GERAL. UFTM. 2010. Disponível em: <<http://sistemas.uftm.edu.br/integrado/?to=N29zTFVkdGh2bjcyeC9odGFISIRIRGthNjZlVWY5ZlN1blFtdTJlUnFmbDdkU0V1YzVvZEtjbkZhTyt2UFBaeXRFSnpFbEMweitJNWV6NXR3RWZBVGE2T2dYMityc3JqbVp5UitkT3Z4LzFiNFNtNHdwU2ZNRtQ0R3RCVURjenluR0hnVzE4Ynd2T0psYkdwZFJUeHRpTXBUQmVDVFNyM1FZZFM1Mzd4VHhEN0R2aHMxUjZsZ3puTDgvMlB1WTF5&secret=uftm>>

[uR0hnVzE4Ynd2T0psYkdwZFJUeHRpTXBUQmVDVFNyM1FZZFM1Mzd4VHpCc0NhS3RMdXhvVIZIT2dRVU5zY1Vi&secret=uftm](http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda)>. Acesso em: 28 nov. 2019.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INTEGRIDADE DE PESQUISA DO CNPQ. 2011.

Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>>. Acesso em: 30 abr. 2020

RIBEIRO, Daniel. MELHOR QUE GOOGLE? VEJA NOVE SITES DE BUSCA RIVAIS COM FUNÇÕES DIFERENTES. TECHTUDO. 2019. Disponível em:

<<https://www.techtudo.com.br/listas/2019/02/melhor-que-google-veja-nove-sites-de-busca-rivais-com-funcoes-diferentes.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SIGNIFICADO DE PLÁGIO. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/plagiar>>.

Acesso em: 13 jul. 2018.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, p. 357-368, 2008.

SITES DE BUSCA: CONHEÇA OS 13 BUSCADORES MAIS USADOS NO MUNDO.

2020. Disponível em: <<https://neilpatel.com/br/blog/sites-de-busca/#:~:text=3.%20Yahoo,tamb%C3%A9m%20para%20busca%20na%20web.&text=O%20que%20pesa%20contra%20o,oferecer%20nenhuma%20inova%C3%A7%C3%A3o%20ao%20usu%C3%A1rio.>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

TIPOS DE PESQUISA. Instituto PHD. Disponível em:

<<https://www.institutophd.com.br/produtos-pesquisa-estatistica/tipos-de-pesquisas-estatisticas/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

VANIN, Carlos Eduardo. Propriedade Intelectual: conceito, evolução histórica e normativa e sua importância. JusBrasil, 2016. Disponível em:

<<https://duduhvanin.jusbrasil.com.br/artigos/407435408/propriedade-intelectual-conceito-evolucao-historica-e-normativa-e-sua-importancia>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, Tania Modesto et al. Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios. 2014.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - DOCENTE

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Convidamos você a participar da pesquisa: “O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM”. O objetivo desta pesquisa é “Verificar o cenário relacionado a questão do plágio na UFTM, através da aplicação de um questionário aos docentes e discentes da instituição”. Sua participação é importante, pois o levantamento das dificuldades e necessidades dos alunos e professores, por meio da aplicação de questionário, possibilitará a busca por mecanismos de se evitar o plágio em trabalhos acadêmicos dentro da Universidade, bem como a formação de profissionais e pesquisadores comprometidos com o ineditismo do que escreve e publica.

Caso você aceite participar desta pesquisa será necessário responder a um questionário com 12 questões, e tempo estimado para resposta de 30 minutos. O questionário é on-line e poderá ser respondido a qualquer momento dentro do período de um mês a partir da data de seu recebimento.

O único risco previsto nessa pesquisa é o risco de perda de confidencialidade, para minimizar esse risco utilizaremos códigos numéricos para a gestão dos dados coletados. Reforçamos que no questionário não haverá coleta de nome.

Espera-se que a sua participação na pesquisa oportunizará a possibilidade de conhecimento das dúvidas que os alunos possuem, por meio da devolutiva dos resultados obtidos na pesquisa, facilitando a melhora na comunicação com estes e subsidiando possíveis orientações sobre o assunto.

Você poderá obter quaisquer informações relacionadas a sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio dos pesquisadores do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto aos pesquisadores, ou prejuízo quanto a sua relação de docente junto a instituição ou relativo aos seus alunos, bastando você dizer ao pesquisador que lhe entregou este documento. Você não será identificado neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas dos

pesquisadores da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOCENTES

1 – Sexo

Feminino

Masculino

2 – Você é professor(a) da

Graduação

Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

3 – Se atua na graduação quantos alunos orientou no trabalho de conclusão de curso nos últimos dois anos

Nenhum

De 01 a 05

Mais de 05

4 – Durante a atividade de orientação conversa com os alunos sobre o cuidado em não incorrer em plágio?

Sim

Não

Outros

Justifique sua resposta:

5 – Já detectou plágio em algum trabalho dos seus alunos/orientandos?

Sim

Não

Outros

Justifique sua resposta:

6 – Caso positivo, qual foi a atitude tomada?

- Orientou o aluno a refazer o trabalho
- Não pontuou o trabalho apresentado
- Reprovou o aluno
- Levou ao conhecimento da autoridade superior solicitando sugestões de como proceder
- Outros

7 – Já utilizou algum programa de detecção de plágio?

- Sim
- Não
- Outros

Justifique sua resposta:

8 – Em sua opinião os alunos utilizam o plágio intencionalmente?

- Sim
- Não
- Outros

Justifique sua resposta:

9 – Eventos, como workshops, palestras ou seminários sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?

- Sim
- Não
- Outros

Justifique sua resposta:

10 – Em sua opinião, os casos de plágio (parafrasear sem citar a fonte, copiar sem citar a fonte, autoplágio sem citação da fonte...) devem ser tratados de acordo com a gravidade?

- Sim
- Não
- Outros

11 – Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?

- Sim
- Não
- Outros

Justifique sua resposta:

12 – Em caso de ocorrência de plágio, não detectado e descoberto por terceiros, o professor deverá sofrer sanção?

- Sim
- Não
- Outros

Justifique sua resposta:

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – DISCENTE

Convidamos você a participar da pesquisa: “O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM”. O objetivo desta pesquisa é “Verificar o cenário relacionado a questão do plágio na UFTM, através da aplicação de um questionário aos docentes e discentes da instituição”. Sua participação é importante, pois o levantamento das dificuldades e necessidades dos alunos e professores, por meio da aplicação de questionário, possibilitará a busca por mecanismos de se evitar o plágio em trabalhos acadêmicos dentro da Universidade, bem como a formação de profissionais e pesquisadores comprometidos com o ineditismo do que escreve e publica.

Caso você aceite participar desta pesquisa será necessário responder a um questionário com 16 questões, e tempo estimado para resposta de 30 minutos. O questionário é on-line e poderá ser respondido a qualquer momento dentro do período de um mês a partir da data de seu recebimento.

O único risco previsto nessa pesquisa é o risco de perda de confidencialidade, para minimizar esse risco utilizaremos códigos numéricos para a gestão dos dados coletados. Reforçamos que no questionário não haverá coleta de nome.

Espera-se que a sua participação na pesquisa oportunizará a possibilidade de contato como tema de plágio, o que poderá facilitar o conhecimento do assunto e favorecê-lo quanto a como evitar tal prática.

Você poderá obter quaisquer informações relacionadas a sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio dos pesquisadores do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto aos pesquisadores, ou prejuízo quanto a sua relação de discente junto a instituição ou relativo aos seus professores, bastando você dizer ao pesquisador que lhe entregou este documento. Você não será identificado neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas dos pesquisadores da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DISCENTES

Seção 1

1 – Sexo

- Feminino
- Masculino

2 – Você é aluno(a) da

- Graduação
- Especialização
- Pós-graduação

3 – Qual seu período/curso?

- 1º ao 4º período
- 5º ao 8º período
- 9º ao 12º período
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

4 – Você sabe o que é plágio?

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

Os alunos que responderem “Sim” na pergunta n. 04 serão direcionados para a Seção 2. Para aqueles que responderem “Não” ou “Não tenho certeza” serão direcionados para a Seção 3.

Seção 2

5 - Quando tomou conhecimento sobre as regras de citação e paráfrase?

- Na educação básica
- Na universidade – na graduação

Na universidade – na pós-graduação

6 – É permitido ao(a) aluno(a) utilizar textos da internet em trabalhos acadêmicos?

Sim

Não

Outros

Talvez

Justifique sua resposta:

7 – Em sua opinião há algum problema em comprar trabalhos acadêmicos prontos?

Sim

Não

Não tenho certeza

Justifique sua resposta:

8 – Assinale a alternativa que você considera estar correta quanto às regras de citação:

“Com problemas mais do que suficientes a ocupá-lo na esfera interna, Lincoln enfrentava uma situação confusa no exterior. Um membro do Parlamento Britânico tinha apresentado uma proposta em que recomendava que a Inglaterra concedesse a condição de Estado beligerante à Confederação Sulista.”

(Texto original: GOODWIN, Doris Kearns. Lincoln. Tradução de Waldéa Barcellos. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.).

Já não bastassem os problemas internos enfrentados por Lincoln, a recomendação para que a Inglaterra concedesse a condição de Estado combatente a Confederação Sulista era uma situação ainda mais complexa externamente.

Já não bastassem os problemas internos enfrentados por Lincoln, a recomendação para que a Inglaterra concedesse a condição de Estado combatente a Confederação Sulista era uma situação ainda mais complexa externamente (GOODWIN, 2013).

() De acordo com Goodwin (2013) Lincoln enfrentava uma situação confusa no exterior. Um membro do Parlamento Britânico tinha apresentado uma proposta em que recomendava que a Inglaterra concedesse a condição de Estado beligerante à Confederação Sulista.

9 – Você já parafraseou ou copiou algum conteúdo sem citar a fonte original?

() Sim

() Não

() Outros

Justifique sua resposta:

10 – Acredita que os casos de plágio são sempre intencionais?

() Sim

() Não

() Outros

Justifique sua resposta:

11 – Eventos como workshops, seminários ou palestras sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?

() Sim

() Não

() Outros

Justifique sua resposta:

12 – Com exceção das disciplinas que abordam o tema plágio e normas de formatação, já participou de conversas ou atividades/projetos sobre o assunto?

() Sim

() Não

() Não tenho certeza

13 – Em caso positivo de quantos eventos/projetos participou?

- Até 5 eventos
- Mais de 5 eventos
- Não tenho certeza

14 – Você já utilizou um programa de detecção de plágio em seus trabalhos?

- Sim
- Não
- Outros

Justifique sua resposta:

15 – Os casos de plágio devem ser tratados de acordo com a gravidade do caso (parafrapear sem citar a fonte, copiar sem citar a fonte, autoplágio sem citação da fonte...)?

- Sim
- Não
- Outros

Justifique sua resposta:

16 – Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?

- Sim
- Não
- Outros

Justifique sua resposta:

Seção 3

5 – “Plágio significa copiar ou assinar uma obra com partes ou totalmente reproduzida de outra pessoa, dizendo que é sua própria. O plágio pode ser de qualquer natureza, como em livros, música, obras, fotografias, trabalhos, e etc. O plágio ocorre quando um indivíduo copia o trabalho de alguém e não coloca os créditos para o autor original.” (Disponível em: <https://www.significados.com.br/plagio/>)

Considerando que até o momento você não sabia o significado de plágio, acredita que o(a) aluno(a) deve ser penalizado(a) pela fraude em seus trabalhos?

- Sim
 Não
 Outros

Justifique sua resposta:

6 – Você usa qual fonte de pesquisa para seus trabalhos acadêmicos?

- Somente fontes digitais (internet)
 Livros, revistas científicas (material físico)
 Utilizo todas as fontes disponíveis seja física ou digital

Justifique sua resposta:

7 – Você já parafrazeou ou copiou algum conteúdo sem citar a fonte original?

- Sim
 Não
 Outros

Justifique sua resposta:

8 - Já entregou um trabalho em seu nome feito por outra pessoa?

() Sim

() Não

() Outro

Justifique sua resposta:

9 – A universidade deveria promover seminários, workshops, debates, sobre o tema?

() Sim

() Não

() Outros

Justifique sua resposta:

ANEXO A – RESPOSTAS DOS DOCENTES AO QUESTIONÁRIO

4 – Durante a atividade de orientação conversa com os alunos sobre o cuidado em não incorrer em plágio?

- É importante que o assunto do plágio seja abordado com os alunos da graduação, a fim de que realizem um trabalho com seriedade e comprometimento e compreendam os riscos e consequências dessa prática no meio acadêmico.

- Tanto nas disciplinas, quanto nos trabalhos de conclusão, destaco que plágio é crime e que receberão nota zero caso o utilizem.

- Penso que é um assunto muito importante e deve fazer parte das atividades de orientação explicar o que é plágio e como podemos trazer textos de outros autores para nossos textos, mas sempre citando a autoria.

- É relevante e necessário uma vez que os discentes da graduação possuem dificuldades de escrever e de pós-graduação com a criação de seus textos. É relevante uma vez que o uso do plágio caracteriza-se como ausência de compromisso ético com a produção de conhecimento.

- No momento da orientação de como fazer as pesquisas nos sites disponibilizados pela biblioteca, aproveito para mostrar a importância das citações dos artigos e trabalhos científicos, destacando o plágio.

- Indico a leitura de um texto "Integridade na Pesquisa e Publicação Científica".

- Informo a importância de se citar as referências quando se menciona outros trabalhos e sempre confiro bastante essa parte de referências bibliográficas para ver se o que está no texto está devidamente citado na bibliografia. É aviso de não pegar o texto pronto procurando reescrever as ideias com suas próprias palavras...

- Acredito que seja importante orientar sobre o tema. Reforço as normas de escrita e falo sobre isso em conjunto, é sempre importante que o trabalho seja inédito e que o embasamento de qualquer ideia seja citado, adequadamente.

- Falo que prefiro um trabalho com poucas páginas, mas que foi feito por ele, do que um trabalho gigante, e metade é cópia.

- À medida em que o trabalho transcorre, na relação entre as leituras e a produção do texto, recordo as normas de citação e referências, esclarecendo os limites textuais e, em caso de alguma "cópia" indevida, esclareço os limites entre citação, transliteração e plágio.

- Na elaboração do texto comento sobre o plágio, sobre a necessidade de citar corretamente os autores e seus trabalhos. Comento da existência de softwares de detecção de plágio e que são

muito utilizados pelas instituições e revistas científicas. Comento também das consequências legais do plágio.

- Reforço bem com meus alunos quanto a honestidade científica, tanto no rigor do método quanto na qualidade da evidência. E a forma devida de creditar todos os conceitos, princípios, métodos e achados aos autores. Também chamo a atenção para o autoplágio.

- Todos os meus alunos são orientados a usar bibliografia pertinente, mas a registrar no seu TCC as suas conclusões a respeito das referências que usou, citando dos autores das ideias e no máximo parafraseando o que foi escrito e publicado por outra pessoa.

- É importante salientar que o plágio, de qualquer forma, é errado e que existem inclusive penalidades gravíssimas para quem o comete. Além disso, facilmente softwares são capazes de detectar plágio e autoplágio.

- Parte do trabalho de orientação, é dar continuidade às reflexões da disciplina de metodologia de pesquisa quanto na graduação quanto na pós, a fim de esclarecer normas da escrita acadêmica bem como a importância da leitura e da paráfrase, o respeito com ideias do outro. Além disso a leitura atenta pelo orientador de todo material produzido pelo seu orientando é de fundamental importância no processo evitando assim ocorrências de plágio.

- Indico alguns procedimentos para não haver problema com plágio na área da História. A prática de plágio acarretará sanções disciplinares e acadêmicas previstas no regimento da UFTM. Plagiar é apresentar ideias, expressões ou trabalhos de outros como se fossem os seus, de forma intencional ou não. Serão caracterizadas como plágio a compra ou apresentação de trabalhos elaborados por terceiros e a reprodução ou paráfrase de material, publicado ou não, de outras pessoas, como se fosse de sua própria autoria, e sem a devida citação da fonte original.

- A orientação é dada verbalmente e por meio eletrônico. É enviado um vídeo, com o título "TV PUC-Rio: Universidade lança campanha contra plágio acadêmico", disponível no youtube, o qual evidencia não somente o plágio do "copia e cola" como também o autoplágio e as ideias "copiadas".

- São realizadas recomendações sobre: a necessidade de deixar claro quem falou sobre o assunto/conceito; a necessidade de utilizar as normas da universidade para a elaboração de referências; como referenciar e porque referenciar; sobre qual o papel da citação/referência em um trabalho acadêmico; sobre os prejuízos que podem ser gerados pela falta de citação correta; etc.

- Ter outros documentos como base é sempre importante para formar opiniões, mas por vezes os alunos têm a tendência de copiar um documento que foi usado como referência. Daí a

importância de conversar com eles sobre os prejuízos de se realizar tal prática e a importância de citar toda e qualquer referência para se dar o crédito de quem originalmente produziu desde um resultado importante até uma simples frase.

- Sempre alerto meus alunos sobre como realizar uma citação. Que não se deve tomar palavras e pensamentos alheios como nosso. Ao se realizar uma pesquisa, é fundamental pesquisar sobre o assunto que se deseja trabalhar, e este assunto deve vir acompanhado do "descobridor" da ideia, das palavras, do pensamento ou da técnica desenvolvida.

- Nas minhas orientações de TCC e IC essa é uma conversa recorrente. Já quando oriento mestrado, converso algumas vezes com os alunos, pois entendo que o mestrado já carrega uma prática de pesquisa e escrita anterior. Já nos trabalhos feitos pelos alunos de graduação o diálogo sobre plágio ocorre durante as aulas e de maneira consistente.

5 – Já detectou plágio em algum trabalho dos seus alunos/orientandos? 6 – Caso positivo, qual foi a atitude tomada?

- Dei nota zero. Coloquei na capa o link do trabalho original. Avisei que plágio era crime e que uma denúncia à Comissão Disciplinar Discente poderia resultar na perda da vaga na UFTM. Porém, como não se repetiu em nenhuma das vezes, não passei a denúncia para frente.

- O trabalho do aluno recebeu nota zero. No momento da devolutiva do trabalho, o qual foi acompanhado de cópia do trabalho plagiado foi explicado, novamente, o problema do plágio e o porquê da nota zero.

- No caso, o trabalho ainda estava em construção, e diante dessa condição eu mostrei o erro e mandei que a parte fosse refeita. Não levei a situação para colegiado porque entendi que não houve intenção clara no plágio, mas, sim por falta ou pouco conhecimento sobre as regras da ABNT.

- Detectei plágio em um TCC no qual fui banca onde solicitou-se que todo o trabalho fosse refeito.

- Apresentei o plágio ao aluno, discutimos sobre o reflexo ético daquele ato e o aluno foi orientado a refazer o texto. A coordenação também foi notificada da ação e da estratégia.

7 – Já utilizou algum programa de detecção de plágio?

- Turnitin em todos os meus trabalhos, porém onde trabalho não há este programa disponível aos docentes e estudantes. Peço apoio a pesquisadores do meu grupo para usar o computador no dia de reunião e rodar meus dados. Procuro trabalhar com meus orientandos em um ambiente colaborativo, muitas vezes virtual, com ferramentas de controle de correções de texto, discussão de casos, artigos sobre o plágio e seminários na Pós-Graduação, principalmente.
- O próprio Google serve para estes fins.
- Busquei alguns programas, mas não gostei, a busca manual é mais eficaz.
- Normalmente, a identificação do plágio é feita com base na comparação em outros trabalhos já publicados, mas a utilização de algum software facilitaria o trabalho.
- Não utilizo, porém analiso o estilo de escrita do aluno e a compatibilidade com as ideias sustentadas no trabalho. Geralmente, um possível plágio salta aos olhos, principalmente em textos da graduação.
- Não na UFTM (na verdade apenas o Google); mas quando trabalhei em universidade privada eles possuíam um programa específico para detectar plágio.
- Costumo utilizar esse tipo de programa tanto para identificar possíveis plágios em trabalhos das disciplinas quanto para informar aos orientandos dos problemas de seus textos, quando ocorrem. Ou até para tranquilizar o aluno, quando ele é mais preocupado se está fazendo o texto corretamente. Nesse caso o resultado da análise costuma ser de baixa similaridade. Assim o aluno mais preocupado também fica mais seguro da sua escrita.
- Já utilizei os seguintes recursos: - verificação simples de trechos no Google (quando noto que houve uma mudança brusca no padrão de escrita do aluno); - verificação nos softwares: CopySpider e Plagiarisma Online. No portal de Escrita Científica da USP de São Carlos existem outros programas: <http://www.escritacientifica.sc.usp.br/escrita/ferramentas-escrita/#plagio>
- Eu leio atentamente os trabalhos de meus alunos e os artigos utilizados na produção. E isso me leva a detectar o plágio, inclusive pela mudança nas características conhecidas do texto dos nossos orientandos. Considero que para a graduação essas ferramentas são fundamentais. Por isso discuto em sala os estudos dirigidos aplicados e permito aos alunos a autocorreção.

8 – Em sua opinião os alunos utilizam o plágio intencionalmente?

- Às vezes sim, por falta de tempo, por deixar para fazer os trabalhos de última hora e em alguns casos porque o aluno acha que o professor não corrigirá o trabalho por ter muitos trabalhos para corrigir, por exemplo.

- Atualmente, lidamos com a imaturidade de muitos alunos no meio acadêmico. Os mesmos vêm de uma formação básica em que a "cópia" é tida como uma prática comumente realizada. Assim, muitos não compreendem a gravidade do problema e não veem problemas em copiar e acabam realizando o plágio, muitas vezes, até sem ter consciência disso. Outros, ainda, tem dificuldade de escrita e argumentação e, se sentindo representados na fala do outro, acabam fazendo cópias (parciais ou totais) de textos de autoria de outra pessoa.

- Proposital e conscientemente.

- Nem sempre. Falta conhecimento técnico, metodológico e principalmente momentos de discussão sobre o tema. Plágio envolve muitas questões, como plágio de ideias, plágio de texto, plágio de imagens, fontes de informação. Falta cultura organizacional para políticas de integridade. Muitos professores e estudantes não acreditam que pode ocorrer penalidades e processos por conta do plágio. O tema é amplamente discutido no mundo e nós pesquisadores e professores, temos a obrigação de trabalhar com qualidade, com transparência e ensinar os estudantes a seguir regras, normas e qual o impacto que as consequências do plágio para o profissional, estudante, instituição e país. Temos falhas na formação em construção de texto, no ensino aprendizagem por ferramentas que contribui para incentivar os estudantes a redigir, pensar e construir ciência. Acredito que há um grande desafio para orientadores: como usar a tecnologia para a construção coletiva, para por exemplo a redação de textos. Um exemplo comum, a correção de trabalhos, impressos, com inúmeras reuniões, sem planejamento de projeto ou processo de trabalho claro, desmotiva o aluno e nem sempre está em consonância com o mundo que ele vive hoje, onde eu, particularmente, acredito ter GAPs que devem ser explorados.

- Depende de como foram orientados e também a forma pela qual a disciplina Metodologia da Pesquisa, quando oferecida ao curso de graduação/pós-graduação, foi conduzida. Em disciplinas voltadas à Metodologia da Pesquisa o plágio consta como temática a ser abordada.

- Às vezes é intencional. Outras vezes trata-se de não conseguir escrever em conformidade com as convenções do texto acadêmico.

- Os casos que tive conhecimento, os alunos afirmavam que não sabiam que eram obrigados a fazer menção de outros documentos e autores. Por outro lado, sei que existem vários

mecanismos para a execução do plágio, se isso existe, é usado, mas aí é um problema ético de caráter.

- Há casos que sim e há casos que acredito ter a falta de orientação ou descuido do próprio orientador.

- O plágio acontece por inexperiência e imaturidade, além de ser o caminho mais rápido.

- Às vezes. Em algumas situações o aluno emprega de um autor sem saber citar ou referenciar no texto, ou seja, não parece intencional. Contudo, ultimamente também tenho me deparado com casos que os alunos não leem determinada obra, mas citam um artigo que trouxe o pensamento da obra. Ao referenciar a obra original e não o artigo que interpretou, considero que o plágio, nesse caso, seja intencional.

- É variável, não dá para generalizar. Alguns alunos não têm ciência da necessidade ou do modo correto de citar. Outros querem apenas dar uma de espertos e se utilizam de trabalhos já feitos para "ir mais fácil".

- Acredito que o plágio muitas vezes é falta de maturidade. Além disso, há uma cultura de "copia e cole" que naturaliza a ação de plagiar. Na Universidade, é nosso dever enquanto orientadores e professores explicitar que, apesar de naturalizado, o plágio é uma infração grave e desrespeita a construção intelectual de outros que escreveram o texto plagiado.

- Acredito que a grande maioria de alunos que comete plágio, não tem a intenção de cometer plágio necessariamente em si, mas cumprir com uma tarefa que não estão tendo capacidade para realizar. Ou podem se sentir incapazes e/ou inseguros, fazendo com que procurem textos que consideram bons e que já estejam formulados. Pelo menos a maioria dos casos em que constatei e intervi, a motivação para o plágio no fundo foi essa.

- O aluno tem como intenção não fazer o trabalho, logo, copiar é mais fácil. Existe a intencionalidade de não realizar um trabalho que, obviamente, dá trabalho.

- Houve um caso que sim. Dentro dos casos que presenciei a maioria não tem ideia do que é o plágio, mesmo explicando, mas houve um caso com discente de mestrado e a banca explicou sobre o fato, mas o que é inconveniente nisso é que é uma defesa pública e a pessoa passa constrangimento.

- A maioria usa por desconhecimento ou dificuldade na relação com a apropriação das ideias e a apropriação do texto alheio. Eventualmente, alguns copiam de má fé mesmo. Já tive diferentes casos ao longo da carreira. Para os que fazem por dificuldade, oriento pacientemente. Quanto aos que usam de má fé, já tive casos de remeter à coordenação e desfazer o vínculo como orientador.

- Penso que em parte, sim. É difícil de comprovar a intencionalidade. Até porque, por mais que os discentes tiveram contato com Metodologia Científica, e TOP I e II (antiga Tcc) muitos apresentam dificuldades na leitura e escrita. Muitas vezes eu me deparo em ter que ensinar regras de ABNT no momento que poderíamos estar dedicando mais tempo ao conteúdo do trabalho. Agora, depois das orientações todas, os casos se repetirem, aí não é mais falta de conhecimento de causa. É plágio intencional mesmo!!
- A maioria alega desconhecer que não podia "copiar", mas alguns fazem porque acham que ninguém, inclusive o professor, vai verificar se houve plágio ou não. Na minha opinião, a disciplina Metodologia Científica deveria ser a maior e mais importante disciplina no início de todos os cursos de graduação, independente da área.
- Às vezes... Tem aluno que realmente não tem jeito... usam o plágio como uma alternativa para sua 'preguiça', 'falta de criatividade', 'disponibilidade para aprender'.
- Depende muito do aluno. Acho que não se pode enquadrar todos os alunos numa só resposta. Já tive um orientando de TCC que realmente não entendia o plágio que estava fazendo, pois ele achava que com o texto estava disponível na internet ele poderia usá-lo. Mas também já tive alunos de disciplinas que copiavam intencionalmente textos para incluir em seus trabalhos. Então às vezes eles fazem plágio sem intenção e às vezes não.
- Já fui professora de TCC e sempre oriento os meus alunos sobre a questão do plágio. A percepção que tenho é que eles não têm a intenção de plagiar, e acabam cometendo o plágio pois tem dificuldade de ler, interpretar a informação e reescrevê-la com suas próprias palavras. Uma outra situação comum é que muitos alunos pensam que o simples fato de mostrar a referência consultada no texto já deixa o texto livre do plágio e, não relacionam a ideia de plágio ao fato de copiar o conteúdo de outro trabalho.

9 – Eventos, como workshops, palestras ou seminários sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?

- Esses eventos são fundamentais para os alunos, apesar de não serem muito frequentes na universidade.
- O plágio, a meu ver, parte de um não domínio dos modos de dizer próprios da academia. Nesse sentido, eventos sobre o assunto talvez sejam de pouca utilidade. Mais valeriam eventos e disciplinas acerca da escrita no contexto universitário.
- Os alunos mais interessados não cometem plágio e os menos interessados não vão a esse tipo de evento.

- Sim, mas não garantem. Creio que o aluno valorize isso somente no momento em que necessita realizar um trabalho acadêmico ou após ser "punido".
- Quando o plágio é falta de desconhecimento é possível fazer formação. Mas quanto é intencional, não há muito impacto, pois, o sujeito sabe que está cometendo plágio.
- Sempre acredito no efeito da educação como medida preventiva. Mas não acredito que essas ações sejam capazes de extinguir o plágio.
- Toda oportunidade de formação ajuda. Precisa incluir responsabilidade moral, responsabilidades civis e ética.
- Sim, contudo, muitos não têm oportunidade de participar. Nesse contexto, a instituição poderia oferecer, presencialmente ou online, cursos voltados para essa temática.
- É importante a discussão sobre o assunto, a apresentação de definições de plágio e os principais casos em que o mesmo ocorre, além disso, a abordagem sobre as possíveis consequências aos envolvidos no caso de comprovação.
- Depende muito do tipo de motivação de quem plagia. Penso que se a pessoa tem essa má fé, não seria o tipo de pessoa que iria a um evento desse. Ademais, poderiam ser disponibilizados para os pesquisadores os softwares antiplágio e uma tentativa de padronização da temática nos PP dos cursos, para que conste o tema nas disciplinas de Pesquisa.
- Acredito que seja importante. Na minha formação, que ocorreu na UFTM, me lembro de ter assistido a uma palestra de uma professora do curso de Letras que falava sobre o tema e foi muito importante para que eu entendesse a importância e a gravidade do mesmo.
- Já participei de vários durante meu doutorado na USP e foi muito importante para que esse assunto seja levado a sério.
- No contexto formativo, em que a linguagem, o propósito e a forma de produzir conhecimento ainda é algo em processo de conhecimento, entendo fundamental espaços como estes para que se compreenda o que é, como se caracteriza e seriedade do plágio.
- Vejo que muitos alunos subvalorizam disciplinas que abordam o assunto, como Metodologia Científica. Acabam se preocupando com o conteúdo e as regras apenas quando estão escrevendo seus relatórios finais ou TCCs. Assim, workshops, palestras e seminários podem tentar cobrir essa lacuna.
- No curso de graduação em que atuo, o plágio é bastante mencionado, ilustrado inclusive. De certo modo, exibir casos de plágio e seu resultado (negativo) na vida de quem o praticou, ajuda a ilustrar a gravidade do assunto, forçando o estudante a redobrar seu cuidado e atenção.
- Acredito que o acesso à gravidade do plágio e a proposição de maneiras práticas/treinos práticos para lidar com essa situação, desde os primeiros anos dos cursos de graduação, seja a

principal maneira de criar uma boa conduta nos estudantes. Além disso, deve ser mostrado aos alunos os critérios de busca por referências científicas confiáveis (portal da biblioteca da UFTM, portal de periódicos da CAPES, Scielo, Web of Science, etc).

10 – Em sua opinião, os casos de plágio (parafrapear sem citar a fonte, copiar sem citar a fonte, autoplágio sem citação da fonte...) devem ser tratados de acordo com a gravidade?

- Ainda aparecem muitos estudantes que não sabem como citar ou acham que não é preciso se auto citar. Sendo assim acho muito importante orientar e explicar o que é o plágio e suas consequências. Porém, se mesmo após as explicações o plágio voltar a acontecer, aí sim outras medidas serão necessárias.

- Acho que nem todo caso de plágio e má fé de alguém. Creio que cabe ao responsável pelo trabalho julgar o aluno, se o mesmo não é reincidente, as vezes foi somente falta de atenção.

- É complicado no caso de artigos científicos, pois estamos chegando a um "limiar" textual que usando softwares de plágio sempre vai se incorrer nisso, o que não é uma bem verdade. Deve-se tratar cada caso com prudência.

- Depende, o orientador precisa identificar se foi intencional e precisa saber se o aluno recebeu as orientações devidas.

- Em qualquer caso, deve ser tratado com máximo rigor.

- Depende. Caso o autor seja um aluno e o trabalho seja dentro de uma disciplina, a oportunidade pode ser aproveitada para ensinar sobre a importância de não plagiar e incentivar a não reincidência.

- Plágio é plágio, não importa qual tipo. É errado e não pode acontecer.

- Devem ser tratados de acordo com a fase do desenvolvimento do estudo que o plágio foi utilizado. Para iniciantes considerar a aquisição de conhecimento e regras para quem está finalizando os estudos e ainda sim utilizando plágio as implicações das advertências.

- No caso do ensino de graduação, uma vez que o aluno tenha obtido o conhecimento e a gravidade do plágio, acredito que sim, que demos tratá-lo com a gravidade correspondente.

11 - Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?

- Sim é importante que exista essa política, mas, antes, a universidade também deve oferecer oportunidades para que os alunos compreendam o que é o plágio e como evitá-lo.

- Considero que o plágio é sério, porém, há outros meios de se conversar sobre, evitá-lo e não acho que a penalidade seja a solução.
- Penso que é interessante ter uma recomendação geral. Mas acredito também que deva haver espaço para que os docentes trabalhem caso a caso.
- Não sei se penalizar o aluno com medidas austeras, mas manter um programa de educação contra o plágio.
- Disseminar sobre o plágio é fundamental. Penalidades sem antes haver a construção de uma culturalização da ética em pesquisa não considero educativo.
- Temos um Comitê de Ética que pode ser chamado para esclarecimentos/ assessoramento, sempre que necessário.
- Mas para isso, deve também oferecer recursos aos docentes e alunos, tal como programas pagos para detecção de plágio (eles são baseados em estilometria). Se não existir esse suporte e um acompanhamento do docente em relação à escrita do aluno.
- Política sim, mas tenho muito receio de como são construídas as penalidades.
- Eu não acho que a UFTM tenha uma política clara, inclusive acho uma falha grave, pois deveria ter.
- Se não há consequências, as atitudes não mudam. Mas primeiro deve haver informação e avaliar caso a caso.
- Acho que a penalização é a última instância e deve ser aplicada quando outras ações não tiveram funcionalidade. Porém, além da penalização, a Universidade também deve criar políticas de prevenção ao plágio, senão há a validação de uma ação "vigiar e punir" que não necessariamente gerará aprendizagens.
- Quando mais claro forem os critérios, conforme a gravidade, melhor para garantir a lisura de processos de construção de conhecimentos e de valorização da produção pré-existente. Ao mesmo tempo, construir e efetivar canais de discussão permanentes entre os programas de pós-graduação e entre os cursos de graduação.
- É importante que as medidas estejam todas claras e bem divulgadas para dar suporte ao profissional que tiver que lidar com o plágio de estudantes.
- É difícil para o docente penalizar um discente quando não existem regras para isso.
- A importância de ter uma política clara sobre o assunto, um documento ou normativa institucional permitiria que todos os docentes padronizassem conceitos, critérios, advertências ou penalidades sobre o plágio na universidade.

- Se houver uma política clara quanto a isso e houver divulgação de possíveis penalidades reduziria as práticas disso (os alunos iam pensar duas vezes antes de cair na tentação de pegar algo pronto da literatura e não escrever).
- A universidade precisa padronizar as diretrizes sobre o que é o plágio, como evitar e quais as penalidades que serão impostas para quem praticar o plágio e divulgar para todos os discentes, docentes, pesquisadores visitantes, todos os envolvidos na escrita científica, elaboração de um projeto ou pauta, produção de texto, marketing...
- Entendo que sim, mas que essa política considere os níveis de formação específicos, graduação, pós, assim como o contexto do plágio - disciplina, tcc, pesquisa stricto sensu. Como afirmei anteriormente nem sempre o estudante tem noção de que está fazendo plágio, ou não entende a seriedade, e muitas vezes ainda está ingênuo quanto ao que significa o trabalho que está fazendo, não encarando-o como uma etapa da atuação profissional. O que existe é alguém em formação e isso precisa ser considerado. Agora, a exemplo de uma pesquisa stricto sensu, penso que a gravidade é bem maior.
- Acho que a universidade deve promover espaços e informações expondo aos discentes e docentes que penalidades podem ocorrer em casos de plágio. Talvez uma cartilha expondo sobre o assunto e suas penalidades.
- Mas acredito que a punição deva ser aplicada, muita das vezes vemos os alunos se safando da situação. Temos que parar de querer amenizar os erros dos acadêmicos. O mercado de trabalho não será "paternal".
- Primeiro passo é a leitura e coibição do plágio por parte do orientador. Em caso de não detecção, o que pode ocorrer sobretudo pelo acúmulo de correções feitos pelo professor, a banca do trabalho ao indicar o plágio deve estabelecer em conjunto com o orientador a gravidade do plágio e as punições cabíveis, até os termos de uma possível reprovação.
- É vital que a Universidade deixe clara essa política e aplique as penalidades. Infelizmente não somos o povo mais honesto que existe. Há sempre pessoas querendo ter vantagens.
- Em última instância cabe a universidade, entidade que outorga o título ao aluno, definir as penalidades caso ocorram casos de plágio. A existência de uma política clara de casos e penalidade obriga que professor e aluno tenham essa conversa já no início do processo de orientação. Ninguém faz concurso público sem ler edital da mesma maneira que ninguém deveria começar um trabalho de conclusão de curso, mestrado ou doutorado sem estar ciente sobre práticas de plágio e penalidades.
- Acredito que o foco deva ser criar a cultura da verdade e da originalidade. Sem esse passo, a penalização torna-se apenas punitiva e não amplia a observação da importância ao fato, visto

que as punições ficam restritas ao ambiente acadêmico. Acho que o investimento para que a comunidade seja sensibilizada com outras ferramentas que não apenas a punição, é fundamental.

12 – Em caso de ocorrência de plágio, não detectado e descoberto por terceiros, o professor deverá sofrer sanção?

- Quando o trabalho é devidamente corrigido, mas não é detectado pelos professores, não deve haver sanção. Mas quando temos casos explícitos de que não houve sequer uma correção, uma penalidade para o professor e para o aluno talvez minimizariam os casos de plágio.

- Se o professor for o autor do trabalho, sim. Mas caso seja orientador do trabalho que foi submetido para uma banca examinadora, onde todos os membros de banca também são responsáveis, acredito que não. Neste caso, o responsável direto deveria ser o autor do trabalho, apenas.

- A identificação do plágio é algo bastante difícil, principalmente quando o aluno pede ou paga para outra pessoa fazer o trabalho. Neste caso, em específico, fica difícil para o professor fazer este tipo de identificação do plágio.

- Acho que deve haver a chance de um aviso para o aluno, pois muitos desconhecem a gravidade da ação. Fazem isso desde pequenos, copiando trabalhos da internet, achando que isso é normal. Sugiro um aviso formal da infração cometida e, somente se o aluno reincidir na ação, abertura de processo para punição. Isso exige a definição de uma política estabelecida em todos seus pormenores e amplamente divulgada entre servidores e alunos. Penso que somente assim poderiam se exigir a aplicação de sanções, seja por parte do aluno, seja por parte do professor que não tomou providências.

- Depende da gravidade e da justificativa. É fato que o professor deve orientar e acompanhar os alunos. Entretanto, haja vista as inúmeras atividades, normalmente, realizadas pelo docente e ao fato de sermos humanos é possível ocorrerem falhas durante o processo.

- Novamente, não acho que a penalidade/sanção resolva a questão. Penso que o professor muitas vezes não consegue detectar o plágio. Penso que tanto aluno como professor devem ser convidados a discutir o assunto para que não mais ocorra e que o trabalho seja refeito. Ressaltando que refazer, reescrever o trabalho não significa sanção.

- Ao proceder com a investigação do ocorrido é possível notar se o professor buscou coibir o ato, através de reuniões e correções periódicas. Porém tem casos que o plágio é tão bem realizado que fica muito difícil de notar.

- Partindo do pressuposto de que o professor não se deu conta do plágio, não há porque haver sanções para ele. O maior compromisso é do aluno, que assina o texto.
- A responsabilidade da escrita do trabalho é do aluno. Não há como verificar toda e qualquer ação de plágio de um aluno sob orientação. O caso deve ser analisado e verificado a concreta orientação do docente. A perda da produção (artigos, etc) já incide em punição para o docente.
- Esta é uma pergunta difícil, porque há uma séria de questões relacionadas. O professor não terá condições de identificar o plágio, se o trabalho for de área distinta da área de sua formação (o que pode ocorrer em programas interdisciplinares). Quando o professor orienta aluno dentro de sua área, pressupõe-se que tem domínio da literatura básica, assim vai identificar os casos de plágio intencional. Mesmo que não seja o professor penalizado, seja o aluno seja sancionado, isso de alguma forma atinge o professor, mancha sua imagem enquanto profissional.
- Uma investigação criteriosa deve ser efetuada. Caso seja comprovada a negligência do professor na orientação, uma sanção adequada seria aplicável.
- O aluno, como autor principal do trabalho, deve responder pelo ato. Uma vez que quem escreve o Trabalho de Conclusão de Curso é o aluno e o professor, ao revisar o trabalho, pode não perceber o plágio, seja ele cometido intencional ou não intencionalmente pelo aluno.
- No caso de plágio de aluno o professor não deve sofrer sanção; visto que é apenas um mediador. A pesquisa é do aluno.
- O orientador indica, orienta e auxilia, contudo, não é possível nem ideal que o mesmo tenha como obrigação legitimar que não há plágios no trabalho, essa conduta de responsabilidade é única do orientando e autor responsável pelo trabalho.
- O aluno deve ter responsabilidade. Seria impossível passar todos os trabalhos por programas de plágio. Se isso fosse obrigatório na instituição os professores iriam parar de passar trabalho e adotariam apenas provas.
- O autor precisa ser disciplinado. O professor pode tentar verificar, mas nem sempre é possível. No caso de trabalhos de orientação, é necessário verificar se não ocorreu vista grossa. Ao mesmo tempo, tivemos casos na UFTM de docente que incluiu capítulos de alunos da graduação em dissertação de mestrado que estava sob a sua orientação. Apesar de ter ocorrido denúncia ao comitê de ética, nenhuma sanção ocorreu e o aluno de graduação que elaborou o trabalho inédito é que foi criticado. Há casos também de professores que incluíram parte de tese em trabalho de conclusão de curso de aluno, mesmo sem o aluno concordar, mas

que acabou aceitando para se formar e porque o coordenador do curso falou que ele ficaria queimado o resto da vida acadêmica se denunciasse a prática.

- Houve má fé? Nem sempre o professor tem culpa. O aluno pode ter conseguido um trabalho pronto que o professor desconhece, por exemplo.

- O orientador é responsável por revisar o texto, porém a construção do texto é de autoria do orientando. Mesmo com rotinas bem estabelecidas de detecção de plágio, eventualmente algum pode passar pelo crivo do orientador. Qualquer sanção desse tipo deve ser cuidadosamente apurada.

- Entendo que o professor não seja um dos autores de um TCC, dissertação ou tese. Para um artigo ou livro, se o professor é um dos autores, aí deve responder.

- Cabe ao docente o papel de orientação e detecção de plágio. O orientador também assume a autoria dos trabalhos publicados, porém é delegado ao discente a elaboração do texto base do trabalho, ou seja, cabe punição ao docente por não ter detectado o plágio efetuado exclusivamente pelo discente???

- O professor apesar de estar envolvido no trabalho não realizou o plágio pelo aluno, e muitas vezes o plágio é feito de maneira tão bem estruturada que numa leitura sem o uso de programas pagos, fica impossível perceber o plágio. Assim, como responsabilizar um sujeito que não participou ou coadunou com a ação?

- O professor é o responsável pelo conteúdo produzido, no mínimo deveria ter tido a destreza de avaliar o plágio, e como autor do trabalho, junto com os alunos, o mesmo deve sofrer penalizações assim como os alunos.

- Nem sempre o professor consegue detectar, ademais, sua carga horária excessiva, com diversas atividades, não permite que ele consiga se dedicar a ficar procurando o plágio, muitas vezes contamos com a ajuda tanto a banca como de terceiros para detectar o plágio e tomar as medidas cabíveis.

- Penso que a tarefa do professor/orientador não esteja atrelada a checar todas as citações e textos dos trabalhos de seus alunos. O recurso de banca avaliadora colabora para tal tarefa, mas sob responsabilidade do aluno. Cabe-se punição desde que provada a culpa dos responsáveis pelo trabalho.

- Muitas vezes passa batido pelo docente (por exemplo, em certos momentos em que eu estava em cargos de gestão na coordenação de curso o tempo de leitura dos TCC's e demais trabalhos no final do semestre junto com as atividades administrativas fica muito corrido o tempo para ver com esse grau de detalhe, como por exemplo, conferir texto por texto no

CopySpider ou outro programa). E em outros casos o docente ainda tenta fazer o aluno reescrever o texto e ainda assim ele não refaz o texto como deveria.

- Acho que o professor deve sim ser alertado. Mas não necessariamente ter algum tipo de penalização.

Entretanto, nem sempre o professor tem condições de fazer essa conferência prévia. Em alguns momentos, temos muitos alunos de TCC simultaneamente, e o professor confia que o aluno vai realizar o trabalho com o cuidado e atenção necessária.

- Acho que se ocorreu por descuido ou falta de atenção, dependendo do caso, há de se aplicar normativas de acordo com a situação, ou seja, um texto ou apresentação apenas informativa sem objetivo maior de beneficiamento próprio, pode ser tratado como um "pequeno caso". Imagina agora se beneficiar da competência alheia e ganhar prêmios, notoriedades, etc, "grande caso" a ser considerado.

- A universidade não tem fornecido suporte adequado (programas antiplágio, palestras, cursos de escrita, etc) para evitar tal fato além de exigir dos professores trabalhos administrativos que tomam grande parte do seu tempo. Colocar a culpa nos professores seria muito simplório.

- Embora seja considerado um coautor, sabe-se que a condição de trabalho não permite que o professor acompanhe, analiticamente, todo o processo de escrita. Para este, a versão consolidada é de maior interesse. Acredito que no contexto de orientação de TCC, dissertação ou tese, um documento deve ser apresentado, antes da orientação, trazendo que o professor orientou e apresentou as implicações de uma citação incorreta, tendo o autor (aluno) responsabilidade sobre o teor.

- Tive um caso que a aluna literalmente me "passou a perna", levando pequenos textos e eu não imaginava que no fundo, era cópia, o que foi descoberto por um membro da banca de avaliação - um horror! Outro caso, é quando o orientador efetivamente não orienta. Obviamente, é mais difícil de detectar, mas já vi casos de professores que apenas colocam o nome nos trabalhos para incrementar o Lattes - prática mais comum na Pós-Graduação, no âmbito de grupos de pesquisa, assim como pesquisadores que assinam artigos de colega, em troca de que estes assinem os seus, que não é plágio, mas que favorece absurdos como o plágio.

- Por mais difícil que seja responder a esta questão com um "sim", e não saber a que ponto vai estas sanções, cabe a nós docentes a responsabilidade de orientação das atividades. Portanto, devemos arcar com a responsabilidade de orientação cercado a possibilidade de autoplágio. Entretanto, esta questão pode ser abrandada deste que o docente utilize softwares que verificam esta questão do plágio e aplique a política da instituição sobre isso.

- Se é um trabalho que já tenha sido defendido e/ou publicado, sim. Infelizmente o professor deveria saber se houve plágio, já que é o orientador. Agora, se é em uma banca, creio que não, pois muitas vezes o discente não faz o que seu orientador solicita e assim é o momento do discente ver que essa situação é algo que facilmente é detectada.
- Se a instituição disponibilizar recursos para que o professor realize a detecção do plágio, aí acredito que ele(a) possa sofrer alguma sanção. De modo contrário, acho difícil que um professor consiga detectar todos os plágios, pois a quantidade de trabalhos orientados é enorme durante a carreira. Culpabilizar o professor é transferir a culpa do aluno, pois a maioria dos que cometem plágio, o fazem de forma consciente.
- A responsabilidade deve ser compartilhada pela universidade, docente e aluno. Contudo, avalio que o aluno é o responsável e o docente o acompanha e, nem sempre, terá condições para "investigar" os plágios. Antes de "descobrir" um programa gratuito para identificação de plágios, eu levava horas digitando trechos dos trabalhos no Google, o que aumentava a sobrecarga docente. Não entendo que meu papel de formadora seja restrito à identificação de plágio, mas amplo esclarecimento sobre direitos autorais e ciência. Inclusive o autoplágio continua passando despercebido por docentes. Posto que já avaliei projetos de iniciação e de extensão na UFTM que são meras reproduções de projetos anteriores. Tema grave!
- Em parte sim. É papel do orientador mostrar os erros. E isso não está ligado somente ao conteúdo do trabalho, mas, ao meu ver, a forma como ele está sendo construído. Existe um trabalho conjunto ou, pelo menos, deveria ser. Entendo que punição ao professor nesses casos, só poderia ser estabelecida se o mesmo não conseguir comprovar que orientou o (a) discente - após identificação de algo errado - a fazer a devida correção dos apontamentos. Mesmo o professor (orientador), não é habilidoso 100% em ABNT, mas, também não é totalmente leigo. E dentro daquilo que sabe, ele pode orientar a não fazer o errado. Se o erro persistir, daí, no meu entendimento, o docente tem o dever de informar ao colegiado do seu curso a desistência da orientação e o motivo que o levou a tal decisão.
- O professor tem a função de orientar, mas ele não faz o trabalho pelo aluno, ele é orientador, não coautor. O professor também não tem o poder de impedir a entrega de um TCC. No caso de penalizar o professor, os professores responsáveis pela disciplina de TCC também deverão ser penalizados, assim como os membros da banca, caso o TCC já tenha sido avaliado e o plágio não tenha sido detectado.
- Não, pois o professor já possui muitas atribuições, e as vezes passa despercebido pelo orientador alguma ocorrência de plágio. Acho complicado o professor ser responsabilizado pelo trabalho de um aluno, pois o professor orienta o aluno, mas não faz o trabalho do aluno.

O professor deve orientar bem o aluno no sentido de explicar o plágio, e as consequências de se detectar um plágio no trabalho, mas não deve ser responsabilizado por um aluno cometer o plágio num trabalho sob sua orientação. Isso é de total responsabilidade do aluno, pois ele escreve o trabalho.

- Penso que o orientador, também de algum modo coparticipante do processo de escrita deve ser o primeiro a enxergar casos de plágio em seus alunos, tomando as medidas cabíveis a tempo (reescrita do trabalho, creditação de autoria, etc.) chegar a um nível em que terceiros detectam o plágio é um descuido do docente, um descaso até, porque mostra pouco acompanhamento do processo criativo de seu orientando.

- Se o professor/orientador não tem acesso aos mecanismos e programas que auxiliem nesse trabalho minucioso de detecção de plágio, somado ao volume de correções que o mesmo se envolve ao final de cada semestre letivo, é injusto responsabiliza-lo exclusivamente por um desvio ético que é do estudante/orientado, autor do trabalho/pesquisa. Os trabalhos são propriedade intelectual de seus produtores. O professor/orientador é um leitor especializado, que indica caminhos para realização dos trabalhos e auxilia no aperfeiçoamento deles. Ele não é o autor. Mas quando a autoria for compartilhada, aí sim a responsabilidade também deve ser.

- A ideia é que o orientador deva fazer seu papel, orientar o aluno a efetuar a pesquisa e a não cometer o plágio, para tanto ele deve ler e comentar o trabalho de seus orientandos com frequência. Pode ser que um ou outro detalhe não seja percebido pelo orientador, mas a responsabilidade é dele.

- Sim, pois o professor também é coautor do trabalho. Ao assumir tal tarefa, deve estar ciente de que também pode ser responsabilizado. Entretanto, penso que muitas vezes, pelo número elevado de alunos orientados e de outras atividades que ficam a cargo do professor, seja complicado fazer o exame de pente fino perfeito em todos os trabalhos. Vejo que a adoção de sistemas/software de detecção de plágio pela Universidade e sua disponibilização ao corpo docente, seja uma maneira de colaborar para a melhoria da detecção de plágio. Outra ideia que pensei seria de estabelecer um serviço de detecção de plágio, junto à biblioteca ou algum outro setor da UFTM, deslocando parte do quadro de funcionários que já existe para a execução desse trabalho (sei que é complicado, mas é uma ideia, rs).

- Casos mais simples de parafrasear outro documento sem realizar a devida citação deveriam gerar uma advertência caso o professor seja "réu primário". Essa advertência deve sim evoluir para algum tipo de sanção em casos de reincidência. Casos mais graves como cópia de dados e resultados devem prever sanções imediatas.

- A princípio todos os coautores devem responder pelo conteúdo publicado, exceto se ficarem claras quais foram as participações de cada coautor. Nesse caso, quem escreveu e revisou o texto deve responder pelo plágio. O professor no papel de orientador, responde junto ao aluno.
- Para penalizar o professor, a universidade deve fornecer a estrutura para que o plágio seja detectado, isso não pode ser uma atribuição exclusiva do professor. Deveria ter em cada Instituto um serviço voltado para isso, com programas específicos para detectar plágios e também servidores para realizar esse trabalho. Os professores já são sobrecarregados demais para exigir mais uma tarefa pesada como essa. Detectado o plágio, o setor deveria informar o professor que tomaria as providências cabíveis junto ao aluno, como reprovar seu TCC e o aluno seria obrigado a se matricular novamente no semestre seguinte ou sofrer as sanções previstas em regulamento específico. Acredito que em pouco tempo o número de plágios iria cair, já que os próprios alunos saberiam que seria detectado e que seus trabalhos seriam reprovados. Nesse caso, a melhor sanção seria a reprovação do aluno.
- O docente é responsável pelo trabalho de seu aluno uma vez que é o orientador, por isso, deve sofrer sanção. Acredito que isso fará com que o docente evite orientar muitos alunos, pensando somente na quantidade, deixando a qualidade da orientação a desejar. Isso traz segurança para todos, orientador, orientando e instituição que terá também seu nome exposto na mídia, por exemplo.
- Professor e estudante respondem solidariamente pelo conteúdo do trabalho (notadamente em trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado o autor não apresenta propriedade intelectual). O mestrado, em especial, caracteriza-se como a etapa inicial de formação do pesquisador.
- Há casos específicos e claros de plágio onde o aluno usa uma forma de escrita com aquela perceptível no dia a dia e causaria desconfiança do professor. Casos menores, nem sempre são perceptíveis e culpar o professor não seria o adequado, principalmente quando o aluno foi orientado a realizar o trabalho de maneira correta.

ANEXO B – RESPOSTAS DOS DISCENTES AOS QUESTIONÁRIOS

Seção 01

6 - É permitido ao(a) aluno(a) utilizar textos da internet em trabalhos acadêmicos?

- É permitido desde que seja trabalhos com embasamento científico e que seja citado na referência.

- Sim. Os materiais estão na internet como fonte de pesquisa. No entanto, utilizar não deve ser entendido como "copiar e colar". O sujeito deve utilizar o texto consciente de que é necessário escrever de outra maneira, ou seja, parafrasear. A paráfrase permite ao estudante a interpretação do que leu, conseqüentemente, auxilia no processo de aprendizagem do mesmo.

- Existem plataformas na internet confiáveis como Scielo, Google Acadêmico, etc que disponibilizam gratuitamente documentos e textos acadêmicos, portanto, é viável utilizar essa ferramenta.

- É permitido que a gente se inspire, tire ideias e entenda o assunto. Mas nunca copiar como se fosse nosso.

- Acho que se basear em algum texto com fundamentação teórica/científica pode agregar conhecimento além de artigos e livros.

- Desde que seja uma informação confiável e que seja possível citar os autores, não há problema. Existem informações (por exemplo de sites oficiais do governo) que só estão disponíveis na rede.

- Se o termo "texto de internet" estiver se referindo a publicações de fontes confiáveis como Legislações, publicações de trabalhos científicos, estudos, conteúdos de sites governamentais dentro outros, podem ser utilizados, desde que a pessoa que faça uso destes seja fiel a autoria, e faça as devidas citações.

- Depende da fonte, pois há várias organizações que disponibilizam informações no site (ex.: WHO, MS) em documentos ou notas; assim é preciso citá-la sempre. Entretanto, sites não confiáveis (ex.: blogs) deve-se evitar. Hoje a maioria das revistas científicas são on-line, e os artigos devem ser adquiridos de plataformas próprias. Deste modo, a internet é uma ferramenta importante para o trabalho do pesquisador.

- Os textos à serem utilizados em trabalhos acadêmicos, devem partir de uma fundamentação teórica/científica. Se os textos da internet tiverem rigor científico (à exemplo de artigos

publicados em plataformas especializadas), eles podem ser utilizados como base para trabalhos acadêmicos, desde que, devidamente referenciados.

- A utilização de textos como base para a realização de trabalhos acadêmicos é algo usual, entretanto, a cópia sem identificação do autor referido ou sem as regras de citação é crime.

- É permitido desde que seja usada a devida referência do site retirado. Muitos materiais estão disponíveis na rede em forma de artigos, reportagens etc, os créditos devem ser dados aos seus respectivos autores.

7 – Em sua opinião há algum problema em comprar trabalhos acadêmicos prontos?

- Quando você compra um trabalho pronto, você recebe um mérito que não é seu. Vai contra os valores morais e eu, particularmente, considero isso uma forma de corrupção.

- É problemático porque essa situação demonstra que há uma falha tanto no sistema educacional quanto na formação dessas pessoas. Comprar trabalhos pode ser reflexo de uma sobrecarga acadêmica, ou de um mau aprendizado ou de falta de comprometimento, deste modo, seria preciso investigar todas essas variáveis para entender o que está acontecendo dentro desse meio.

- Ao comprar um trabalho acadêmico pronto, o estudante estará fazendo um desserviço a si e à comunidade. Eu enxergo esse tipo de conduta como corrupção, tanto de quem vende o trabalho, quanto de quem compra. O nome de alguém só deve aparecer como autoria em um trabalho caso ele tenha colaborado em alguma tarefa. Além disso, que tipo de profissional será esse que preferiu comprar um trabalho a estudar e escrevê-lo?

- Sim, com certeza. Para mim isso representa falta de ética, falsidade e injustiça. Se ainda não é, deveria ser um crime acadêmico. Os trabalhos acadêmicos possuem como uma das finalidades, gerar conhecimento. Um acadêmico que durante toda a sua graduação compra os trabalhos prontos, ele terá lacunas no seu conhecimento. Portanto, na minha opinião, ele não mereceria o diploma.

- A produção deve vir do discente e a compra de trabalhos prejudica a avaliação, além de estar se apropriando do direito intelectual de outra pessoa.

- É um profissional medíocre, que talvez não se torne um concorrente lá na frente porque o mercado de trabalho o engolirá, mas terá um registro e se fizer algum ato antiético, suja toda uma classe.

- Você não estará produzindo conhecimento nem para si, nem para a Universidade.

- Cada um sabe o que faz da vida, e como se prejudica. Talvez o trabalho pronto ensine muito mais do que deixar de fazer.

- Estamos na graduação para adquirir conhecimento e não pegar pronto.

- Por um lado, vivenciamos um sistema capitalista onde o fazer dinheiro é mais importante do que o como, porém, isso é prejudicial pois a ciência não avança e diz muito sobre o tipo de profissional antiético que está se formando.

- É antiético, desrespeitoso com o professor, e é sem dúvida enganar a si próprio.

Porque a partir da compra de trabalhos acadêmicos prontos pode haver casos de plágio e o comprador, sem se dar conta da cópia, poderia ser penalizado por isso.

- Não é ético se apropriar do trabalho intelectual de outrem. E colocá-lo à venda mostra que pode haver problemas no próprio sistema acadêmico, tais quais exigências produtivistas abusivas em curtos prazos (e ainda mais quando se releva que há estudantes que não apenas tem obrigações para com a universidade - mas também trabalho, filhos, etc).

- Pode não ser ético e imoral, mas não é ilegal. O grande problema não é comprar um trabalho acadêmico (que esteja dentro dos parâmetros exigidos pelas IES) o problema é, TODOS os alunos têm condições de produzirem trabalhos acadêmicos com um mínimo de padrão de qualidade? Muito provavelmente não. Existe a necessidade de todos os cursos terminarem com trabalhos acadêmicos? Todos os concluintes pretendem seguir acadêmica e por isso precisam elaborar esses trabalhos? Muito provavelmente não. Isso deveria ser repensado.

- Caso haja a compra de um trabalho acadêmico o mesmo configura um tipo de plágio, visto que o proprietário do trabalho (quem comprou e, portanto, se apropria dele como autor) não é o autor. Além de ser imoral, há também do risco de no trabalho acadêmico comprado conter outros plágios, ou seja, não é confiável.

- Vou responder com uma situação:

Você tem uma empresa e necessita fazer um trabalho. Porém, ao chegar em uma etapa desse serviço você percebe quem não tem recursos suficientes para finalizá-lo. Percebendo isso, sua estratégia vai ser, procurar terceiros para te fornecerem os devidos recursos. Não são todos que conseguem realizar as tarefas pedidas pelos professores, seja por motivo de tempo ou capacitação. Sendo assim, essas pessoas vão procurar quem vendem os trabalhos. Os terceiros no mundo profissional e aqueles que vendem trabalho exercem a mesma função. Ressalto que não sou profissional da área de ensino, esse posicionamento é apenas minha opinião.

- Sim, devido ao fato de outra pessoa fazer o trabalho que deveria ser feito pelo aluno, os trabalhos acadêmicos são as oportunidades onde o aluno pode errar tendo a chance de corrigir

futuramente, fora do ambiente acadêmico existirá situações onde a pessoa deverá fazer algum tipo de texto ou documento técnico, o profissional simplesmente não estará apto a redigir um documento e não poderá comprar o trabalho pois estes documentos serão muito específicos.

- Pois o objetivo dos trabalhos acadêmicos é a introdução dos alunos à pesquisa, redação e pensamento científico. O aluno só conseguirá desenvolver habilidades e pensamento crítico realizando a tarefa proposta.

- Ao comprar o trabalho, o aluno perde a oportunidade de crescimento e amadurecimento em diversas questões educacionais: leitura de material científico, escrita, formatação, desenvolvimento de pensamento crítico, busca em bases de artigos científico, dentre outros.

- Embora seja uma atitude muito condenada no meio acadêmico, dependendo da situação não vejo problemas, considerando ser um "produto" que foi comprada pelo aluno. Porém, existem algumas situações no ambiente acadêmico que necessitam que os alunos "produzam" algum material, como no caso dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Monografias de especialização, Dissertações e Teses. Nestes últimos casos acredito ser um problema, principalmente no mestrado e doutorado, pois espera-se que a formação prepare o aluno no desenvolvimento e contribuição da ciência.

- Não vejo problema em comprar, porém existe o alto custo o que pode dificultar o acesso ao trabalho.

- Às vezes o professor não fornece o suficiente para o a realização do trabalho e nem da assistência necessária, apenas 1 ou 2 alunos que são fora do padrão conseguem realiza-lo, então recorreremos a isso, infelizmente.

- Qualquer intenção de “enganar” “burlar” gera uma série de problemas tanto para o aluno, quanto para a instituição de ensino. Quando o aluno apresenta dificuldades por exemplo, estas devem ser colocadas em discussão com o professor e com o conselho. É mais importante o aluno realizar “o que consegue” do que mentir sobre o que fez.

9 – Você já parafraseou ou copiou algum conteúdo sem citar a fonte original?

- Sim, no ensino médio e no início da graduação, principalmente por não saber a forma adequada para esse tipo de escrita. Entretanto, com a disciplina de Metodologia Científica aprendi sobre a importância das citações.

- Nos primeiros períodos e quando deixava para um dia antes a entrega do trabalho.

- Quem nunca? No começo da graduação você é mais imaturo e não entende o que essas coisas significam. Hoje o pensamento é outro "Epa! Esse trabalho do meu colega é bom, vou honrar ele citando bonitinho".
- Faço pesquisas mesmo antes de iniciar a graduação na UFTM e, por isso, sei que não é legal parafrasear ou copiar conteúdo sem citar a fonte.
- A formação em metodologia foi importante para que esse fato não fosse feito.
- Despreparo e falta de conhecimento. Professores costumam achar que os alunos já sabem todas as regras de tudo e esse problema só vai postergando.
- Quando o fiz não tinha conhecimento sobre as regras de citação e até hoje possuo dificuldades de lembrá-las corretamente.
- Meus orientadores e supervisor sempre esclareceram sobre a importância da ética na redação científica. É a nossa imagem como pesquisadores.
- Com toda a certeza, em alguma etapa do processo de "redação científica" já devo ter, intencionalmente ou não, ter feito plágio.

10 – Acredita que os casos de plágio são sempre intencionais?

- Em algumas pesquisas é visível notar "mais do mesmo", deste modo é possível que em algum momento a pessoa possa ter lido sobre e aquela informação ter caído no inconsciente, sendo utilizada posteriormente.
- Às vezes. Penso que um aluno recém ingressado na graduação acaba cometendo esses equívocos por desconhecer as normas de Pesquisa. Contudo, já tive experiências com pessoas plagiaram no Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse último caso, penso que possa ter sido intencional, visto que no final do curso todos já deveriam saber o que é plágio.
- Assim, eu acho que na maior parte das vezes é intencional, e eu ia até marcar a alternativa que fala "sim". Porém, as vezes a pessoa leu e lembra as coisas que leu e acaba copiando achando que foi uma ideia dela.
- Pode acontecer por falta de atenção ou pressa, por isso é importante sempre rever o texto escrito e ter consciência dos artigos/textos utilizados.
- Em alguns casos pode-se passar despercebido, em relação à forma correta que deve ser citado. Porém, caso a pessoa não cite de forma alguma, acredito ser intencional.
- Às vezes você leu tanto, está cansado, com prazo curto e quando se pega escrevendo coloca aquelas palavras lindas que você tem CERTEZA que foi você quem escreveu, quando na verdade é um puro plágio inconsciente. Acontece... Novamente, quem nunca?

- Em um trabalho muito extenso alguma coisa pode passar despercebido para quem está fazendo. Por isso é sempre bom ter alguém que ajude na correção.
- Por vezes casos de plágio acontecem por pensamentos coincidirem e não pelo plágio intencional.
- Às vezes você não teve tempo de fazer todo ele certinho e optou por copiar.
- As pessoas acham que copiar partes pequenas não será reconhecido como plágio, mas é. Vejo como uma atitude intencional.
- Acredito que pode haver vezes em que lemos alguma curta frase por exemplo, a assimilamos; o tempo passa, e a mente pode trazê-la à tona eventualmente também por inocência.
- Às vezes você lê tanto que acha que aquelas palavras são realmente suas.
- Creio que em muitos casos a pressa e a escolha do "caminho mais fácil" seja o motivo do plágio.
- O plágio de uma ideia, de conceitos, de textos, trabalhos, a pessoa sabe que está fazendo. Claro que outras pessoas podem pensar igual, mas reproduzir com as mesmas palavras, é quase impossível.
- Basta analisar. Se um texto contém a maioria das citações presentes, as exceções tendem mais ao desleixo/desatenção, do que intenção de plágio.
- Pode ser que durante a elaboração do texto alguns trechos se assemelhem bastante ao original sem que se tenha a intenção. As vezes o autor tem a leitura tão viciada do texto que as frases plagiadas só são identificadas quando o texto é revisado por uma segunda pessoa que não participou de sua elaboração.
- A escrita pode não ficar clara e acabar dando o mesmo sentido, mesmo não tendo a intenção, por isso acho importante a revisão de terceiros.
- Em alguns textos algumas frases ou parágrafos podem conter informações e descrições muito parecidas com a de algum autor que já havia escrito anteriormente, sendo necessária uma análise mais criteriosa ao final de um trabalho, excluindo a possibilidade da duplicidade.
- Pode ser que durante a elaboração do texto alguns trechos se assemelhem bastante ao original sem que se tenha a intenção. Às vezes o autor tem a leitura tão viciada do texto que as frases plagiadas só são identificadas quando o texto é revisado por uma segunda pessoa que não participou de sua elaboração.

11 – Eventos como Workshop, seminários ou palestras sobre o assunto ajudam a prevenir que estudantes cometam plágio?

- Acredito que não, pois esse tipo de evento não tem a temática de prevenção ao plágio.
- Acredito que ajudaria bastante, precisa se sair do âmbito de ensinar a regra, e ensinar na prática com mais exemplos. Isto pelo menos na minha concepção. Cada indivíduo tem suas limitações, não sei dimensionar se minha opinião é a solução de uma problemática enfrentada pela maioria.
- Ajudam a prevenir, mas não acabam. O estudante (principalmente de graduação) não tem essa maturidade e muitas vezes não está a fim de fazer algo direito. Cabe ao orientador ter voz ativa.
- O esforço desses eventos é válido, porém não sei se essas ações são de fato efetivas, tendo em vista o desinteresse de muitos discentes pela temática.
- Pois além de fornecer o conhecimento inicial em alguns casos, esses eventos servem também para reforçar os pré-existentes, e também servir de palco para tirar dúvidas.
- Fiz matérias sobre citações e normas de formatação no primeiro ano de faculdade acho que deve haver outras formas de pelo menos relembrar o conteúdo pois MUITAS vezes durante o curso ficamos na dúvida.
- Isso na minha opinião vai muito da consciência do aluno, pois como não há muitas punições severas para aqueles que fazem plágios, palestras, workshops e seminários seriam apenas um paliativo nesse quesito de evitar o plágio feito pelos alunos.
- Quanto mais informação sobre a temática, melhor será o amadurecimento dos indivíduos diante da importância do assunto nos dias atuais, principalmente pela facilidade de acesso à informação.

14 – Você já utilizou um programa de detecção de plágio em seus trabalhos?

- Utilizei uma vez um online, achei um pouco confuso. Não me ajudou muito.
- Não conheço os programas que detectam plágio. Nunca tive a curiosidade porque sempre fui muito cuidadosa em relação a isso.
- Sabia da existência mais até o momento não vi necessidade já que meus trabalhos acadêmicos se limitaram a simples relatórios e seminários nos quais tinha ciência de onde havia retirado informações.

- Em um trabalho de conclusão de curso de um curso que fiz. Foi muito útil para compreender as falhas nas citações e textos muito parecidos.
- A professora acusou meu trabalho de plágio, então usei o programa para provar que ela estava errada.
- Não achei que seria preciso. Pois em geral usei de textos recomendados pelas bibliografias das disciplinas; ou seja, textos que o professor já bem conheceria, e que poderia facilmente saber quem e como referenciei.
- Tinha um professor louco que falava que nossos trabalhos tinham 80% de plágio (quando não tinha) e usávamos para testar.
- Já utilizei sites para ver se o que eu escrevi iria se enquadrar em alguma porcentagem de plágio para decidir se manteria meu texto ou reescreveria alguma passagem. Utilizei somente para me resguardar.
- Não utilizei tal programa, porém creio que meu orientador tenha feito tal verificação.
- Algumas vezes, quando se lê muito sobre um determinado assunto, ficamos condicionados a repetir um trecho exposto em outro artigo. Esses programas nos ajudam verificar, se fizemos uso das informações, de maneira que, seja feita a citação sem a ocorrência do plágio.

15 – Os casos de plágio devem ser tratados de acordo com a gravidade do caso (parafrapear sem citar a fonte, copiar sem citar a fonte, autoplágio sem citação da fonte...)?

- Dificuldade de transcrever, reescrever é um problema, não citar a fonte é outro.
- Acho que as pessoas podem errar, as vezes não tem conhecimento. Então acho interessante ver a gravidade e tratar a partir daí.
- É necessário informar o erro e esperar a correção dependendo da gravidade do caso. Por exemplo, um trabalho completamente copiado deve ser anulado e o aluno perde a chance de realizar a correção, mas no caso de uma fonte ou outra que não foi devidamente citada, pode ser corrigido.
- Cada caso é isolado do outro, tem vários tipos de plágio e a maioria deles na faculdade, apenas prejudica o próprio aluno que o realiza o que afeta seu crescimento como profissional, pois se ele faz isso de maneira corriqueira na graduação, as chances de ele fazer o mesmo no mercado de trabalho são maiores.
- Sei lá... Não precisa exagerar se a pessoa as vezes não tem intenção né? Chama ela, conversa, explica, sente a energia da pessoa. Se foi de propósito, tudo bem, bora tomar uma atitude né... Se não for, tudo bem também, bora corrigir. Para que ser radical?

- Mais do que punir, é necessário explicar o que foi feito de errado e ensinar o certo.
- Estamos no meio acadêmico para pesquisar adquirir conhecimento, cada um que ocupa este lugar tem que estar ciente de sua responsabilidade pois irá formar ou pensamentos e/ou cidadãos com o que produzir ali, se este não tiver conteúdo próprio adquirido de forma correta qual a qualidade do conhecimento que irá reproduzir fora da academia?
- Depende, porque há casos em que o plágio só é cometido pela desinformação, embora seja um crime, dependendo da gravidade uma notificação seria um começo.
- Embora o ato de copiar seja o mais gritante, os atos de parafrasear e fazer autoplágio também são desonestos. No caso da paráfrase sem citação, além de plágio o aluno está tentando camuflar o crime para que os professores não percebam.
- Às vezes o aluno comete o plágio sem querer, acredito que deve haver uma orientação melhor quanto a esse quesito, por exemplo o autoplágio só tive o conhecimento durante o mestrado, antes eu acreditava que por ter sido o próprio autor quem escreveu ele não precisaria de citar a fonte.
- Cada caso deve ser analisado e tratado conforme a sua gravidade para que as penalidades possam ser justas e imparciais.
- Acredito que alguma medida legal deve ser tomada, mas um trabalho de conscientização deve ser feito concomitante as punições.
- As formas de plágio devem discutidas e analisadas, pois, em caso de autoplágio não seria algo tão grave quanto a não citação de um texto parafraseado ou na íntegra.

16 – Em sua opinião a universidade deve manter uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?

- Como eu disse anteriormente, desconheço as medidas a serem tomadas em casos de plágio. Seria interessante e importante que as universidades alertassem seus alunos sobre as consequências.
- Informações, regras e penalidades claras em cada caso mostra a importância do tema.
- Na minha opinião, todas as universidades deveriam possuir um regramento sobre plágio bem definido, a fim de evitar eventuais punições desmedidas. Os princípios da isonomia e da impessoalidade presentes no Direito Administrativo, onde todos devem ser tratados da mesma maneira sem nenhuma vantagem individual, devem ser respeitados.

- Isso é importante para a faculdade, pois mostra que ela se importa com os profissionais que estão formando e se preocupam em liberar cidadãos mais honestos e capacitados para o mercado de trabalho. E não um mero copiador que não se preocupa em crescer.
- Tem que ser explicado, não é só chegar e ameaçar os alunos que vai resolver o problema. Tudo é resolvido na conversa.
- Não só manter uma política claro como também reforçar disciplinas e métodos para informar os alunos disso, não se aprende ou discuti isso no ensino médio, chegamos na universidade sem muito conhecimento do assunto e nos enlouquecemos na hora de produzir os trabalhos pois na maioria das vezes erramos e precisamos consertar e aprender sozinhos.
- A temática é muito séria. Sou a favor de tratá-la com a gravidade devida, mas para isso é preciso que seja ensinado aos alunos, já no primeiro semestre, a fazer citações e referências, bem como alertar aos novos discentes sobre a gravidade do ato de plagiar. Na prática, muitas vezes os docentes passam trabalhos no início da graduação e os alunos têm que aprender a fazer referências sozinhos, ou aprendem depois que o professor corrige o trabalho.
- Sempre! Pois é essencial para o aprendizado de todos até mesmo para a universidade, pois um trabalho (seja lá de qualquer tipo possível) plagiado acaba levando o nome do discente, docente (algumas vezes) e também o Nome da universidade.
- Uma universidade federal vive de pesquisas. Ou seja, cada vez mais seus alunos são cobrados pela produção de trabalhos. Este fato somado a falta de aptidão para ciência, fazem com que alunos universitários comumente façam uso do plágio para cumprir a missão de finalizar o trabalho. E quando as penalidades não são dadas como claras, casos assim comumente continuarão sendo encontrados.

Seção 2

5 - Considerando que até o momento você não sabia o significado de plágio, acredita que o(a) aluno(a) deve ser penalizado(a) pela fraude em seus trabalhos?

- Se a pessoal não tem conhecimento sobre o assunto não é justo que ela seja penalizada.
- Caso o aluno não tivesse conhecimento prévio seria interessante que levasse uma advertência antes de ser penalizado.
- O aluno pode ser advertido verbalmente no momento da revisão do trabalho, quando for observado que não agiu de forma intencional.

- Acredito que qualquer tipo de fraude deveria ser penalizada. Atualmente falamos muito de como o nosso país precisa melhorar, mas esquecemos que a melhoria deve começar por nós, pelo nosso exemplo, especialmente quando se trata de ética.
- Pois se há outra pessoa que chegou em uma conclusão ou estudo você não pode se apropriar disso sem dar reconhecimento ao outro.

7 - Você já parafraseou ou copiou algum conteúdo sem citar a fonte original?

- Na correria do dia-a-dia a gente muita das vezes prefere ler, entender o conteúdo, mas na hora de escrever copia-se o conteúdo de uma forma de poupar tempo.
- Sempre que fiz meus trabalhos citei a fonte original e, quando possuía dúvidas, entrava em contato com alguém que pudesse me auxiliar, como orientador.
- No início da jornada estudantil não foram feitas as recomendações corretas para os trabalhos escolares. Normalmente professores de ensinos básicos não cobram isso de alunos mais novos e, portanto, muitos não reconhecem o significado de plágio e tão quanto a negatividade de exercê-lo.

9 – A universidade deveria promover seminários, workshops, debates, sobre o tema?

- Para a conscientização dos alunos que não sabem o que é plágio e para que todos façam citações corretas na hora de escrever.

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE AUTORIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

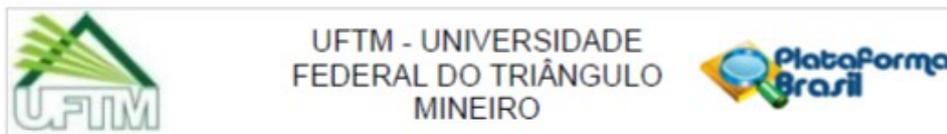
Declaração de autoria e de não plágio do Trabalho de Conclusão de Curso

Declaro que para os devidos fins que este trabalho foi totalmente produzido pelo(a) autor(a) e que não houve a violação de direitos autorais de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Havendo textos, tabelas e figuras transcritos de obras de terceiros com direitos autorais protegidos ou de domínio público tal como ideias e conceitos de terceiros, mesmo que sejam encontrados na Internet, os mesmos estão com os devidos créditos aos autores originais e estão incluídas apenas com o intuito de deixar o trabalho autocontido. O(a) autor(a) tem ciência dos Artigos 297 a 299 do Código Penal Brasileiro e também que o uso do artifício de copiar/colar texto de outras fontes e outras formas de plágio é um ato ilícito, condenável e passível de punição severa. No contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro a punição não precisa se restringir à reprovação na disciplina e pode gerar um processo disciplinar que pode levar o (a) aluno(a) à suspensão.

Aluno (a): _____

Uberaba.....//

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O cenário do plágio no meio acadêmico: estudo de caso na UFTM

Pesquisador: Geoffroy Roger Pointer Malpass

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 17763019.8.0000.5154

Instituição Proponente: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.555.253

Apresentação do Projeto:

Segundo os pesquisadores:

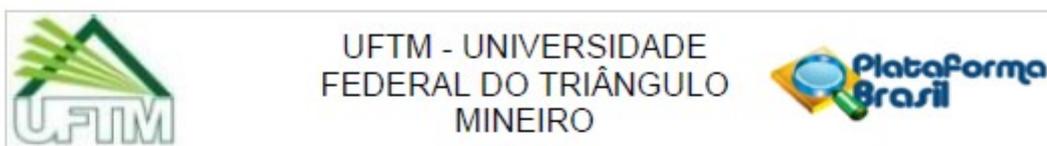
"A prática de copiar produções textuais de outrem, de forma parcial ou total, omitindo-se a fonte, é ato recorrente do ensino fundamental à universidade, e com o advento da internet, a prática de plagiar se tornou uma possibilidade aberta ao infinito (SILVA, 2008). Tal possibilidade se justifica pela quantidade de material disponível na rede, contudo muitos desses artigos não tem nenhum fundamento científico.

Segundo Dalla Costa (2016) as mudanças provocadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação impactaram diretamente o mundo acadêmico, visto que suas atividades corriqueiras como produzir monografias, dissertações, teses, artigos e resenhas científicas ganharam um ritmo e uma abrangência jamais imaginados.

O uso da internet como fonte de pesquisa divide opiniões, já que, ao mesmo tempo em que ela é considerada uma excelente fonte de pesquisa é também uma ferramenta muito utilizada na prática do plágio.

Barbastefano (2007) entende que a internet deve ser saudada todos os dias como importante fonte de conhecimento para estudantes e pesquisadores, seja pela quantidade de informações disponíveis quanto pela facilidade de busca e acesso, no entanto, demonstra preocupação com o seu uso, haja vista que essa prática facilita o plágio e a desonestidade acadêmica. Por outro lado, o autor acredita que a Internet ao mesmo tempo em que facilita o plágio é também uma excepcional

Endereço: Rua Conde Prados, 191
 Bairro: Nossa Sra. Abadia CEP: 38.025-260
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3700-8803 E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 3.555.253

ferramenta que facilita a sua detecção.

Compartilham da mesma opinião Barreto, De Melo e Stival (2016) por entenderem que o acesso às tecnologias digitais e as facilidades apresentadas pelos aparatos tecnológicos, facilitam a prática do plágio. Apesar disso, a contrafação pode ser evitada e de acordo com os autores, a medida a ser adotada pelas instituições educacionais é a inclusão da formação para a pesquisa na proposta pedagógica de seus cursos, buscando desenvolver estudantes curiosos, críticos e investigativos, de modo que isso impeça a ocorrência de plágio.

De acordo com Oliveira (2016) a desonestidade acadêmica "acontece também na compra de conteúdo já pronto e na colaboração não ética da chamada co-autoria inventada". A internet colabora com essa prática ao manter sites que oferecem trabalhos prontos, elaborados sem o devido cuidado com as citações e as referências.

Atualmente, o plágio pode ser detectado por meio de programas de computador, que estão disponíveis online e gratuitos na internet, mas nem sempre essa verificação é realizada pelos professores, visto a quantidade de trabalhos a ser corrigidos e a quantidade de atividades desenvolvidas pelos docentes. Entretanto, além da detecção do plágio, realizada por meio de programas de computador, a conscientização dos alunos, pelos professores, é de fundamental importância para combater essa prática. Nesse sentido Krokosz (2011) entende que o conjunto de ações mais comuns no enfrentamento do plágio refere-se às estratégias de informação e capacitação.

Dessa forma, é importante que as Universidades ofereçam como disciplina obrigatória a Metodologia Científica em todos os cursos de graduação, com foco na maneira correta de se escrever um artigo científico, bem como apresentando as penalidades em que incorre aquele que comete plágio.

Na opinião de Barbastefano (2007) o plágio só pode ser descoberto e coibido de fato, se os professores dedicarem um tempo maior para a orientação e acompanhamento dos alunos nos seus trabalhos, e ainda se houver uma maior conscientização de padrões éticos e legais por parte dos alunos.

Com relação à conscientização na prática, Dias e Eisenberg (2015) gerenciaram uma pesquisa em cursos de licenciatura de algumas Instituições de Ensino brasileiras, e constataram que a orientação e o ensino de pesquisa têm sido deficitários e que os licenciandos não são formados para pesquisar ou ensinar seus futuros alunos a investigar.

Ainda segundo os autores é preciso saber se o licenciando plagia por comodismo ou se ele desconhece o ato ilícito e seus modos de configuração. Completam o raciocínio, no sentido de que

Endereço: Rua Conde Prados, 191

Bairro: Nossa Sra. Abadia

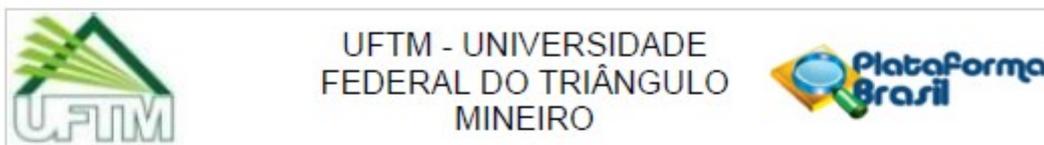
UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-8803

CEP: 38.025-260

E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 3.555.253

o plágio não se configura apenas como uma trapaça, mas pode ser também cometido por desconhecimento ou lapsos durante a escrita dos trabalhos. Assim, verificar plágio se torna um ato educativo (DIAS; EISENBERG, 2015).

Diante da preocupação com o plágio e a necessidade de conscientizar os alunos de que essa prática é ilegal, o presente trabalho a ser realizado no âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM tem como um de seus objetivos identificar as dificuldades que os alunos e professores tem em relação ao tema e buscar formas para que o problema não ocorra.

Será realizada pesquisa com professores/orientadores, no sentido de verificar se estes orientam seus alunos/orientados sobre a prática do plágio e se utilizam alguma ferramenta de detecção de plágio. Aos discentes também será aplicado um questionário, a fim de aferir o conhecimento que eles têm sobre o plágio e as implicações que advêm de seu uso, bem como se encontram alguma dificuldade em elaborar trabalhos acadêmicos e se recebem orientação adequada ou auxílio de seus professores/orientadores."

Ainda, segundo os pesquisadores são "perguntas da pesquisa:

- a) Os alunos tem conhecimento do que seja o plágio e as consequências de sua prática?
- b) Os alunos recebem orientação adequada dos professores?
- c) Qual é a responsabilidade do professor nos trabalhos plagiados por seus alunos?
- d) Os alunos e/ou professores utilizam algum programa de detecção de plágio? Qual a eficiência desses programas?
- e) A universidade possui uma política clara sobre a prática de plágio e suas penalidades?"

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os pesquisadores:

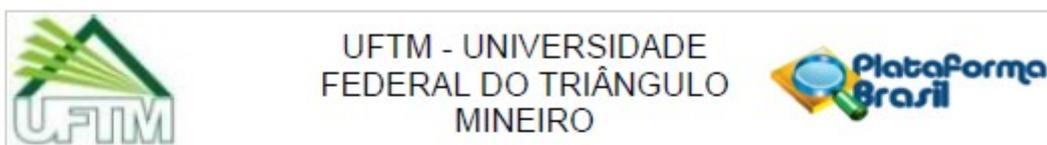
"Objetivo Geral:

Verificar o cenário relacionado a questão do plágio na UFTM, através da aplicação de um questionário aos docentes e discentes da instituição."

"Objetivos específicos:

- verificar, por meio de instrumento de coleta de dados online, se os orientadores e os orientandos se preocupam com a questão do plágio nos trabalhos de sua competência e quais as medidas que são tomadas quando é encontrado;
- buscar formas de conscientizar os professores da necessidade de se trabalhar o plágio com os alunos;

Endereço: Rua Conde Prados, 191
 Bairro: Nossa Sra. Abadia CEP: 38.025-260
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3700-6803 E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 3.555.253

- apurar o conhecimento que os discentes têm sobre o plágio e o que esperam de seus professores."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

"O risco a ser considerado é a perda de confidencialidade, contudo procura-se evitar esse risco ao identificar os participantes por código (números). Não haverá riscos à integridade dos participantes, visto que a cooperação na pesquisa será de forma online mediante resposta a um questionário. Ressalta-se que a participação será confidencial e em nenhum momento o nome dos participantes será divulgado.

Com relação aos benefícios, a população estudada os receberá de modo indireto, já que ao responder o questionário, os discentes que não possuem conhecimento sobre o tema, poderão estudar o assunto e evitar possíveis penalidades. No caso dos docentes, há a possibilidade de tomar conhecimento das dúvidas que os alunos possuem e melhorar a comunicação com estes."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa, descritiva, transversal e prospectiva a ser realizada com docentes e discentes da UFTM.

Com a pesquisa os pesquisadores esperam beneficiar discentes que não possuem conhecimento sobre o tema e aos docentes uma possibilidade de tomar conhecimento das dúvidas que os discentes apresentam em relação a temática.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados adequadamente: TCLE destinado aos docentes, TCLE destinado aos discentes, autorização da PRORH, PROPPG, PROENS e folha de rosto.

Recomendações:

Não há.

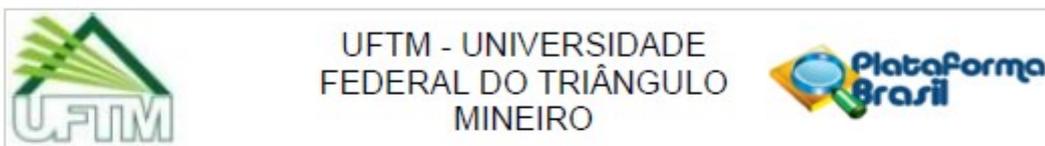
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 e norma operacional 001/2013, o colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto, em reunião 30/08/2019.

Considerações Finais a critério do CEP:

A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFTM dá-se em decorrência do atendimento à Resolução CNS 466/12 e norma operacional 001/2013, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Endereço: Rua Conde Prados, 191	CEP: 38.025-280
Bairro: Nossa Sra. Abadia	
UF: MG Município: UBERABA	
Telefone: (34)3700-8803	E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 3.555.253

Conforme prevê a legislação, são responsabilidades, indelegáveis e indeclináveis, do pesquisador responsável, dentre outras: comunicar o início da pesquisa ao CEP; elaborar e apresentar os relatórios parciais (semestralmente) e final. Para isso deverá ser utilizada a opção 'notificação' disponível na Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1378306.pdf	19/07/2019 10:04:36		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Aut_PRORH.pdf	19/06/2019 14:17:10	Geoffroy Roger Pointer Malpass	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Aut_PROPPG.pdf	19/06/2019 14:16:59	Geoffroy Roger Pointer Malpass	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Aut_PROENS.pdf	19/06/2019 14:16:49	Geoffroy Roger Pointer Malpass	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	19/06/2019 14:16:42	Geoffroy Roger Pointer Malpass	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_e_Questionario_Docentes_Formulario_Google.pdf	12/06/2019 17:09:52	Geoffroy Roger Pointer Malpass	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_e_Questionario_Discentes_Formulario_Google.pdf	12/06/2019 17:08:56	Geoffroy Roger Pointer Malpass	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	formulario_CEP_OLIVEIRA_MALPASS.docx	12/06/2019 17:07:41	Geoffroy Roger Pointer Malpass	Aceito

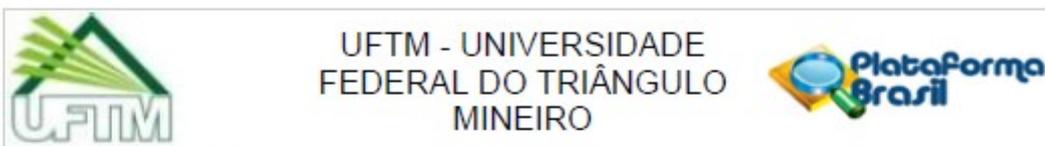
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Conde Prados, 191
 Bairro: Nossa Sra. Abadia CEP: 38.025-260
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3700-6803 E-mail: cep@uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 3.555.253

UBERABA, 04 de Setembro de 2019

Assinado por:
Alessandra Cavalcanti de Albuquerque e Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Conde Prados, 191
Bairro: Nossa Sra. Abadia CEP: 38.025-260
UF: MG Município: UBERABA
Telefone: (34)3700-6803 E-mail: oep@uftm.edu.br

ANEXO E – SOLICITAÇÃO e-SIC ALUNOS MATRICULADOS EM 2019

Dados do Pedido

Protocolo	23480004588202072
Solicitante	Alessandra de Oliveira
Data de Abertura	17/02/2020 10:39
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prazo de Atendimento	09/03/2020
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Alunos matriculados na Instituição
Detalhamento	Sou aluna do Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica – PMPIT desta Universidade e para elaboração da minha pesquisa, necessito da seguinte informação: - Alunos matriculados na UFTM em 2019, sendo: a) Quantidade na Graduação: Alunos: Alunas: b) Quantidade na Pós-Graduação: Alunos: Alunas:

Dados da Resposta

Data de Resposta	05/03/2020 15:15
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezada Cidadã,

Agradecemos seu contato com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) pelo sistema e-SIC. Sobre a solicitação em comento cumpre-nos informá-la que após levantamento dos dados solicitados DTI, verificamos que a quantidade de alunos da graduação matriculados na UFTM no ano de 2019 era o exposto abaixo:

MATRICULADOS GRADUAÇÃO UFTM

	2019/1
	2019/2
	TOTAL 2019
SEXO FEMININO	
	3479 alunas
	3463 alunas
	6942 alunas

SEXO MASCULINO

2660 alunos

2491 alunos

5151 alunos

Já os dados pertinentes aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu, de acordo com o preenchido atualmente no SISCAD pelas secretarias dos programas de pós-graduação, constam como o informado abaixo:

MATRICULADOS PÓS-GRADUAÇÃO UFTM

TOTAL 2019

SEXO FEMININO

493 alunas

SEXO MASCULINO

222 alunos

TOTAL

715 alunos

OBS: Informamos que estes números referem-se apenas aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu, uma vez que ainda não foi possível incluir os dados das especializações e das residências no SISCAD.

Referente aos Programas de Pós-Graduação lato sensu (Especializações e Residências), a base de dados não está disponível nos Sistema Acadêmico (SISCAD), sendo necessário aproximadamente 15 dias para reuni-la e organizá-la, uma vez que a informação será solicitada aos próprios Programas. Diante do exposto, pedimos que entre em contato diretamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), através do e-mail sec.proppg@uftm.edu.br (34-3700-6154), ou faça nova solicitação pelo e-Sic, dentro do prazo informado (15 dias).

Cabe ressaltar que, nos termos do art. 21, do Decreto nº 7.724/2012, eventual recurso sobre esta resposta poderá ser dirigido à Diretora do Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DRCA, Sra. Nilda Rosa Nunes, e ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Dr. Carlo José Freire de Oliveira no prazo de 10 dias, a contar da data desta resposta.

Responsável pela Resposta

Divisão de Controle Acadêmico / Departamento de Desenvolvimento de Pós-Graduação

Destinatário do Recurso de Primeira Instância:

Departamento de Registro e Controle Acadêmico / Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Prazo Limite para Recurso 16/03/2020

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido Ciência, Informação e Comunicação
 Subcategoria do Pedido Informação - Gestão, preservação e acesso

Número de Perguntas 1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
17/02/2020 10:39	Pedido Registrado para para o Órgão UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro	SOLICITANTE
05/03/2020 15:15	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO F – RELATÓRIO COPYSPIDER



Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de Similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que o limite de 3% representa uma estatística de semelhança e não um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade maior do que 3% e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?](#)

Relatório gerado por: alessandra.olliveira@hotmail.com

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/guia-trabalhos-academicos_4.pdf	486	1,05
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X http://www.contornospesquisa.org/2012/08/como-referenciar-figuras-imagens-e.html	171	0,49
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X https://blog.even3.com.br/plagio-academico	128	0,4
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14024	36	0,11
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X https://www.zemoleza.com.br	16	0,05
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X http://www.editoraunicamp.com.br/produto_detalhe.asp?id=969	11	0,03
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X https://www.zemoleza.com.br/trabalhos-academicos	12	0,03
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X https://blog.metzner.com/principais-tipos-de-trabalhos-academicos	- Download falhou. HTTP response code: - Unsupported record version Unknown- 0,0	0,0
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X https://www.gov.br/planalto/pt-br	- Download falhou. HTTP response code: - Connection reset	0,0
DISSERTAÇÃO ALESSANDRA.pdf X https://www.conjugacao.com.br/verbo-participar	0	0